



República de Cabo Verde

ESTUDO DE ATUALIZAÇÃO DAS OFERTAS FORMATIVAS A NÍVEL DO PAÍS

PROGRAMA CVE/081 • 16 569

RELATÓRIO FINAL

março de 2017



Equipa técnica:

**Rui Moura
Fátima Timas**

Índice

1. INTRODUÇÃO / APRESENTAÇÃO	8
2. PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DE GOVERNO	11
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA – nacional e regional	13
3.1. Economia nacional	15
3.2. Caracterização socioeconómica por ilhas	20
3.2.1. Ilha de Santiago	22
3.2.2. Ilha de Brava	22
3.2.3. Ilha de Fogo	23
3.2.4. Ilha de Maio	24
3.2.5. Ilha de São Vicente	25
3.2.6. Ilha de Santo Antão	26
3.2.7. Ilha de São Nicolau	26
3.2.8. Ilha de Boavista	27
3.2.9. Ilha de Sal	28
3.3. Delimitação socioeconómica	29
4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO E DO DESEMPREGO – nacional e regional	31
4.1. Emprego	31
4.2. Desemprego	35
4.2.1. Perspetiva nacional	35
4.2.2. Perspetiva regional	41
5. SISTEMA DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	51
5.1. Ensino técnico	51
5.2. Formação profissional	54
5.3. Perspetivas de desenvolvimento do setor	54
6. MAPEAMENTO DE ENTIDADES E NECESSIDADES DE ENSINO TÉCNICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL A CINCO ANOS	57
6.1. Mapeamento de entidades de ensino e formação	57
6.2. Necessidades de ensino técnico e formação profissional a cinco anos	63
6.2.1. Ilha de Santiago	63
6.2.2. Ilha do Fogo	63
6.2.3. Ilha de São Vicente	64
6.2.4. Ilha de Santo Antão	65

6.2.5.	Ilha do Sal	65
7.	OFERTA FORMATIVA PREVISTA E REALIZADA	66
7.1.	Prospetiva de ensino formação 2012-2022 por ilhas.....	66
7.2.	Oferta formativa – 2014/2015/2016	71
7.2.1.	Ilha de Santiago	71
7.2.2.	Ilha do Fogo	73
7.2.3.	Ilha do Maio.....	74
7.2.4.	Ilha de São Vicente	74
7.2.5.	Ilha de Santo Antão	75
7.2.6.	Ilha de São Nicolau	76
7.2.7.	Ilha da Boavista	76
7.2.8.	Ilha do Sal	77
7.3.	Confrontação da prospetiva 2012-2022 com a oferta 2014-2015-2016	78
7.3.1.	Ilha de Santiago	79
7.3.2.	Ilha do Fogo	80
7.3.3.	Ilha de São Vicente	80
7.3.4.	Ilha de Santo Antão	81
7.3.5.	Ilha do Sal	81
8.	OPORTUNIDADES DE MERCADO, DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÕES	82
9.	PERFIS PROFISSIONAIS A DESENVOLVER POR FAMÍLIA / ATIVIDADE ECONÓMICA	85
10.	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA FORMATIVA POR ATIVIDADE ECONÓMICA – 2017/2020	89
10.1.	Ilha de Santiago	89
10.2.	Ilha do Fogo	91
10.3.	Ilha de São Vicente	92
10.4.	Ilha de Santo Antão	93
10.5.	Ilha do Sal	94
11.	DESAFIOS, RECOMENDAÇÕES E PLANO ESTRATÉGICO	96
	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
	ANEXO – ENTIDADES INQUIRIDAS	109

Figuras

Figura 1: Síntese de indicadores macroeconómicos, 2000-2015.....	16
--	----

Gráficos

Gráfico 1: Consolidação do défice orçamental	20
--	----

Tabelas

Tabela 1: Principais indicadores macroeconómicos, 2000-2015	15
Tabela 2: Principais indicadores macroeconómicos (2014, 2015) e previsão (2016)	16
Tabela 3: PIB por setores de atividade económica e VAB.....	17
Tabela 4: Crescimento económico (ótica da procura)	18
Tabela 5: Crescimento económico (ótica da oferta)	19
Tabela 6: Estrutura do PIB corrente a preços de mercado, por setor (%)	19
Tabela 7: Estrutura do PIB por ilha.....	21
Tabela 8: PIB per capita, em dólares.....	21
Tabela 9: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo a profissão e o meio de residência, 2015 (%).....	31
Tabela 10: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo o sexo e meio de residência, 2015 (%)	32
Tabela 11: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo o nível de instrução dos empregados, 2015 (%)	33
Tabela 12: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo situação na profissão, 2015 (%)	34
Tabela 13: Taxas de desemprego, atividade, ocupação e de inatividade (%).....	35
Tabela 14: Taxa de desemprego em 2000 a 2015 (%)	36
Tabela 15: Taxa de desemprego por meio de residência, estrutura etária e sexo, segundo ilhas, 2015.....	37
Tabela 16: População perante atividade económica por meio de residência, ilha e concelho, 2015.....	39
Tabela 17: Taxa de desemprego na Boavista, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	41
Tabela 18: Taxa de desemprego no Brava, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	43
Tabela 19: Taxa de desemprego no Fogo, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	44
Tabela 20: Taxa de desemprego em Maio, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	45
Tabela 21: Taxa de desemprego no Sal, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%) ...	46
Tabela 22: Taxa de desemprego em Santiago, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	47
Tabela 23: Taxa de desemprego em Santo Antão, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	48

Tabela 24: Taxa de desemprego em São Nicolau, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	49
Tabela 25: Taxa de desemprego em São Vicente, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)	50
Tabela 26: Análise comparativa da estrutura curricular do ensino técnico (Cabo Verde) e dos cursos profissionais (Portugal)	52
Tabela 27: Entidades de ensino e formação na ilha de Santiago.....	59
Tabela 28: Entidades de ensino e formação na ilha da Brava.....	60
Tabela 29: Entidades de ensino e formação na ilha do Fogo.....	60
Tabela 30: Entidades de ensino e formação na ilha do Maio	60
Tabela 31: Entidades de ensino e formação na ilha de São Vicente.....	61
Tabela 32: Entidades de ensino e formação na ilha de Santo Antão.....	61
Tabela 33: Entidades de ensino e formação na ilha de São Nicolau.....	62
Tabela 34: Entidades de ensino e formação na ilha da Boavista	62
Tabela 35: Entidades de ensino e formação na ilha do Sal	62
Tabela 36: Prospetiva para a ilha de Santiago	66
Tabela 37: Prospetiva para a ilha da Brava	66
Tabela 38: Prospetiva para a ilha do Fogo	67
Tabela 39: Prospetiva para a ilha do Maio.....	67
Tabela 40: Prospetiva para a ilha de São Vicente	68
Tabela 41: Prospetiva para a ilha de Santo Antão	68
Tabela 42: Prospetiva para a ilha de São Nicolau	69
Tabela 43: Prospetiva para a ilha da Boavista.....	69
Tabela 44: Prospetiva para a ilha do Sal	70
Tabela 45: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha de Santiago	71
Tabela 46: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de Santiago	72
Tabela 47: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha do Fogo	73
Tabela 48: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha do Maio	74
Tabela 49: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha de São Vicente	74
Tabela 50: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de São Vicente	75
Tabela 51: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha de Santo Antão.....	75
Tabela 52: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de Santo Antão	76
Tabela 53: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de São Nicolau	76
Tabela 54: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha da Boavista.....	76
Tabela 55: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha do Sal.....	77
Tabela 56: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha do Sal.....	77

Tabela 57: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Santiago.....	89
Tabela 58: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Fogo.....	91
Tabela 59: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, São Vicente.....	92
Tabela 60: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Santo Antão.....	93
Tabela 61: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Sal.....	94

Siglas e Acrónimos

ACP	Ano Complementar Profissionalizante
ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
AGA	Agrária (família profissional)
ART	Artes plásticas, artesanato, música e artes da representação (família profissional)
ATC	Autoridade Turística Central
CEFP	Centro de Emprego e Formação Profissional
CERMI	Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial
CESP	Cursos de Estudos Superiores Profissionais
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
COC	Construção e obra civil (família profissional)
COM	Comércio, transportes e logística (família profissional)
DESP	Diploma de Estudos Superiores Profissionais
EFE	Ensino, Formação e Emprego
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
ETFP	Ensino Técnico e Formação Profissional
HRT	Hotelaria, restauração e turismo (família profissional)
I&D	Investigação e desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IMA	Instalação e manutenção (família profissional)
INP	Indústria de processo (família profissional)
IUE	Instituto Universitário de Educação
MAP	Marítimo pesqueira (família profissional)
MEIA	Mindelo Escola Internacional de Arte
N1, N2, N3, N4, N5	Níveis de Qualificação 1, 2, 3, 4, 5
ONG	Organização não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PTE	Produção, transporte e produção de energia elétrica (família profissional)
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
S/N	Sem nível
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
VAB	Valor Acrescentado Bruto

1. INTRODUÇÃO / APRESENTAÇÃO

“Cabo Verde fabrica o seu próprio chão, inventa a sua própria água, repete dia a dia a criação do mundo.”

– José Saramago

O estudo que se apresenta enquadra-se no Programa CVE/081 Emprego e Empregabilidade, o qual se insere no Programa Indicativo de Cooperação IV Luxemburgo – Cabo Verde para o período 2016-2020.

Os elementos estruturantes desta intervenção são, entre outros:

- O reforço da governação setorial.
- A melhoria da viabilidade financeira.
- O envolvimento do setor privado.
- Acompanhamento da descentralização.

O programa CVE/081 Emprego e Empregabilidade tem com objetivo geral "Contribuir para a inserção profissional da população de Cabo Verde, em particular dos jovens e das mulheres" e como principal objetivo específico "Reforçar a empregabilidade dos beneficiários da Formação Profissional (FP) em especial a dos jovens e das mulheres".

O reforço das capacidades existentes em termos da melhoria da qualidade da oferta formativa com foco no emprego e empregabilidade é um elemento central da intervenção do Programa CVE/081, através de um conjunto de apoios específicos em resposta às necessidades identificadas pela parte nacional e na continuidade dos apoios implementados durante as intervenções anteriores da Cooperação Luxemburguesa.

O presente estudo desenvolveu-se nesse âmbito e orientou-se pelos seguintes objetivos e produtos:

Objetivos

- Elaborar um Estudo para atualizar as necessidades de ofertas formativas ao nível do país.
- Mapear as ofertas formativas em função das necessidades do desenvolvimento socioeconómico regional das Ilhas. (Ver 6.2.)
- Mapear as ofertas formativas disponibilizadas pelas entidades do setor público e privado nos últimos dois anos. (Ver 7.2.)
- Identificar as oportunidades do mercado, as necessidades de competências e o desenvolvimento de novas formações. (Ver 8.)
- Mapear as entidades a nível local/regional, identificando as suas responsabilidades e domínios de ação em Formação Profissional. (Ver 6.1)
- Identificar as lacunas entre as ofertas formativas e as necessidades de competências requeridas para o mercado de trabalho e propor recomendações para ajustar as lacunas existentes. (Ver 7.3. e 11.)
- Propor estratégias que possibilitem um comprometimento efetivo do setor público e privado. (Ver 11.)

Produtos

- Necessidades de formação profissional ao nível do país para os próximos cinco anos. (Ver 6.)
- Mapa com todas as ações de formação profissional realizadas pelas entidades públicas e privadas nos últimos dois anos. (Ver 7.2.)
- Ofertas formativas ajustadas as perspetivas de desenvolvimento regional (por ilha). (Ver 10.)
- Plano estratégico para a implementação das principais recomendações do Estudo no que tange aos ajustes das ofertas formativas as necessidades do mercado de trabalho. (Ver 11.)

O Relatório Final do estudo envolve informação pesquisada relativamente a nove ilhas, mas apenas cinco (Santiago, Fogo, São Vicente, Santo Antão e Sal) foram sujeitas a pesquisa empírica com inquirição direta durante quatro semanas na 1ª fase e uma semana na 2ª fase, enquanto as demais quatro ilhas (Brava, Maio, São Nicolau e Boavista) envolveram informações documentais e a distância, fornecidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pela Direção Nacional de Educação.

A pesquisa envolveu entidades da oferta e da procura e órgãos institucionais, designadamente direções gerais e direções da economia, educação, cultura e emprego/formação, centros de formação profissional, universidades e institutos superiores, escolas técnicas e secundárias com unidades formativas, associações empresariais e sindicais, empresas privadas, entre outras.

Foi selecionado um leque de cerca de 64 entidades suscetíveis de participar no estudo, tendo respondido afirmativamente 42 entidades nacionais e regionais, às quais foram aplicados inquéritos por entrevista semiestruturada e com a seguinte distribuição: Santiago (21), Fogo (5), São Vicente (6), Santo Antão (6) e Sal (4). Ainda foi possível a participação dos consultores em um Ateliê no Sal, organizado pela Escola de Hotelaria e Turismo, e a realização de um foco-grupo em São Vicente, sob o patrocínio da Câmara do Comércio de Barlavento e que reuniu 10 empresários de diversos setores de atividade económica. (Ver Anexo – Entidades Inquiridas)

Durante o estudo verificaram-se limitações na pesquisa em virtude, principalmente, da redefinição em curso de políticas económicas e sociais resultantes da investidura de um novo governo, da reestruturação de algumas entidades (fusões, cisões, etc.), de admissões e demissão recentes de alguns titulares de órgãos públicos, de novos regulamentos que se encontram na forja para publicação.

Tais limitações refletem-se sobremaneira na capacidade de resposta à identificação das realizações formativas nos últimos dois-três anos nas entidades inquiridas e, sobretudo, na prospetiva para 2017-2020, na medida em que algumas entidades continuam expectantes relativamente a novas orientações para 2017 e anos seguintes da legislatura.

Não obstante, foi possível realizar um trabalho dentro dos limites dos objetivos e produtos definidos, salvo as limitações mencionadas.

O primeiro capítulo enquadra esta Introdução / Apresentação.

O segundo capítulo apresenta sinteticamente as principais orientações políticas do governo no que respeita às opções económicas, ao acordo social estratégico, ao mercado de trabalho e ao ensino técnico e formação profissional.

O terceiro capítulo faz uma caracterização socioeconómica nacional e regional, contemplando as nove ilhas em estudo, e efetua, a partir do programa do governo, da anterior prospetiva 2012-2020 para a oferta formativa e da pesquisa empírica, a delimitação socioeconómica a considerar para o estudo, definindo os setores económicos prioritários suscetíveis de alavancar a economia em cada ilha.

O quarto capítulo caracteriza o emprego e o desemprego do ponto de vista nacional e regional, apresentando dados sobre todas as ilhas em estudo.

O quinto capítulo faz a caracterização do sistema de ensino e formação, designadamente o ensino técnico e a formação profissional, bem como sistematiza as perspetivas de desenvolvimento do setor.

O sexto capítulo mapeia as principais entidades de ensino técnico e formação profissional, bem como estrutura, referenciando as nove ilhas, as necessidades gerais para o ensino técnico e a formação para um período de cinco anos.

O sétimo capítulo trata da oferta formativa prevista e realizada. Indica-se a prospetiva estratégica das qualificações para o período 2012-2020 e a oferta formativa efetivamente realizada no período de 2015/2016 e, em alguns casos, 2014, por ilha. Finalmente, efetua-se a confrontação entre os dois conjuntos de dados, por ilha, visando encontrar lacunas e novas necessidades formativas face às alterações verificadas nos últimos cinco anos (2012-2016).

O oitavo capítulo apresenta um conjunto de oportunidades de mercado que se afiguram interessantes e traça provisoriamente as necessidades de competências e formação que, genericamente, serão necessárias para o futuro.

O nono capítulo seleciona, a partir das opções governativas, de estudos anteriores e da pesquisa empírica realizada, um conjunto de perfis profissionais que poderão vir a delimitar as novas necessidades de formação para as profissões consideradas essenciais ao desenvolvimento socioeconómico do país no curto e no médio prazo.

O décimo capítulo configura, a partir dos dados recolhidos junto das entidades inquiridas, as orientações estratégicas mais consolidadas com vista a definir a oferta formativa por ilha e atividades económicas para o período 2017-2020.

Finalmente, o décimo primeiro capítulo esboça alguns desafios, recomendações e orientações para o plano estratégico a definir com o aprofundamento do estudo.

2. PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DE GOVERNO

O Programa de Governo preconiza uma democracia melhorada e consolidada, moderna, profundamente respeitadora do pluralismo, da cidadania e promotora dos Direitos Humanos, geradora de espaços de participação, e um Estado descentralizado e regionalizado no qual sejam promovidos o crescimento económico inclusivo, o pleno emprego e o trabalho decente para todos, mediante a promoção do crescimento médio real de 7% ao ano, sustentado, inclusivo e sustentável.

O Governo pretende colocar o país na lista dos dez primeiros pequenos países insulares no âmbito do Índice de Desenvolvimento Humano, assim como no top 50 do *Doing Business* do Banco Mundial e do *Global Competitiveness Report* do *World Economic Forum* e no top 50 em termos de *Higher Education and Training Index*, do *World Economic Forum*, com base num sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento.

2.1. Economia

Do ponto de vista da especialização económica para o país o Governo aposta numa estratégia orientada do seguinte modo:

- Promoção do conhecimento e da inovação, nomeadamente através de contratos para a inovação empresarial.
- Requalificação do turismo como pilar central da economia cabo-verdiana.
- Fomento da economia azul e da economia verde, reafirmando-se a soberania e a valorização da posição do país no mundo e procurando-se aproveitar ao máximo a centralidade de Cabo Verde no Atlântico.
- Transformação do país num centro de operações de logística comercial, de transformação de matérias-primas e de prestação de serviços especializados no Atlântico, servindo de intermediação entre as economias emergentes e regionais.
- Promoção de uma produção interna com base nas matrizes culturais, destacando-se a Cultura, a Agricultura, as Pescas e a Indústria Ligeira de exportação.
- Desenvolvimento de uma estratégia deliberada de alargamento e consolidação da classe média.
- Combate efetivo à informalidade através de um plano de ação específico para o comércio, serviços e restauração em parceria efetiva com os poderes local e regional.

2.2. Acordo estratégico de médio prazo

Segundo o governo, os objetivos de crescimento e de emprego, a política fiscal, a promoção da competitividade e das empresas, a melhoria do ambiente de negócios, a política de rendimentos e preços e o sistema de proteção e segurança sociais no país estarão no topo da agenda.

Para o efeito, preconiza-se um acordo social capaz de promover o crescimento económico e as empresas e garanta o aumento da produtividade e da competitividade no quadro de um modelo social flexível.

Nesse sentido, a política laboral orienta-se para a concentração em soluções que visem especialmente a flexibilização da contratação, a promoção do emprego e a criação de mecanismos que assegurem uma efetiva mobilidade social, horizontal e vertical, bem como o apoio aos desempregados e às suas famílias no período de transição.

O governo propõe-se realizar uma concertação social tripartida para a legislatura, que articule diferentes áreas de política para promover a competitividade, a coesão e a estabilidade social com o objetivo de garantir a estabilidade e a previsibilidade das políticas, reforçando a confiança e o compromisso entre os parceiros sociais.

2.3. Mercado de trabalho e formação profissional

Um mercado de trabalho qualificado e flexível é uma componente essencial de um clima de investimento favorável favorecendo a atração e retenção do IDE.

Será realizado um estudo sobre o mercado de trabalho e a política salarial para torná-lo compatível com a necessidade de aumentar o investimento e o emprego, promovendo uma elevada produtividade e a eficiência económica.

O referencial será a produtividade e o *benchmark* internacional do nível de custos de fatores. As decisões relativas à política salarial serão tomadas em sede de concertação social.

O mercado de trabalho tem de ser regulamentado através de uma aposta efetiva na certificação, no sistema de informação da procura e da oferta, no registo das principais ocorrências, na identificação atempada das deficiências e limitações desse mesmo mercado e num sistema de formação em parceria com o setor privado mesmo ao nível da gestão das instituições de promoção da formação capaz de qualificar a mão-de-obra cabo-verdiana de acordo com as necessidades do mercado.

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA – nacional e regional

Cabo Verde é um país de «desenvolvimento médio» que ocupa o 122º lugar no Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano 2015 da Organização das Nações Unidas, tendo melhorado ligeiramente todos os seus indicadores relativamente ao ano anterior.

O IDH avaliou 188 países e revela que, entre 2000 e 2014, o valor do índice de desenvolvimento humano de Cabo Verde aumentou 13%, uma média de crescimento anual de 0,58 por cento.

Entre 2014 e 2015 Cabo Verde melhorou indicadores nas categorias «expectativa de vida à nascença» (72.1 para 73.3), «média de anos de estudo» (4.6 para 4.7) e «rendimento médio *per capita*» (5.988 para 6.094)

O rendimento médio «*per capita*» de Cabo Verde aumentou 242,9%, entre 1980 e 2014 e o Índice de Desenvolvimento Humano do arquipélago é superior à média do grupo dos países de desenvolvimento humano médio, que é de 0,630, bem como supera a média dos países da África subsaariana, que atualmente se situa em 0,518. Não obstante, o valor do índice de desenvolvimento de Cabo Verde caiu para 0,519 devido à desigualdade na distribuição da riqueza, o que representa uma perda de 19,7 por cento.

Cabo Verde tem vulnerabilidades no que respeita à escassez de recursos naturais, inclusive água, agravadas por secas prolongadas e pelo solo pobre em algumas ilhas. A economia, orientada para os serviços, destaca-se no comércio, transporte, turismo e serviços públicos, que representam cerca de 3/4 do «produto interno bruto».

A República de Cabo Verde é um país insular formado por dez ilhas vulcânicas localizadas no Oceano Atlântico, possuindo uma população de aproximadamente 530 mil habitantes e um PIB nominal de dois mil milhões de dólares (valor *per capita* de quatro mil dólares)

Embora cerca de 30% da população viva na zona rural, a agricultura e a pecuária são pouco desenvolvidas, a produção é para consumo interno e não consegue atender às necessidades da população. A participação no PIB é pequena e cerca de 3/4 dos alimentos têm que ser importados, enquanto o potencial da pesca, principalmente de lagosta e atum, não é completamente explorado.

O país regista anualmente um grande défice comercial, financiado pela ajuda internacional e pelos emigrantes espalhados pelo mundo, que contribuem com remessas financeiras que complementam o PIB em mais de 20%, bem como, principalmente, por via do turismo.

O ambiente para os negócios em Cabo Verde padece de ineficácias persistentes, apesar de o país se esforçar para combater as resistências e alcançar um clima de mudança cuja dinâmica seja mais compatível com os níveis de qualificações dos cabo-verdianos, que são comparáveis a nível internacional. O país não desce nas classificações internacionais, mas estagnou, e os investidores não apreciam ambientes em que a vontade de mudança para melhorar o ambiente de negócios não seja suficientemente visível.

O fraco investimento externo procura aproveitar melhores condições que o Estado proporcione, mas há consciência que o risco aumenta face às resistências encontradas. Há algumas conexões em setores-chave, mas são de curto prazo e de natureza oportunista, não havendo garantia de fixação definitiva de investimentos.

Apesar das qualificações elevadas para a região onde se insere o arquipélago, face às ambições possíveis, o cenário é atualmente mediano: avança-se sempre com muitas dificuldades. O Ensino Superior atribui diplomas, mas, segundo os inquiridos, oferece poucas competências operacionais e a ‘exportação’ de pessoas qualificadas tornou-se um objetivo aceitável.

O sistema de emprego depara-se com um mercado de trabalho muito flexível, mas pouco eficiente, e os custos de passar para o lado formal da economia permanecem demasiado elevados. O desemprego jovem é persistente ano após ano, assim como uma elevada percentagem de mulheres em situação de inatividade.

Em termos de atividades económicas, o setor primário cresceu ligeiramente no seu conjunto, mas sobretudo em virtude de extensão da produção e não de aumento do valor acrescentado. A expansão do setor não é feita de forma competitiva face aos setores mais produtivos, mas sobretudo como solução para pessoas que não encontram emprego noutros setores.

O desempenho da indústria transformadora é, em larga medida, o reflexo das lacunas de capacidade de atividades auxiliares que acompanhem os motores da economia, quer em atividades tradicionais, quer em atividade emergentes do setor terciário.

Nesta ótica, a dependência do turismo torna-se crescente em Cabo Verde, mas as taxas de crescimento muito rápidas na hotelaria e restauração não são acompanhadas pelo desenvolvimento de outros setores de atividade. Efetivamente, nem os setores tradicionais da agricultura, pecuária e pesca acompanham as necessidades da procura hoteleira e turística, nem os setores emergentes, como as indústrias culturais e criativas, promovem novas e diversificadas ofertas nos domínios da cultura e do lazer.

Estima-se que as perspetivas para o futuro a curto-médio prazo dependam fortemente da manutenção de programas de cooperação estrangeira, do estímulo ao turismo, das remessas dos emigrantes e do resultado dos programas de desenvolvimento governamentais.

3.1. Economia nacional

Os principais indicadores económicos entre 2000 e 2015 evidenciam evoluções díspares em apenas 15 anos.

Tabela 1: Principais indicadores macroeconómicos, 2000-2015

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Contas Nacionais, Preços e Emprego																	
Produto Interno Bruto ¹	a preços do ano anterior, em %	6,3	4,9	3,9	4,6	5,3	8,0	3,5	12,2	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1	0,8	1,9	1,5
Inflação Média Anual	taxa variação em %	-2,4	3,7	1,8	1,2	-1,9	0,4	4,8	4,4	6,8	1,0	2,1	4,5	2,5	1,5	-0,2	0,1
Inflação Homóloga	taxa variação em %	-1,0	4,6	3,0	-2,3	-0,3	1,8	5,8	4,0	6,7	-0,4	3,4	3,6	4,1	0,1	-0,4	-0,5
Taxa de Desemprego	em %	8,6	n.d.	12,9	n.d.	n.d.	n.d.	13,4	15,2	13,0	13,1	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4
Sector Monetário e Financeiro																	
Massa Monetária	taxa variação em %	13,3	9,9	14,8	8,6	10,5	15,6	17,7	10,6	7,9	3,3	5,9	3,3	6,3	11,0	7,3	5,9
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-9,5	46,6	13,1	-8,2	31,9	58,8	14,8	22,8	-6,3	-1,6	3,4	-27,6	23,0	38,1	21,8	13,4
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	35,5	6,8	10,2	5,9	11,9	5,0	17,1	0,7	19,1	10,0	7,2	11,7	4,6	3,7	2,4	2,2
Crédito à Economia ²	em % do PIB	26,8	28,9	31,6	33,2	34,8	35,7	41,2	42,5	49,5	54,9	59,8	62,4	61,6	61,5	60,3	60,8
Depósitos do Sector Privado Não Financeiro ³	em % do PIB	46,9	49,4	55,7	56,2	60,4	65,3	69,8	68,8	67,3	68,7	71,7	66,6	73,5	79,3	84,8	88,5
Depósitos de Emigrantes a prazo e de poupança	em % do PIB	15,3	18,0	21,2	22,9	24,8	25,8	25,1	23,3	21,8	23,2	24,3	25,0	26,8	28,4	30,0	31,2
Taxas de Câmbio																	
Índice de Taxa de Câmbio Eletiva Nominal	valores médios	100,8	100,0	100,5	102,5	103,4	103,5	104,3	105,4	105,1	104,5	105,0	104,1	104,5	104,4	104,4	102,5
Índice de Taxa de Câmbio Eletiva Real	valores médios	100,8	100,0	99,9	100,6	97,5	102,8	106,2	109,4	114,1	114,7	114,5	116,9	115,8	114,0	112,9	110,3
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	115,9	123,2	117,3	97,8	88,7	88,7	87,9	80,6	75,3	79,4	83,3	79,3	85,8	83,1	83,1	99,4
Sector Externo																	
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-7,8	-6,1	-7,9	-7,3	-10,7	-1,8	-5,2	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-15,5	-13,3	-5,4	-8,5	-3,1
Balança Corrente	em % do PIB	-9,7	-9,6	-10,2	-10,2	-13,0	-3,7	-6,6	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-16,2	-14,0	-5,8	-3,0	-4,3
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	14,1	12,3	13,2	11,4	9,9	12,2	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,6	9,0	9,9	11,7
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	6,7	8,7	8,9	9,6	9,4	10,7	16,1	19,3	18,9	15,5	16,1	20,0	21,5	21,7	20,5	20,8
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	7,0	2,0	5,7	3,8	6,6	7,5	10,8	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	6,7	3,0	6,7	5,7
Reservas/Importações	meses	1,0	1,5	2,0	1,8	2,4	3,4	3,6	4,1	4,0	4,2	4,2	3,2	3,8	4,8	5,4	6,4
Finanças Públicas																	
Saldo Global	em % do PIB	-7,0	-6,6	-4,1	-4,1	-0,8	-3,0	-3,2	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-10,3	-9,3	-7,5	-4,1
Saldo Primário	em % do PIB	-5,6	-4,9	-1,4	-1,8	1,5	-1,0	-1,4	2,7	-0,2	-4,5	-9,0	-6,1	-8,4	-7,2	-5,3	-1,5
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	46,4	48,9	50,7	48,7	46,9	46,7	43,7	39,9	38,5	42,8	50,8	56,9	68,1	78,3	87,9	96,7
Stock da Dívida Interna ⁴	em % do PIB	21,8	22,8	28,8	27,4	27,3	28,9	26,6	22,6	18,6	20,0	21,4	22,6	23,2	24,4	26,8	29,0

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

¹Os valores do PIB para 2014 e 2015 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

²Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

⁴Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

n.d. Não disponível.

O Produto Interno Bruto (PIB) iniciou a década crescendo 6,3%, posteriormente desceu até 2004 e tornou a subir até ao ponto máximo de 12,2% em 2007. A crise internacional fez o PIB baixar nos anos seguintes até um valor de crescimento ténue de 0,8% em 2013. Em 2014 o valor cresce para mais do dobro (1,9%) e em 2015 ainda se verifica uma ligeira quebra de crescimento relativamente ao ano anterior (1,5%).

O desemprego, que era de 8,6% em 2000, seis anos depois cifra-se em 13,4%, valor em torno do qual se persiste nos anos seguintes, até à crise de 2011 fazer tais valores dispararem nos anos subsequentes para níveis de 16,8%, 16,4% e 15,8%. Em 2015 o desemprego é atenuado em 3,4% regressando a valores próximos de 2011 (12,2% em 2011 e 12,4% em 2015).

Deve-se realçar, ainda, que a massa monetária e o ativo externo do sistema também registaram variações severas nos anos 2008-2011 da crise, enquanto nos anos seguintes registaram valores mais significativos, embora se mantenham oscilações significativas de ano para ano.

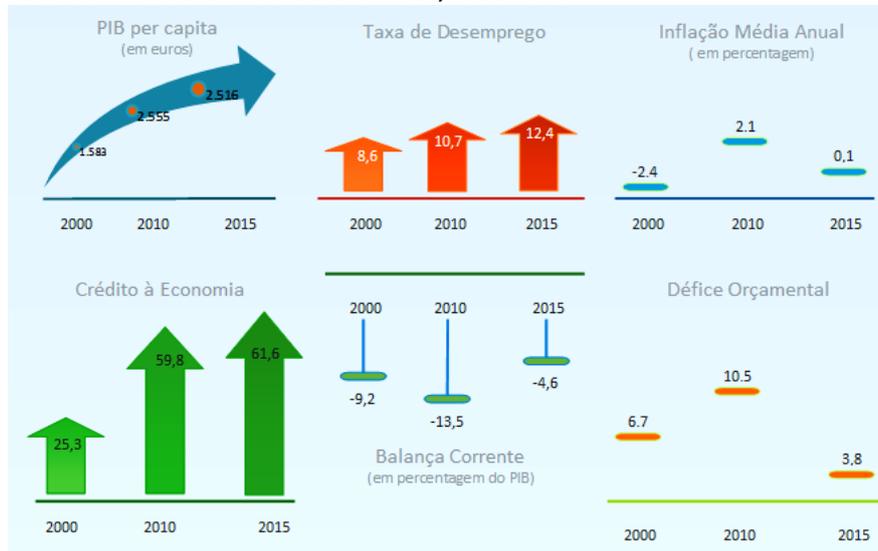
A ‘balança corrente + balança de capital’ e a ‘balança corrente’ registaram sempre valores negativos. Entre 2008-2012 esses valores agravaram-se com a crise, mas posteriormente sofreram alterações que levaram, em 2015, a valores de -3,1% e -4,3%, respetivamente, constituindo-se como dos valores negativos mais baixos de sempre.

Em geral, o setor externo melhorou em 2015, sobretudo devido às remessas de emigrantes, que atingiram a variação mais elevada (11,7%) desde 2005, com crescimentos sucessivos desde 2011, enquanto as receitas brutas de turismo estabilizaram. Contrariamente, o investimento direto estrangeiro caiu de uma variação de 6,7% para 5,7%.

O saldo final das finanças públicas caiu abruptamente nos últimos anos, de -10,3% em 2012 para -4,1% em 2015.

Sinteticamente, os principais indicadores comportaram-se do seguinte modo em cada 5 anos:

Figura 1: Síntese de indicadores macroeconómicos, 2000-2015



Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Em geral verificam-se melhorias importantes na sequência dos lustros apresentados, mostrando-se mais preocupante a persistência dos níveis de desemprego, embora se deva realçar a importância de melhoria da balança corrente e a necessidade de se baixar o défice orçamental.

Uma projecção dos principais indicadores económicos para 2016 traz novas esperanças para seguir a retoma:

Tabela 2: Principais indicadores macroeconómicos (2014, 2015) e previsão (2016)

Principais Indicadores Económicos e Financeiros		Unidades	2014	2015	2016P
Contas Nacionais, Preços e Emprego					
Produto Interno Bruto	preços do ano anterior; em %		1,9	1,5	[3,5 - 4,5]
Inflação Média Anual	taxa variação em %		-0,2	0,1	[0,2 - 1,2]
Sector Monetário e Financeiro					
Massa Monetária	taxa variação em %		7,3	5,9	9,3
Crédito à Economia	taxa variação em %		-0,2	2,7	3,1
Crédito ao Governo Central	taxa variação em %		23,2	5,6	13,4
Sector Externo					
Balança Corrente	em % do PIB		-9,0	-4,3	-3,9
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB		20,5	20,8	21,8
Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB		6,8	5,9	6,1
Reservas/Importações	meses		5,2	6,2	6,4
Finanças Públicas					
Saldo Global	em % do PIB		-7,5	4,0	3,3
Saldo Primário	em % do PIB		-5,3	-1,2	-1,3

Fonte: INE, BCV, MF.

Deve-se destacar a previsão de crescimento significativo do PIB para valores mais consentâneos com o passado; a massa monetária cresce significativamente, sobretudo por crédito ao Governo

Central; a balança corrente e o investimento direto estrangeiro preveem ligeiras melhorias; as finanças públicas tendem a apresentar um saldo global de 3,3%, próximo da importante meta de 3%.

Por setor de atividade, o acumulado dos dois primeiros semestres de 2015 e 2016 revela um crescimento significativo do PIB:

Tabela 3: PIB por setores de atividade económica e VAB

	2015:II	2016:II
PIB	0,9	4,7
Agricultura	-8,7	9,9
Pesca	10,4	-17
Indústria Extrativa	-2,1	0,6
Indústria Transformadora	1,7	7,1
Eletricidade e Água	1,7	10,7
Construção	-3,9	2,1
Comércio	-2,6	-4,7
Transporte	6	2,3
Alojamento e Restauração	10,2	15,2
Telecomunicações e Correios	-1,4	-6,1
Serviços Financeiros e Seguros	4	4,4
Imobiliária e Outros Serviços	0,8	5,5
Serviços às Empresas	-1,7	8,3
Administração Pública	0,9	7,6
VAB	0,2	4,6
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	0,2	5,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, Cálculos da DNP/SAME

Efetivamente, os acumulados registam um crescimento de 4,7% do PIB em 2016, contra apenas 0,9% em 2015. Crescem notavelmente os setores da Agricultura (-8,7% para 9,9), Indústria Transformadora (1,7% para 7,1%), Eletricidade e Água (1,7% para 10,7%), Imobiliária e Outros Serviços (0,8% para 5,5%), Serviços às Empresas (-1,7% para 8,3%) e Administração Pública (0,9% para 7,6%), enquanto Alojamento e Restauração cresce em torno de 50% entre um ano e outro (10,2% para 15,2%).

Em contrapartida registam-se quebras muito importantes na Pesca (10,4% para -17,0%), Transporte (6,0% para 2,3%) e Telecomunicações e Correios (-1,4% para -6,1%).

No conjunto, o VAB cresceu significativamente de 0,2% em 2015 para 4,6% em 2016.

Na ótica da procura, o crescimento económico previsto para 2016-2017 apresenta-se assim:

Tabela 4: Crescimento económico (ótica da procura)

	Taxa de Crescimento			Contr. para crescimento		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
PIB Real	1.5	3.6	5.5	1.5	3.6	5.5
Consumo total	1.8	2.5	3.3	1.5	2.2	2.8
Consumo Privado	1.9	3.0	3.9	1.2	2.0	2.6
Consumo Publico	1.5	1.1	1.1	0.3	0.2	0.2
Investimento total	1.7	5.5	7.8	0.5	1.5	2.1
FBCF	-2.6	5.6	8.1	-0.7	1.4	2.1
Investimento Publico	-1.8	-6.4	-9.3	-0.2	-0.5	-0.7
Investimento Privado	-3.0	11.8	15.5	-0.5	1.9	2.8
Variação de existências	130.5	3.7	3.7	1.1	0.1	0.1
Exportações Líquidas	4.2	0.5	-4.6	-0.5	-0.1	0.6
Exportações totais	-8.6	8.0	7.0	-4.2	3.6	3.2
Exportações de bens	-29.5	5.6	9.4	-4.0	0.5	0.9
Exportações de serviços	-0.7	8.7	6.3	-0.2	3.0	2.3
Importações totais	-6.0	6.3	4.5	-3.7	3.6	2.6
Importações de bens	-7.2	7.5	5.6	-3.4	3.2	2.5
Importações de serviços	-2.3	2.8	1.1	-0.4	0.4	0.2

Fonte: DNP/SAME

Na ótica da procura, as projeções mostram um crescimento do PIB entre 3 a 4 vezes superior entre o período 2015-2017, bem como um aumento significativo (30%) do consumo privado no mesmo período.

A formação bruta de capital fixo regista um crescimento muito significativo de -2,6% em 2015 para 8,1% em 2016, enquanto o investimento total, à custa do investimento privado e da variação de existências, cresce entre 4 a 5 vezes para o período 2015-2017.

Uma maior dinâmica na atividade económica poderá ser impulsionada, sobretudo com o arranque e conclusão de empreendimentos turísticos avaliados em 627 milhões de euros, designadamente o Complexo Turístico Integrated Resort – Ilhéu Santa Maria, Hotel White Sands, Llana Beach Hotel, Ocean Resort, Royal Decameron Resort, Hotel Hilton Sal e Dja d’Sal Moradias Aqua Park.

Note-se que, no domínio das atividades turísticas e hoteleiras, o número de turistas aumentou 13,9% em 2016 face ao período homólogo de 2015 e que o número de dormidas registou um acréscimo de 16,5%.

Na ótica da oferta, prevê-se o seguinte crescimento económico para 2016-2017:

Tabela 5: Crescimento económico (ótica da oferta)

	Taxa de crescimento			Contr. para crescimento		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
PIB Real	1.5	3.6	5.5	1.5	3.6	5.5
Valor Acrescentado	1.0	3.1	5.3	0.9	2.7	4.7
Sector Primario	3.4	4.5	4.6	0.3	0.4	0.4
Sector Secundário	-2.6	0.5	3.0	-0.4	0.1	0.4
Sector Terciário	1.5	3.5	5.9	1.0	2.2	3.8
Impostos líquidos	5.3	7.4	6.9	0.6	0.9	0.9

Fonte: DNP/SAME.

O valor acrescentado prevê quintuplicar entre 2015-2017. Estima-se um crescimento moderado no setor primário, um crescimento significativo no setor terciário e um amplo crescimento no setor secundário, provavelmente à custa de previsões de dinamização da construção e da indústria ligeira.

Em termos de tendências do peso relativo do PIB por setores, os indicadores evidenciam o seguinte:

Tabela 6: Estrutura do PIB corrente a preços de mercado, por setor (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Sector Primário	9,2	8,5	8,9	8,5	8,3	8,8	8,7	8,5
Sector Secundário	16,2	18,0	18,7	17,6	17,4	16,6	17,1	18,3
Sector Terciário	61,0	59,8	60,2	61,2	60,6	62,2	61,8	61,2
Total VAB	86,4	86,3	87,8	87,3	86,2	87,6	87,6	88,0
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	13,6	13,7	12,2	12,7	13,8	12,4	12,4	12,0
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

O setor primário continua a registar sucessivas descidas de peso relativo nos últimos três anos, atingindo o segundo valor mais baixo dos oito anos em apreciação.

O setor secundário, que apresentava uma tendência de queda entre 2009-2012, recuperou nos dois últimos anos e atingiu mesmo o segundo valor mais elevado do período em análise.

O setor terciário é relativamente estável no período (61% em 2007 e 61,2% em 2014), embora seja de realçar que, a exemplo do setor primário, também evidencia ligeiras quebras sucessivas entre 2012 e 2014.

Gráfico 1: Consolidação do déficit orçamental



O déficit orçamental tem registado, desde 2012, uma queda significativa de -10,3% para -3,3%, prevendo-se em 2017 o valor referência de -3,0% e tendência para diminuir.

Em síntese, os dados disponíveis, independentemente de algumas oscilações, apontam para uma melhoria generalizada dos indicadores económicos, embora não seja certo que os valores de 2016 se reflitam positivamente na diminuição do desemprego – não obstante as previsões para os principais indicadores económicos indicarem uma necessidade de crescimento do emprego e, concomitantemente, um aumento das qualificações da população visando cumprir objetivos de governo de prestação de serviços especializados e crescimento do setor terciário com base num sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento.

3.2. Caracterização socioeconómica por ilhas

Por ilhas, o peso relativo do produto interno bruto tem-se revelado relativamente estável entre 2007 e 2014:

Tabela 7: Estrutura do PIB por ilha

Ilha	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Santo Antão	6,7%	6,5%	6,7%	6,6%	6,5%	6,2%	6,0%	6,0%
São Vicente	16,1%	16,3%	16,0%	16,3%	16,2%	15,2%	15,4%	16,0%
São Nicolau	2,2%	2,3%	2,5%	2,4%	2,3%	2,1%	2,1%	2,1%
Sal	12,8%	13,1%	11,2%	11,4%	11,1%	10,8%	10,4%	10,4%
Boavista	2,5%	2,8%	3,6%	4,3%	4,3%	5,2%	5,1%	5,0%
Maio	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,3%	1,2%	1,2%	1,0%
Santiago	52,3%	51,6%	52,8%	51,9%	52,1%	53,2%	54,1%	53,8%
Fogo	5,2%	5,1%	5,1%	4,8%	5,2%	5,2%	4,9%	4,8%
Brava	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Brava, Maio e São Nicolau representam menos de 4% do PIB (3,9% no conjunto), enquanto Santiago, São Vicente e Sal representam mais de 80% (80,2%), e em situação intermédia encontram-se as ilhas de Santo Antão, Boavista e Fogo com 15,8% do PIB.

Na generalidade, cada ilha manteve valores muito próximos nos últimos anos, tendo as maiores evoluções sido registadas em São Vicente, que nos dois últimos anos recuperou de perdas relativas, e Santiago, que caiu em 2013, mas acabou por aumentar o seu peso relativo em 0,6% entre 2012 e 2014. Sal e Fogo registaram perdas de 0,4% entre 2012 e 2014, com maior gravidade para o Fogo devido ao seu peso relativo ser menor.

Analisando o PIB *per capita* chega-se aos seguintes resultados:

Tabela 8: PIB per capita, em dólares

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Santo Antão	2.245	2.610	2.573	2.476	2.814	2.554	2.663	2.715
São Vicente	3.310	3.918	3.615	3.541	3.926	3.699	3.596	3.682
São Nicolau	2.590	3.144	3.271	3.044	3.383	3.128	3.038	3.163
Sal	8.799	10.078	7.773	7.297	7.530	7.068	6.320	5.968
Boa Vista	5.122	6.428	7.189	7.824	7.878	8.819	7.695	6.885
Maio	2.858	3.358	3.291	3.067	3.488	3.414	3.129	2.793
Santiago	3.006	3.450	3.324	3.126	3.497	3.578	3.506	3.424
Fogo	2.094	2.462	2.334	2.151	2.643	2.709	2.497	2.471
Brava	2.305	2.671	2.592	2.418	2.908	2.673	2.528	2.708
Cabo Verde	3.187	3.717	3.506	3.354	3.743	3.759	3.621	3.593

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Boavista e Sal, apesar da tendência negativa que se regista desde 2012, são as ilhas com maior PIB *per capita*, destacadamente à frente das demais ilhas. O Fogo, que também caiu

sucessivamente nos últimos anos, regista o PIB *per capita* mais fraco de todas as ilhas. Santiago, São Vicente e São Nicolau situam-se em posições intermédias.

3.2.1. Ilha de Santiago

Santiago é a maior ilha de Cabo Verde, ocupando uma área de 991Km², aproximadamente com comprimento de 54,9 km entre a ponta Moreira, a Norte, e a ponta Mulher Branca, a Sul, e uma largura máxima de 29 km entre a ponta Janela, a Oeste, e a ponta Praia Baixo, a Leste.

A ilha de Santiago possui o maior peso na economia do País e a sua economia é fortemente terceirizada.

No entanto, no que respeita ao setor primário, apesar da significativa perda ocorrida na agricultura, a ilha continua a ser grandemente responsável pelo emprego do setor.

No que respeita ao setor secundário verifica-se evolução em termos de peso do emprego em Santiago, e os avanços/retrocessos têm se verificado sobretudo à custa da evolução do ramo de atividade da construção.

Destaca-se, ainda, as potencialidades marítimas da ilha e os avanços verificados relativamente às energias renováveis, sobretudo desde a criação do CERMI (Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial).

Em especial na cidade da Praia, capital do país, situam-se os centros de decisão e a maior parte dos serviços, características que se têm acentuado ano após ano. O ramo de atividade de 'outros serviços' interfere diretamente no significativo crescimento do setor terciário na ilha.

Em todo o caso, a análise das componentes de emprego em Santiago evidencia uma grande diversidade da economia regional, que engloba as atividades de agropecuária e pescas, de construção, de energias renováveis, de turismo e em especial de serviços, tais como as atividades financeiras, de tecnologias de informação e comunicação, de comércio, de transportes marítimos, aéreos e de comunicações.

3.2.2. Ilha de Brava

A ilha Brava possui uma superfície total de 64 km², é a mais pequena ilha habitada do arquipélago e a mais ocidental do grupo de sotavento, encontrando-se situada a sul e representando cerca de 1,58% do território nacional.

O emprego é fortemente terceirizado, embora se tenha registado um aumento de emprego no setor secundário. A fragilidade do tecido económico determina o predomínio do emprego na administração pública e nos serviços de produção e distribuição de eletricidade e água, ainda que tenha havido regressão nestas atividades.

No domínio da agricultura estima-se que cerca de 20% das terras de sequeiro são cultivadas por conta própria, 22% em regime de parceria, 14% por arrendamento e 45% por comodato (exploração que o agricultor faz da terra que não lhe pertence), sendo esta última, uma forma semidirecta de exploração muito importante na ilha.

Na pecuária a criação de gado constitui uma atividade complementar à agricultura e tem tido grande importância para a economia familiar, apesar da sua forma de exploração ser do tipo tradicional.

A pesca constitui um setor de elevada importância para o desenvolvimento socioeconómico da ilha, quer pela segurança alimentar das populações, quer pela criação de empregos. O setor é caracterizado por um sistema de exploração do tipo artesanal na medida em que a pesca é feita fundamentalmente através de linhas e redes e a comercialização através de peixeiras, enquanto para fora da ilha a comercialização é assegurada pelos rabadantes que muitas vezes recorrem à conservação em gelo e salmoura. As localidades com vocação para a pesca são Tantum, Furna Fajã D' Água, Pedrinha e Incião. Os tipos de pescado que predominam são os grandes e pequenos pelágicos e os crustáceos e os processos de captura e comercialização executam-se de forma bastante incipiente.

Quanto ao comércio, quase todas as zonas do município se encontram cobertas de pequenas unidades de comercialização de bens, mas a carência de pessoal qualificado e o fraco poder de compra da população condicionam o volume de negócios do setor. Por outro lado, a carência de transportes impede o desenvolvimento socioeconómico da ilha, sobretudo o transporte marítimo, que se manifesta muito deficiente e irregular, tornando a Brava uma ilha muito isolada.

No entanto, a ilha é dotada de recursos naturais turísticos que permitem um desenvolvimento apreciável se forem tomadas algumas medidas, designadamente no setor dos transportes marítimos. Efetivamente, a ilha dispõe de uma linha costeira com várias enseadas potenciais para a realização de cabotagens, paisagens diversas e contrastantes servidas de miradouros estrategicamente colocados, uma flora marinha e terrestre diversificada e sítios históricos.

3.2.3. Ilha de Fogo

A ilha de Fogo, habitada por cerca de 38 mil habitantes, é vulgarmente conhecida como a 'ilha do vulcão', por albergar o único vulcão ainda em atividade em solo Cabo-verdiano, caracterizando-se por possuir uma orografia singular, de formato cónico, cujo elemento central é a cratera de onde emerge o pico do vulcão, a 2.829 metros acima do nível do mar – o ponto mais alto de todo o arquipélago.

A cratera de Chã das Caldeiras, com 8km de diâmetro, largamente coberta por vestígios de lavas (sendo a última erupção registada em novembro de 2014), está incluída numa região de área protegida – o Parque Natural de Bordeira/Chã das Caldeiras/Pico Novo, com 6.600ha – que preserva as suas potencialidades turísticas.

A orla marítima, com praias de areia negra (como a praia de Bila Baixo em São Filipe) e águas profundas e ricas em biodiversidade oferece igualmente boas oportunidades para o desenvolvimento de atividades turísticas de mergulho, pesca submarina e turismo medicinal.

O seu microclima permite a produção de um dos vinhos mais famosos do país – as marcas 'Chã' e 'Sodade', além do tradicional 'Manecon' -, e o perímetro florestal de Monte Velha, com a sua rica biodiversidade, constitui um enorme potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo de natureza e do turismo gastronómico.

Do ponto de vista sociodemográfico, cultural e arquitetónico, destaca-se a beleza paisagística da cidade de São Filipe, caracterizada pelos seus típicos 'sobrados' – construções do tipo colonial, ex-libris da cidade – e por manifestações culturais próprias, como as festas da Bandeira.

Porém, é no setor primário que a ilha regista o seu maior peso relativo, sendo a agricultura a atividade que caracteriza a especialização económica da ilha em relação ao restante

arquipélago. Provavelmente associado à comercialização de produtos agrícolas o emprego nas atividades comerciais também possui uma expressão apreciável.

No entanto, atividades de hotelaria e turismo ainda têm fraca expressão no emprego, demonstrando a existência de um potencial de desenvolvimento por explorar em nichos de mercado turístico associados ao turismo de natureza e ambiental. Efetivamente, são produtos turísticos potenciais o turismo de natureza (observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural), o turismo cultural (arqueologia, turismo étnico, festas populares, património construído, intercâmbio) e o turismo desportivo (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva).

Todavia, verifica-se uma acentuada dependência da emigração (sobretudo para a América), bem como uma deficiente ligação a outras ilhas (quer por via aérea quer marítima), fracas infraestruturas gerais e turísticas, insuficiente mão-de-obra qualificada e ausência de uma estratégia concertada de promoção e desenvolvimento turístico da ilha, limitando a exploração de todo o seu potencial turístico.

3.2.4. Ilha de Maio

A ilha de Maio tem uma área de 265 km²e pertence às ilhas do grupo de Sotavento, situada apenas a 23 km da cidade da Praia.

A ilha apresenta potencialidades naturais (inertes com potencial para exploração; praia; peixes e mariscos para alimentação humana; perímetro florestal (para produção de lenha e carvão) e condições geomorfológicas (facilita a comunicação e a acessibilidade). Além disso, a ilha possui aeródromo e portos, bem como dispõe de cultura e tradição (música dança, festas tradicionais e romarias), criatividade nas artes e ofícios (culinária, artesanato, tecelagem/bordados e cerâmica) e ainda de boa hospitalidade e sensibilidade humana, o que assegura um bom potencial para o desenvolvimento do setor do turismo.

No entanto, a ilha debate-se com problemas de exploração ilegal e descontrolada dos recursos inertes, intrusão salínica, degradação ambiental com extinção de certas espécies, coberto florestal pouco diversificado, exploração descontrolada para lenha, extinção de alguns endemismos, escassez de infraestruturas rodoviárias, estruturas sanitárias indevidamente equipadas e falta de infraestruturas educacionais.

Nestas condições, o desenvolvimento económico da ilha é pouco expressivo, os recursos naturais não são suficientemente explorados por falta de infraestruturas e técnicas modernas e a persistência da seca leva a que a economia se baseie muito no setor primário, além da proliferação de pequenos negócios, tanto ambulante como retalhista, em toda a ilha.

Por outro lado, verifica-se uma crescente terceirização em detrimento do setor secundário mediante uma reestruturação setorial e do emprego, embora a agricultura e as pescas tenham ainda um peso relevante face ao contexto nacional. A exploração dos recursos do mar também continua a ser potencialmente muito interessante.

Nesta ótica configura-se um perfil de especialização centrado na produção agrícola para consumo interno, beneficiando da proximidade a Santiago como mercado de consumo dos seus produtos. A verificar-se essa tendência, então os transportes marítimos poderão vir a assumir um papel fundamental e exigir ajustamento ao perfil de qualificações da ilha.

3.2.5. Ilha de São Vicente

São Vicente é vulgarmente conhecida como ‘a ilha do Porto Grande’ por albergar o maior porto do país numa baía considerada entre as 10 baías mais belas do mundo, que foi importante entreposto carvoeiro no século XIX e durante o 1º quartel do século XX, desempenhando, por isso, o papel de principal porta de contato entre Cabo Verde e o mundo e conferindo à cidade do Mindelo um cosmopolitismo que ainda hoje se faz sentir na arquitetura, na música, na cultura, na gastronomia.

São Vicente é o segundo polo económico mais importante do País, possuindo uma combinação de setores de atividade económica que se aproxima do peso relativo dos grandes setores da economia Cabo-verdiana.

A ilha apresenta a maior concentração de emprego na indústria transformadora do país, embora se tenha perdido emprego industrial e a economia regional esteja exposta a uma reestruturação decorrente de um processo de desindustrialização.

A trajetória de crescimento da ilha é fundamental no contexto nacional, designadamente em virtude da diversidade do tecido económico local e a sua utilização como polo do setor dos transportes no ‘cluster do mar’. Em 2012 a fileira das pescas assumiu a liderança das exportações do País.

São Vicente também apresenta uma oferta turística diversificada, destacando-se:

- O turismo de praia, designadamente nas praias da Laginha no centro da cidade e nas da Baía das Gatas, do Calhau e de São Pedro.
- O turismo de natureza, mediante caminhadas, observação de fauna, ornitologia, turismo no espaço rural, realçando-se o Parque Natural de Monte Verde (800ha), de onde se avistam belíssimas vistas panorâmicas de quase toda a ilha.
- O turismo desportivo, em especial os desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva, golfe.
- O turismo cultural, com especial relevo para o carnaval, o turismo étnico, festas populares, festivais de música e de teatro, as tradicionais festividades de passagem de ano e o património construído.
- O turismo de negócios e eventos como congressos, feiras e visitas técnicas.

Tais opções, que associam a hotelaria e o turismo à economia cultural e criativa para alavancagem de outras atividades económicas regionais, têm sido complementadas crescentemente por uma tendência de oferta de pacotes turísticos integrados com a vizinha ilha de Santo Antão, que desfruta de belíssimas paisagens de montanha e se articula bem com a diversidade da procura turística.

Não obstante, existem alguns pontos de estrangulamento, designadamente ao nível da ligação com o exterior e com as restantes ilhas (abertura do aeroporto internacional, melhoria das ligações aéreas e marítimas com outras ilhas), de melhor planeamento e promoção integrada da oferta turística de São Vicente e de uma mais ampla qualificação de mão-de-obra.

Nesse sentido é muito importante desenvolver a oferta de qualificação dirigida à família profissional marítimo-pesqueira, nomeadamente no que respeita à fileira dos transportes marítimos, mas também no que se refere à indústria transformadora e ao comércio, que possui peso expressivo no emprego local.

Por outro lado, perfila-se no horizonte a necessidade de novas ofertas de qualificação profissional relativamente às atividades turísticas associadas à economia cultural e criativa, o que suscita especificidades locais que exigem um esforço conjugado entre economia e emprego para o desenvolvimento socioeconómico regional.

3.2.6. Ilha de Santo Antão

Santo Antão é uma ilha aproximadamente com 40 km de extensão longitudinal e cerca de 20 km de largura, localizada no grupo do Barlavento, segunda maior do arquipélago em superfície e terceira em população. Uma parte da ilha voltada a sudeste é quase completamente árida, enquanto a zona nordeste goza de pluviosidade relativamente regular e é razoavelmente verde, concentrando-se aí que a maioria da população.

O acesso à ilha faz-se por mar, desde Porto Novo, mediante ligações diárias regulares com o Mindelo, a uma hora de viagem apenas.

A ilha é eminentemente agrícola e as suas principais produções são a cana-de-açúcar, o inhame, a mandioca, a banana, a manga e o milho. Uma densa rede de levadas e reservatórios permite a recolha e armazenamento de água das ribeiras a diferentes níveis para distribuição pelas culturas de regadio praticadas nos socalcos escavados nas encostas.

Uma das principais produções da ilha é o grogue, um tipo de aguardente produzida localmente e muito popular em todo o arquipélago.

A pesca tem também um papel importante na economia da ilha.

A pozolana, material sílico-aluminoso que, quando finamente moído e na presença de água, reage com hidróxido de cálcio formando compostos com propriedades cimentícias, explora-se na ilha de Santo Antão.

O turismo tem vindo a crescer na ilha, sobretudo devido a uma paisagem íngreme que contrasta em áreas verdes com regiões absolutamente secas, e uma rede de trilhos de acesso às povoações e aos campos de cultivo espalhados pelos diferentes vales, cujo conjunto apela aos turistas para longas caminhadas, para o turismo-aventura e o ecoturismo.

3.2.7. Ilha de São Nicolau

A ilha de São Nicolau localiza-se aproximadamente no centro do arquipélago de Cabo Verde, ocupando uma área de 343 km², e em dias favoráveis pode avistar-se todo o arquipélago cabo-verdiano a partir do cume do Monte Gordo, no coração de São Nicolau.

A ilha é de origem vulcânica, apresentando um relevo acidentado, com picos altos e vales profundos que apresentam grandes ravinas que terminam em pequenas plataformas costeiras. Com 152 km de costa marítima, a ilha possui, em determinadas zonas, falésias com mais de 200 metros de altura que terminam abruptamente no mar.

No entanto, não existem cursos de água permanentes. A rede hidrográfica principal parte do maciço central e daí se configuram as principais ribeiras, cujas águas correm apenas na época das chuvas. No prolongamento oriental, a rede hidrográfica é pouco expressiva, sendo formada por ribeiras relativamente pequenas que se entalham profundamente e definem vales pronunciados.

A ilha regista escassez de recursos naturais, indefinição da sua vocação em matéria de desenvolvimento, fraca concentração de capital, incipiente qualificação dos seus recursos humanos qualificados, associada à condição de ilha periférica marcada por fenómenos migratórios e imigratórios, o que determina uma economia caracterizada essencialmente por disfunções de carácter estrutural.

No tecido económico da ilha de São Nicolau destaca-se a importância do setor primário, embora se tenha verificado um crescimento relativo do setor secundário. No entanto, o setor terciário ocupa a primeira posição relativamente à distribuição do emprego, apesar do domínio produtivo da ilha ser fortemente dominado pelo setor primário, no qual se destacam a agricultura, a pesca e a pecuária.

Em especial no município de Ribeira Brava de São Nicolau apresentam-se potencialidades turísticas em diversos domínios, designadamente a beleza e a diversidade das suas paisagens, o vasto património histórico e cultural, a hospitalidade, a tranquilidade, o clima ameno, entre outros. O aproveitamento de vantagens comparativas potencia o desenvolvimento de modalidades de turismo, tais como turismo de montanha, turismo rural, turismo histórico e cultural, pesca desportiva, medicinal, entre outros, que poderão constituir complementaridades e alternativas às ilhas mais planas cuja base principal de sustentabilidade e atração reside no 'sol, praia e mar'.

Porém, a ilha continua possuindo uma forte vocação agrícola, apesar das secas cíclicas e prolongadas. As culturas irrigadas caracterizam-se pela sua pequena superfície, bem como a sua dispersão nos espaços hortícolas. A área irrigada de maior expressividade é o perímetro irrigado de Fajã (aproximadamente 26ha de regadio), no qual existe uma galeria com um caudal diário de cerca de 400 m³/dia.

No regadio cultiva-se a cana sacarina (que ocupa cerca de 2/3 da área cultivada), banana, hortícolas raízes e tubérculos. Apesar da fraca tradição do cultivo de hortícolas na ilha, a sua produção vem aumentando nos últimos anos. Nas zonas húmidas está sendo introduzido o cultivo de hortícolas de sequeiro.

De entre as atividades que assumem um papel relevante no desenvolvimento socioeconómico de São Nicolau destaca-se a pesca, quer pelo número de pessoas que depende dela, que pela sua contribuição na dieta alimentar da população.

As principais comunidades piscatórias da ilha são: Tarrafal (onde se localiza uma das fábricas de conserva de pescado) e Preguiça (comunidade relativamente próxima da Ribeira Brava). A localidade de Carriçal também constitui uma forte comunidade piscatória da ilha, mas tem perdido a sua importância na pesca.

O Tarrafal, além da pesca, possui outras potencialidades de desenvolvimento, nomeadamente ao nível dos desportos náuticos, das atividades culturais e de lazer e em termos de património, destacando-se as suas areias medicinais, ricas em titânio e iodo, e a lendária 'Rotcha Scribida' da Ribeira de Prata.

3.2.8. Ilha de Boavista

A Boavista é a ilha cabo-verdiana situada mais a leste do arquipélago, distando apenas 455 km da costa africana, dispõe de 620 km² de superfície, possui as mais extensas praias do país e boas condições para mergulho, livre ou autónomo, tornando-se recentemente alvo dos investidores turísticos, que construíram vários hotéis e infraestruturas turísticas.

A ilha apresenta um padrão de especialização setorial muito próximo daquele que se regista no Sal, embora o peso do turismo na economia da Ilha seja ainda mais determinante. Verifica-se também um forte coeficiente de emprego na construção, associado ao desenvolvimento de infraestruturas turísticas. A análise de detalhe por ramo de atividade permite apenas considerar a possibilidade de desenvolvimento e de aumento futuro da expressão do emprego em ramos de atividade que ganham com o turismo, nomeadamente os serviços e a agricultura.

No que respeita ao turismo, os benefícios locais resultantes da atividade verificam-se através de impactos indiretos, isto é, através dos fornecedores da indústria turística (alimentação, artesanato, etc.). O setor vem ganhando nos últimos anos uma importância expressiva na Boavista, evidenciando uma tendência para se transformar num setor estratégico de dinamização da economia da ilha. Os avultados investimentos dos últimos anos criaram para novos postos de trabalho e atraíram população de outras ilhas e imigração da costa ocidental africana.

Relativamente à agricultura a ilha vivia dependente da agropecuária e da pesca, assentando a sua economia na atividade pecuária, na indústria de conservas de peixe, nas atividades de coleta, designadamente da apanha e comercialização do sal, da urzela e da purgueira, na indústria artesanal de transformação da argila, na indústria extrativa de rochas calcárias, atividades artesanais de fabricação de cal e olaria e ainda na atividade agrícola de subsistência, cujas características sempre foram artesanais, sem uma ótica de desenvolvimento sustentável do território. A área irrigada vem aumentando de ano para ano, situando-se à volta de 50ha. Uma área de apenas 11.004.94 m² encontra-se coberta pelo sistema de micro-irrigação gota-gota. A agricultura de sequeiro tem pouca expressão devido às fracas precipitações registadas.

A pecuária é caracterizada pela exploração familiar e constitui um complemento para o rendimento dos agregados familiares. A produção forrageira é insuficiente, provocando uma certa penúria alimentar, e constata-se um défice entre a capacidade de produção forrageira e as necessidades reais.

No que respeita à pesca a ilha detém uma enorme plataforma pesqueira, integrando juntamente com as ilhas do Sal e Maio a maior extensão de plataforma do país. O setor caracteriza-se pela prática da pesca artesanal com recurso a botes de 4 a 6.5 metros de boca aberta em madeira, tendo os produtos da pesca um forte contributo para a segurança alimentar das populações. No entanto, não existe nenhuma unidade de transformação do pescado e a maior parte dos produtos da pesca são consumidos localmente, sendo outra parte encaminhada para Santiago e Sal, principalmente.

3.2.9. Ilha de Sal

O Sal é uma ilha pequena dimensão, com cerca de 216 km² de superfície, plana e árida, que está entre as ilhas do arquipélago com maiores potencialidades para a prática do turismo balnear. Trata-se de uma ilha vulcânica, com alguns cones vulcânicos, onde sobressai a cratera das salinas. O Monte Grande representa a sua maior elevação, com cerca de 406m.

A cratera das salinas de 'Pedra de Lume' onde se fazia a exploração do sal para exportação poderá ser explorada para fins turísticos. A água desta localidade é muito utilizada para fins

terapêuticos. A ilha está sob a influência dos ventos alísios do leste proveniente do deserto do Sahara. A força desses ventos poderá ser utilizada para a produção da energia eólica, para além de constituírem um grande potencial para a prática de desportos náuticos como o *windsurf*. Em suma, o turismo de sol e praia durante o ano, os desportos náuticos, *windsurf* e mergulho, pesca, natação, festival de música, estão entre as principais potencialidades turísticas da ilha.

No que se refere à acessibilidade, os principais aglomerados populacionais da ilha estão ligados por uma rede de estradas em bom estado de conservação, e a estrada Santa Maria (Aeroporto-Espargos) é considerada a via principal de ligação ao maior centro turístico da ilha.

Além de uma forte expressão do emprego no setor terciário, designadamente no turismo, também o setor secundário tem ganho importância. Os níveis de localização evidenciam que, apesar das perdas registadas, a importância do turismo, transportes e comunicações associados ao transporte aéreo, mantêm-se.

No caso turismo, as extensas praias de areia branca, associada às condições climáticas favoráveis (sol, vento, correntes, marés e forte ondulações) são recursos naturais para a prática do turismo balnear e dos desportos náuticos. A ilha permite o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo, desde o turismo de 'sol e praia' (mergulho, windsurf e pesca) até ao turismo de natureza (caminhadas, passeios de bicicleta) e ao turismo cultural.

As infraestruturas hoteleiras e conexas também fazem parte das suas potencialidades. A ilha dispõe atualmente de um número considerável de infraestruturas de alojamento de padrão internacional. Estando mais perto da Europa, um dos principais mercados do turismo emissor e dispondo de um aeroporto de nível internacional, aliada às potencialidades turísticas naturais, estas são condições que à partida determinaram o desenvolvimento do turismo nesta ilha.

3.3. Delimitação socioeconómica

Em função da análise económica, das opções governativas e de estudos anteriormente realizados a nossa atenção centrou-se em setores económicos considerados estratégicos para o desenvolvimento do País. O Programa do Governo para a IX Legislatura anuncia:

“Aposta na formação técnico-profissional [e] estruturação e promoção do ensino secundário profissionalizante com destaque para as áreas ligadas ao turismo, mar, agricultura, comércio e indústrias ligeiras, construção civil, telecomunicações, informática e eletrónica industrial, de acordo com a vocação económica da região em causa.” (Programa de Governo, 2016: 71)

Por sua vez, um estudo amplo sobre os recursos humanos de Cabo Verde assinalou áreas económicas suscetíveis de alavancar as regiões, designadamente ligadas ao turismo, mar, agricultura, indústrias culturais e criativas, tecnologias de informação e comunicação, energias renováveis.

A observação de diversos documentos e os depoimentos recolhidos empiricamente nas diversas ilhas permitiu-nos analisar e selecionar setores predominantes a estudar por ilha numa ótica que procura compatibilizar a vocação económica local e o potencial de alavancagem económica dos setores expressos em estudos, documentos e análise empírica.

Independentemente de setores transversais de suporte necessários à economia das ilhas, delimitou-se do seguinte modo as atividades económicas predominantes por ilha:

- SANTIAGO
Agronegócio; Economia Marítima; Energias Renováveis; Tecnologias de Informação e Comunicação; Turismo.

- BRAVA
Turismo (seguido de agronegócio e pesca).

- FOGO:
Agronegócio; Turismo.

- MAIO:
Agronegócio; Economia Marítima; Turismo.

- SÃO VICENTE
Economia Marítima; Indústrias Culturais e Criativas; Turismo.

- SANTO ANTÃO
Agronegócio; Turismo.

- SÃO NICOLAU
Agronegócio; Turismo.

- BOAVISTA
Agronegócio; Turismo.

- SAL
Agronegócio; Turismo; Construção Civil; TIC.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO E DO DESEMPREGO – nacional e regional

4.1. Emprego

O estudo da estrutura do emprego leva em consideração os setores de atividade económica, as profissões, o meio de residência, o sexo, a instrução e a situação na profissão.

Tabela 9: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo a profissão e o meio de residência, 2015 (%)

	Urbano	Rural	Total
<i>Sector de atividade</i>			
Primário	5,1	54,2	19,8
Secundário	20,7	10,4	17,6
Terciário	74,2	35,5	62,6
Total	100,0	100,0	100,0
<i>Profissões</i>			
Militar	0,0	0,0	0,0
Rep. Poderes Legis. e Exec, Direct e Gest Executivos	3,4	0,5	2,5
Especialistas de Ativ intelect e Científicas	9,7	3,8	7,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	6,0	1,5	4,7
Pessoal Administrativo	5,5	1,3	4,2
Pessoal dos Serv Pessoais, de Protec e Segur e Vend	25,9	14,1	22,4
Agricultores e Trabalh Quali da Agricul Pesca e da Floresta	2,6	12,9	5,7
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	17,5	8,0	14,6
Operadores de Inst e Máquinas e trab da Montagem	4,3	3,9	4,2
Profissões Elementares	25,0	53,8	33,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Inquérito Multi-objetivo Contínuo 2015.

A estrutura dos setores de atividade encontra-se claramente dividida em função do meio de residência, predominando uma altíssima taxa de presença do setor terciário em ambiente urbano (cerca de ¾ do total do emprego), que cai para menos de metade em ambiente rural, tal como o setor secundário que também cai para metade em ambiente rural, predominando, então, o setor primário com mais de 50% do emprego total.

Em termos gerais identifica-se algum desequilíbrio entre os setores em função da tradicional evolução setorial, já que Cabo Verde é um país muito terceirizado (62,6%) e com uma componente de setor primário (19,8%) superior à do setor secundário (17,6%), evidenciando as consequências de um processo de desindustrialização que foi ocorrendo ao longo dos anos, embora atualmente a situação do setor secundário se encontre estabilizada.

No que respeita às profissões, em meio urbano predomina o ‘pessoal dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendas’ e ‘profissões elementares’, que perfazem 50,9% do emprego total urbano, seguindo-se à distância os ‘operários, artífices e trabalhadores similares’ que evidenciam uma presença importante do setor secundário em meio urbano. Porém, em meio rural, a predominância é maioritariamente das ‘profissões elementares’ (53,8%), seguidas à distância pelo ‘pessoal dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendas’ e ‘profissões elementares’, enquanto em 3º lugar surgem os ‘agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta’, em vez dos operários e artífices, em 3º lugar em meio urbano.

Deve-se realçar, ainda, que as profissões ligadas ao poder executivo e legislativo, quadros superiores, atividades intelectuais e científicas e técnicos de nível intermédio, claramente os mais qualificados do país, registam, em conjunto, 19,1% em meio urbano e apenas 5,8% em meio rural (menos de 1/3 do que em meio urbano).

Os dados apontam para a necessidade de políticas económicas, de emprego e de ensino e formação claramente diferenciadas por ilhas e por meios de residência.

Tabela 10: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo o sexo e meio de residência, 2015 (%)

Ramo de atividade económica	Distribuição	Participação no mercado de trabalho		Meio de residência		2014
		Masc.	Fem.	Urbano	Rural	
Agricultura Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	19,1	66,0	34,0	17,2	82,8	15,3
Indústrias Extrativas	0,7	51,4	48,6	38,4	61,6	1,3
Indústria Transformadora	8,9	56,7	43,3	87,8	12,2	8,4
Electri, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	0,6	79,5	20,5	92,4	7,6	0,4
Capt, Trat e Distri de Água, Sanea, Gest de Resíduos e despo	0,2	35,8	64,2	86,5	13,5	0,4
Construção	7,9	92,4	7,6	75,2	24,8	8,6
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	15,6	34,3	65,7	80,8	19,2	16,4
Transporte e Armazenagem	4,2	87,1	12,9	76,0	24,0	5,5
Alojamento e Restauração	7,4	38,3	61,7	88,9	11,1	7,3
Atividades de Informação e Comunicação	1,2	67,6	32,4	95,3	4,7	1,8
Atividades Financeiras e Seguros	1,0	41,9	58,1	95,7	4,3	1,1
Atividades Imobiliárias	0,0	81,4	18,6	82,5	17,5	*
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	0,7	70,8	29,2	96,4	3,6	1
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	3,3	62,0	38,0	93,6	6,4	3,8
Administração Pública e Defesa Segurança Social	10,2	57,8	42,2	76,5	23,5	9,7
Educação	7,1	37,9	62,1	78,1	21,9	6,9
Saúde Humana e Ação Social	1,8	32,4	67,6	87,6	12,4	1,7
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	0,8	92,1	7,9	89,8	10,2	0,6
Outras Atividades e Serviços	2,6	58,7	41,3	89,5	10,5	2,8
Famílias Empregadores de Domésticos	6,5	7,7	92,3	86,0	14,0	6,6
Organismos Internacionais e ONG's	0,2	53,0	47,0	82,4	17,6	0,3
Total	100,0	53,5	46,5	70,0	30,0	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Inquérito Multi-objetivo Contínuo 2015.

Os dados indicam, em 2015, um crescimento em peso relativo do setor primário (+3,2%), uma ligeira recuperação da indústria transformadora (+0,5%), uma ligeira quebra da construção (0,7%) e uma importante quebra do setor de transporte e armazenagem (1,3%, que representa uma quebra de quase ¼ em relação ao ano anterior). Estes dados revelam alguma recuperação dos setores primário e secundário, o que pode ser relevante para novas políticas, embora seja preocupante em relação ao setor da construção e, sobretudo, ao setor de transporte e armazenagem – atividades essenciais para o desenvolvimento da ilha.

Em relação ao sexo as diferenças de participação entre homens e mulheres são acentuadas. Enquanto os homens predominam em mais de 90% nas atividades 'artísticas, desportivas e recreativas' e na 'construção', as mulheres predominam a mais de 90% nos serviços 'domésticos'. Enquanto os homens evidenciam uma presença entre 70% e 90% 'transportes e armazenagem', 'atividades imobiliárias', 'eletricidade, gás, vapor...' e 'atividades de consultoria, científicas e técnicas', as mulheres predominam entre 60% e 68% na 'saúde e ação social', 'comércio', 'água e saneamento', 'educação' e 'alojamento e restauração'.

Quanto ao meio de residência, a predominância em meio rural é basicamente para as profissões ligadas ao setor primário: 82,8% na ‘agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca’ e 61,6% nas ‘indústrias extrativas’. Em ambos os casos os homens predominam, embora as mulheres estejam bem representadas (34,0% e 48,6%). Todas as demais profissões predominam em ambiente urbano, com um claro destaque para as atividades de serviços.

Tabela 11: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo o nível de instrução dos empregados, 2015 (%)

Situação na atividade económica	Sem nível	Alfabetização	Ensino Básico	Ensino Secundário	Curso Médio	Ensino Superior	Total
Agricultura Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	12,8	3,7	55,6	26,5	0,2	1,2	100,0
Indústrias Extrativas	14,6	5,0	67,5	12,8	0,0	0,0	100,0
Indústria Transformadora	5,2	1,9	50,4	38,4	1,6	2,5	100,0
Electr, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	0,0	0,4	12,3	57,7	4,7	24,9	100,0
Capt, Trat e Distri de Água, Sanea, Gest de Resíduos e despo	0,0	0,0	41,3	21,7	10,4	26,6	100,0
Construção	2,5	2,2	53,6	36,5	0,4	4,7	100,0
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	6,0	2,8	48,6	36,3	0,1	6,2	100,0
Transporte e Armazenagem	3,0	0,6	52,9	30,7	1,5	11,2	100,0
Alojamento e Restauração	2,2	0,3	32,0	57,6	1,0	6,9	100,0
Atividades de Informação e Comunicação	0,0	0,3	10,0	47,9	2,0	39,8	100,0
Atividades Financeiras e Seguros	4,5	0,8	7,1	33,8	0,3	53,5	100,0
Atividades Imobiliárias	0,0	0,0	10,0	45,9	18,6	25,5	100,0
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	0,0	0,0	7,3	43,4	0,0	49,3	100,0
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	4,5	0,1	32,8	48,3	2,6	11,8	100,0
Administração Pública e Defesa Segurança Social	5,1	2,5	32,5	32,6	0,6	26,7	100,0
Educação	2,4	2,0	16,5	18,6	11,7	48,9	100,0
Saúde Humana e Ação Social	0,9	1,5	30,1	26,4	1,7	39,3	100,0
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	7,0	0,0	31,4	52,5	0,0	9,1	100,0
Outras Atividades e Serviços	5,9	2,0	31,4	50,1	2,1	8,5	100,0
Famílias Empregadores de Domésticos	3,1	1,5	48,2	45,4	0,0	1,8	100,0
Organismos Internacionais e ONG's	1,5	1,5	46,6	6,4	0,0	44,0	100,0
Total	5,7	2,2	42,8	35,7	1,5	12,1	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Inquérito Multi-objetivo Contínuo 2015.

Verifica-se, como se esperava, que as mais baixas habilitações se situam nas atividades do setor primário e as mais altas habilitações correspondem aos setores de ‘atividades de consultoria, científicas e técnicas’, ‘atividades financeiras e seguros’, ‘atividades de informação e comunicação’ e ‘eletricidade, gás, vapor...’

Tabela 12: Estrutura do emprego por setor de atividade segundo situação na profissão, 2015 (%)

Ramo de atividade económica	Administração pública	Empresa privado	Empresa do Estado	Empregador	Conta própria	Ajuda familiar	Em casa de família	Cooperativa	Outra Situação	Total
Agricultura Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	0,1	15,0	0,2	6,8	48,1	28,8	0,2	0,1	0,6	100,0
Indústrias Extrativas	0,0	8,9	0,0	1,5	86,0	1,7	0,9	0,9	0,0	100,0
Indústria Transformadora	0,0	49,8	2,3	5,8	39,6	2,1	0,0	0,0	0,2	100,0
Electricidade, Gás, Vapor, Água quente e fria e ar frio	25,9	8,9	65,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Capt, Trat e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Resíduos	2,4	76,9	20,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Construção	1,1	69,0	0,9	8,1	17,3	2,5	0,8	0,0	0,2	100,0
Comércio, Reparação de Automóveis e Motociclos	0,1	36,0	0,0	4,2	55,9	2,8	0,1	0,5	0,4	100,0
Transporte e Armazenagem	5,1	46,4	22,0	4,4	21,4	0,6	0,1	0,0	0,0	100,0
Alojamento e Restauração	0,1	85,2	0,0	4,4	7,5	2,2	0,0	0,6	0,0	100,0
Atividades de Informação e Comunicação	22,0	57,0	16,4	4,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Atividades Financeiras e Seguros	16,6	72,0	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Atividades Imobiliárias	12,9	87,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Atividades de Consultoria Científicas e Técnicas	0,4	59,2	4,3	19,9	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	2,9	92,7	0,2	1,3	2,1	0,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Administração Pública e Defesa Segurança Social	96,6	0,9	1,5	0,6	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	100,0
Educação	81,0	16,4	0,3	1,4	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Saúde Humana e Ação Social	81,2	16,0	0,4	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Atividades Artísticas, Desportivas e Recreativas	1,3	49,4	0,0	11,7	23,9	0,0	0,0	0,0	13,8	100,0
Outras Atividades e Serviços	1,3	24,7	0,0	7,7	61,8	0,7	0,0	0,1	3,8	100,0
Famílias Empregadores de Domésticos	0,1	1,4	0,1	0,0	0,1	0,7	97,7	0,0	0,0	100,0
Organismos Internacionais e ONG's	5,2	82,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	100,0
Total	18,1	34,6	2,2	4,4	27,0	6,6	6,5	0,2	0,4	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística: Inquérito Multi-objetivo Contínuo 2015.

A situação na profissão mostra os seguintes destaques

- ❑ 'Empresa privada' (34,6%), com realce para atividades administrativas e de serviços, imobiliárias, alojamento e restauração e organismos internacionais e ONG, que representam mais de 80% cada rubrica.
- ❑ 'Conta própria' (27,0%), com grande destaque para as indústrias extrativas, seguido de outras atividades e serviços e comércio, reparação de automóveis e veículos.
- ❑ 'Administração pública' (18,1%), com realce para administração pública, defesa e segurança social, saúde humana e ação social e educação.

Além de ilações a tirar relativamente aos diversos alvos da oferta formativa segundo o peso da situação na profissão em termos de ramo de atividade, deve-se sublinhar o peso do emprego por 'conta própria' e, quiçá, a importância de desenvolvimento de linhas de apoio e formação a pessoas que trabalham isoladamente e necessitarão de formação em negócios.

4.2. Desemprego

4.2.1. Perspetiva nacional

As principais taxas relativas ao emprego/desemprego são evidenciadas na Tabela que se segue.

Tabela 13: Taxas de desemprego, atividade, ocupação e de inatividade (%)

ANOS	Taxa desemprego	Taxa de atividade	Taxa de ocupação	Taxa de inatividade
2011	12,2	59,1	51,9	40,9
2012	16,8	62,6	52,1	37,4
2013	16,4	60,1	50,3	39,9
2014	15,8	57,9	48,8	42,1
2015	12,4	58,3	51,0	41,7

Entre 2011 e 2014 o emprego foi afetado por taxas de desemprego muito altas, as quais regrediram em 2015 e retomaram os valores, ainda altos, de 2011.

A taxa de atividade aumentou ligeiramente durante esses anos, mas em 2015 (58,3%) também apresentava valores muito aproximados a 2011 (59,1%).

A taxa de ocupação baixou entre 2011 e 2014, mas em 2015 (51,0%) aproximou-se novamente da taxa de 2011 (51,9%).

Por sua vez, a taxa de inatividade tem aumentado ligeiramente nos últimos anos, mas em 2015 (41,7%) também se aproximou dos valores de 2011 (40,9%).

Em suma, os valores registados em 2011 e 2015 são bastante semelhantes em todos os casos.

Observando-se a evolução do desemprego nos últimos 15 anos, sobretudo no que respeita ao género e ao meio de residência, os valores evidenciam algumas diferenças significativas.

Tabela 14: Taxa de desemprego em 2000 a 2015 (%)

CABO VERDE	2000	2001*	2002	2003*	2004*	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de desemprego	8,6	-	12,9	-	-	21,4	13,4	15,2	13,0	13,0	10,7	12,2	16,8	16,4	15,8	12,4
MEIO RESIDÊNCIA																
Urbano	11,1	-	13,6	-	-	25,2	13,2	15,9	17,3	15,4	11,8	13,7	19,1	19,2	17,0	14,2
Rural	5,4	-	11,9	-	-	16,6	13,8	14,1	8,9	9,2	8,4	9,4	12,1	10,0	12,4	7,9
SEXO																
Masculino	6,7	-	12,6	-	-	20,9	10,8	14,6	11,4	12,8	9,6	11,4	17,2	16,9	16,3	13,5
Feminino	10,9	-	13,2	-	-	22,0	16,6	16,0	14,8	13,2	12,1	13,2	16,4	15,7	15,2	11,2

Fonte: INE – RGPH 2000; IDRF 2001/2002; Inquérito ao Emprego 2005; QUIBB 2006; QUIBB 2007; Inquérito ao Emprego 2008; Inquérito ao Emprego 2009; RGPH 2010, IE2011, IMC2012, IMC213, IMC2014 e IMC2015;
* Sem informação (operação de recolha)

Efetivamente há uma inversão de valores que no meio de residência quer no que respeita ao sexo. Se forem tomados em consideração os valores mais baixos das taxas de desemprego após 2001, designadamente nos anos 2002, 2011 e 2015, verifica-se que o desemprego em meio urbano aumentou sucessivamente nos três anos em referência (13,6% / 13,7% / 14,2%), enquanto em meio rural se registam quedas consecutivas ao nível do desemprego (11,9% / 9,4% / 7,9%). No entanto, se compararmos o ano de 2015 com os três anos anteriores (2012-13-14) há uma diminuição muito significativa do desemprego quer em meio urbano quer em meio rural.

No que respeita ao sexo, em relação aos anos 2002 e 2015, verifica-se, sobretudo, que o desemprego masculino aumentou (12,6% / 13,5%) e que o desemprego feminino diminuiu (13,2% / 11,2%). Todavia, em 2015, comparativamente com os três anos anteriores, a queda do desemprego ocorre em ambos os sexos.

Considerando uma análise mais fina por ilha, a tabela seguinte evidencia comportamentos dissemelhantes.

Tabela 15: Taxa de desemprego por meio de residência, estrutura etária e sexo, segundo ilhas, 2015

GRUPO DE IDADE	Santo Antão	São Vicente	São Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Praia	Resto Santiago	Fogo	Brava	Cabo Verde
CABO VERDE	10,6	14,5	9,1	7,8	15,9	10,8	15,7	9,1	8,0	18,5	12,4
MEIO DE RESIDÊNCIA											
Urbano	11,5	15,5	9,0	8,1	17,6	10,4	15,7	13,2	8,0	14,0	14,2
Rural	9,9	3,7	9,2	4,8	10,6	11,1	*	7,2	8,0	20,7	7,9
ESTRUTURA ETÁRIA											
De 15 a 24 Anos	27,8	32,7	17,9	12,8	28,5	30,5	41,3	18,8	22,0	53,0	28,6
De 25 a 49 Anos	8,4	12,1	7,8	6,8	14,9	10,5	12,7	8,5	7,0	16,8	10,6
50 Anos e +	4,2	6,1	6,4	7,8	7,5	0,9	6,1	1,1	2,1	6,4	4,4
SEXO											
Masculino	9,3	16,0	9,7	6,6	17,1	10,3	18,4	10,8	6,0	18,5	13,5
Feminino	13,0	12,8	7,9	9,5	14,2	11,5	13,0	7,4	11,4	18,5	11,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IMC2015.

Globalmente, o país apresenta uma taxa de desemprego bastante maior a nível urbano (14,2%) do que a nível rural (7,9%), correspondendo a cerca de 80% a mais a nível urbano em relação ao meio de residência rural. Quanto à estrutura etária, o desemprego diminui à medida que aumenta a idade da população, sendo de realçar que o grupo 15-24 anos é o mais afetado, em todas as ilhas, com um elevado valor de 28,6% contra 10,6% do grupo 25-49 anos e apenas 4,4% do grupo com 50 e + anos. Relativamente ao sexo os homens evidenciam maior desemprego (13,5%) do que as mulheres (11,2%). A observação por ilhas permite verificar que o desemprego afeta mais a Brava (18,5%), Boavista (15,9%), Praia (15,7%) e São Vicente (14,5%), enquanto afeta muito menos o Sal (7,8%), Fogo (8,0%), Resto de Santiago (9,1%) e São Nicolau (9,1%).

Por meio de residência, estrutura etária e sexo pode-se destacar as seguintes constatações:

❑ **Meio de residência**

Em meio urbano há maior desemprego na Boavista (17,6%), Praia (15,7%), São Vicente (15,5%) e Brava (14,0%) e menor desemprego no Fogo (8,0%), Sal (8,1%) e São Nicolau (9,0%). Em meio rural as ilhas mais afetadas são a Brava (20,7%), Maio (11,1%) e Boa Vista (10,6%), enquanto são menos afetadas São Vicente (3,7%), Sal (4,8%) e Resto de Santiago (7,2%)

❑ **Estrutura etária**

O grupo 15-24 anos é o mais afetado em todas as ilhas, mas em quatro delas as taxas de desemprego são elevadíssimas, superiores a 30,0%: Brava (53,0%), Praia (41,3%), São Vicente (32,7%) e Maio (30,5%). O grupo 25-49 anos é particularmente afetado na Brava (16,8%), Boa Vista (14,9%), Praia (12,7%) e São Vicente (12,1%). O grupo de 50 e + anos possui níveis de desemprego mais elevado Sal (7,8%), Boa Vista (7,5%), São Nicolau (6,4%) e Brava (6,4%).

❑ **Sexo**

O sexo masculino apresenta grandes taxas de desemprego sobretudo na Brava (18,5%), Praia (18,4%), Boa Vista (17,1%) e São Vicente (16,0%), enquanto o sexo feminino possui maiores dificuldades de emprego na Brava (18,5%), Boa Vista (14,2%), Praia (13,0%), Santo Antão (13,0%) e São Vicente (12,8%).

Em suma, o desemprego é maior em meio rural, entre o grupo 15-24 anos e no sexo masculino, afetando particularmente Brava, Boa Vista, Praia e São Vicente com elevadas taxas de desemprego.

Perante a atividade económica por ilha e concelho a população apresenta os seguintes dados:

Tabela 16: População perante atividade económica por meio de residência, ilha e concelho, 2015

População Perante Atividade Económica / Residência, Ilha e Concelho	SITUAÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA								
	População ativa ocupada	Masculino	Feminino	População desempregada	Masculino	Feminino	População inativa	Masculino	Feminino
CABO VERDE	194.485	53,5	46,5	27.599	58,7	41,3	158.910	42,4	57,6
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	136.499	51,6	48,4	22.614	58,8	41,2	96.308	43,7	56,3
Rural	57.987	57,8	42,2	4.985	58,0	42,0	62.603	40,4	59,6
BRAVA	1.310	64,7	35,3	297	64,8	35,2	2.418	37,0	63,0
BOAVISTA	7.224	59,9	40,1	1.368	65,0	35,0	2.441	49,0	51,0
FOGO									
Mosteiros	2.644	69,3	30,7	123	41,7	58,3	3.788	33,7	66,3
São Filipe	6.214	59,1	40,9	761	42,8	57,2	7.938	42,0	58,0
Santa Catarina do Fogo	1.916	61,0	39,0	40	51,9	48,1	1.560	36,2	63,8
MAIO	2.585	56,9	43,1	314	53,8	46,2	2.138	35,0	65,0
SAL	15.654	58,3	41,7	1.330	48,7	51,3	7.275	41,3	58,7

SANTIAGO									
Tarfal	7.559	41,7	58,3	728	65,9	34,1	4.623	40,3	59,7
Santa Catarina	16.107	48,2	51,8	1.841	68,6	31,4	14.843	41,5	58,5
Santa Cruz	8.646	54,3	45,7	1.174	53,0	47,0	8.369	40,1	59,9
Praia	59.589	48,4	51,6	11.063	58,6	41,4	38.391	45,2	54,8
São Domingos	4.368	56,7	43,3	195	48,2	51,8	5.313	40,9	59,1
Calheta de São Miguel	3.051	49,8	50,2	196	71,0	29,0	7.208	39,8	60,2
São Salvador do Mundo	3.399	54,5	45,5	201	28,2	71,8	2.538	36,9	63,1
São Lourenço dos Órgãos	1.940	63,1	36,9	189	55,2	44,8	3.062	41,2	58,8
Ribeira Grande Santiago	2.288	55,8	44,2	233	57,8	42,2	3.406	41,0	59,0
SANTO ANTÃO									
Ribeira Grande	4.354	68,0	32,0	576	64,7	35,3	7.716	44,0	56,0
Paul	1.997	69,7	30,3	201	48,1	51,9	2.302	48,3	51,7
Porto Novo	6.944	61,4	38,6	800	51,3	48,7	5.034	40,1	59,9
SÃO NICOLAU									
Ribeira Brava	2.241	66,1	33,9	259	74,7	25,3	2.897	40,1	59,9
Tarfal de São Nicolau	1.590	61,2	38,8	123	57,4	42,6	2.030	43,0	57,0
SÃO VICENTE									
	32.863	53,8	46,2	5.585	60,2	39,8	23.617	44,1	55,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IMC2015.

Embora na população ativa empregada e desempregada, em 2015, predominem os homens, quer em meio urbano quer rural, há uma diferença clara entre homens e mulheres (57,6% de mulheres contra 42,4% de homens) no caso da 'inatividade': em todas as ilhas e concelhos, a nível urbano e rural, a população feminina predomina.

A população feminina ativa ocupada predomina apenas em Santiago (concelhos de Tarrafal, 58,3%; Santa Catarina, 51,8%; Praia, 51,6%; Calheta de São Miguel, 50,2%). Porém, as mulheres têm muita dificuldade de emprego nos sítios onde os homens apresentam valores de ocupação ativa em torno dos 60,0% ou mais: Brava, Boa Vista, Fogo, Santo Antão, São Nicolau e ainda no concelho de São Lourenço dos Órgãos, em Santiago.

A população desempregada feminina predomina no Fogo (Mosteiros, 58,3% e São Filipe, 57,2%), no Sal (51,3%), Santiago (São Domingos, 51,8% e São Salvador do Mundo, 71,8%) e Santo Antão (Paul, 51,9%).

4.2.2. Perspetiva regional

Neste ponto apresenta-se as taxas de desemprego relativamente a meio de residência (urbano, rural), estrutura etária (15-24 anos, 25-49 anos, 50 e + anos) e sexo (masculino, feminino), por ilha e nos últimos 7 anos (2009 a 2015).

Tabela 17: Taxa de desemprego na Boavista, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

BOAVISTA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Desemprego	11,6	5,7	11,1	14,3	11,9	17,9	15,9
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	11,7	6,9	11,4	13,7	11,1	16,3	17,6
Rural	11,0	3,8	10,1	16,3	14,3	25,6	10,6

(continuação)

BOAVISTA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Desemprego	11,6	5,7	11,1	14,3	11,9	17,9	15,9
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	11,7	6,9	11,4	13,7	11,1	16,3	17,6
Rural	11,0	3,8	10,1	16,3	14,3	25,6	10,6
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	25,0	10,4	16,4	25,6	23,8	34,0	28,5
25-49 Anos	9,3	4,7	10,8	13,2	10,5	15,8	14,9
50 Anos e +	1,0	3,1	1,5	6,4	4,6	7,8	7,5
SEXO							
Masculino	15,3	4,9	14,3	16,3	10,1	13,6	17,1
Feminino	4,9	7,3	5,8	11,2	15,0	25,4	14,2

A taxa de desemprego tem-se agravado na Boavista nos últimos dois anos, apesar da descida de dois pontos percentuais no último ano, tendo-se registado nesses anos as maiores taxas de desemprego no período observado. O meio urbano é muito mais afetado pelo desemprego do que o meio rural em virtude da descida do desemprego em meio rural no último ano. A estrutura etária assemelha-se às demais ilhas, com taxas muito elevadas de desemprego jovem, que nos dois últimos anos atingiu os valores mais elevados, apesar da tendência de descida em 2015. No que respeita ao sexo, os homens atingiram em 2015 o ponto máximo de desemprego, enquanto as mulheres inverteram as tendências de 2013 e 2014, baixando os elevados valores anteriores e com uma taxa inferior aos homens em 2,9%.

Tabela 18: Taxa de desemprego no Brava, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

BRAVA	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de desemprego	9,4	9,6	10,3	14,0	5,5	17,0	18,5
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	5,5	7,5	4,2	10,3	8,2	10,0	14,0
Rural	11,5	10,1	12,4	15,2	4,6	20,0	20,7
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	24,3	19,0	32,9	32,4	21,0	51,0	53,0
25-49 Anos	5,8	7,4	6,0	12,9	4,3	13,0	16,8
50 Anos e +	2,0	4,4	0,0	3,6	2,5	7,0	6,4
SEXO							
Masculino	8,6	8,8	9,5	16,1	6,9	15,0	18,5
Feminino	10,8	11,0	11,8	10,3	3,4	22,0	18,5

Na Brava a taxa de desemprego também se tem agravado dramaticamente, atingindo os valores mais altos de sempre nos últimos dois anos. Esse aumento verifica-se em meio urbano e rural, com subidas continuadas desde 2013. Em relação à estrutura etária o desemprego dos jovens atingiu valores exorbitantes nos dois últimos anos, ultrapassando 50% no grupo 15-24 anos, verificando-se que os valores de desemprego também aumentaram nos demais grupos nos últimos dois anos. Quanto ao sexo regista-se, em homens e mulheres, valores muito elevados de 18,5%.

Tabela 19: Taxa de desemprego no Fogo, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

FOGO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de desemprego	11,2	7,9	6,2	7,3	6,1	7,7	8,0
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	16,3	9,1	9,7	11,6	8,4	8,9	8,0
Rural	9,4	7,2	4,4	5,4	4,8	6,8	8,0
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	26,2	14,8	14,4	17,7	13,3	15,9	22,0
25-49 Anos	8,5	6,6	5,1	5,7	5,6	6,9	7,0
50 Anos e +	2,8	2,5	1,3	1,2	1,8	3,3	2,1
SEXO							
Masculino	9,0	7,2	5,9	6,2	6,8	6,2	6,0
Feminino	14,1	8,8	6,6	8,8	5,2	10,1	11,4

No Fogo verifica-se uma forte tendência de diminuição do desemprego em meio urbano, e apesar de se verificar um ligeiro aumento em meio rural, o desemprego na ilha é dos menores do arquipélago. No que respeita à estrutura etária não há surpresas: o grupo 15-24 anos regista uma crescente e elevada taxa de desemprego; o grupo 25-49 anos estabiliza as taxas; o grupo 50 e + anos regride ligeiramente o desemprego. No que respeita ao sexo, verifica-se o inverso da tendência nacional: as mulheres têm mais desemprego, quase o dobro dos homens, e registam uma das taxas mais elevadas do período em observação. Enquanto os homens tendem a diminuir sucessivamente o desemprego, as mulheres tendem a aumentá-lo.

Tabela 20: Taxa de desemprego em Maio, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

MAIO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de desemprego	17,8	8,3	10,9	8,7	8,2	15,5	10,8
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	11,5	7,3	9,5	9,7	7,2	15,1	10,4
Rural	23,4	9,1	12,1	7,9	8,9	15,8	11,1
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	30,6	16,5	21,1	20,1	22,0	41,2	30,5
25-49 Anos	14,7	7,0	9,0	7,3	7,1	15,8	10,5
50 Anos e +	9,5	2,9	6,5	3,0	0,0	3,8	0,9
SEXO							
Masculino	15,4	6,6	7,2	8,2	8,8	18,7	10,3
Feminino	20,2	10,3	15,8	9,3	7,4	10,7	11,5

Maio diminuiu significativamente a sua taxa de desemprego no último ano após uma subida elevada entre 2013-14, alcançando um valor próximo de 2011. Em meio urbano e rural as taxas também diminuirão no último ano após aumentos elevados em relação aos anos anteriores. A mesma tendência verifica-se quanto aos grupos etários, os quais diminuirão as taxas de desemprego, embora mantendo-se a 'clássica' taxa elevadíssima de desemprego entre os mais jovens (30,5%). Relativamente ao sexo os homens diminuirão muito significativamente a taxa de desemprego, enquanto as mulheres seguem uma tendência de aumento desde 2013 e ultrapassam os homens no desemprego.

Tabela 21: Taxa de desemprego no Sal, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

SAL	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Desemprego	10,0	8,0	12,0	17,7	10,9	14,4	7,8
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	9,7	11,0	11,1	17,4	11,2	14,1	8,1
Rural	12,7	8,9	21,3	22,0	8,5	17,1	4,8
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	18,6	20,8	31,1	37,4	32,0	34,1	12,8
25-49 Anos	7,2	8,1	7,4	13,2	7,6	10,6	6,8
50 e + anos	9,0	4,4	2,4	12,6	3,0	8,5	7,8
SEXO							
Masculino	8,3	8,9	11,5	16,0	10,3	13,6	6,6
Feminino	12,6	13,7	12,7	19,7	11,8	15,4	9,5

O Sal tem seguido uma taxa de desemprego que alterna entre aumento e diminuição ano após ano. Em 2015 a quebra foi praticamente de metade do valor (de 14,4% para 7,8%), refletindo-se em todas as análises posteriores. As taxas de desemprego descem consideravelmente em meio urbano e rural, com destaque para o meio rural. No que respeita à estrutura etária o maior realce vai para o grupo mais jovem 15-24 anos, cuja taxa de desemprego cai 2,6 vezes. No que respeita ao sexo os homens diminuem para metade a sua taxa de desemprego. Todos os valores registados em 2015 nas categorias observadas (à exceção do grupo 50 e + anos) constituem os mais baixos de sempre no período observado.

Tabela 22: Taxa de desemprego em Santiago, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

SANTIAGO	2009		2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Taxa de Desemprego	Praia	Resto da ilha	Santiago	Santiago	Santiago	Santiago	Santiago	Praia	Resto da ilha
	16,9	6,5	10,5	11,1	13,8	17,0	16,8	15,7	9,1
MEIO DE RESIDÊNCIA									
Urbano	16,7	9,1	11,3	12,9	16,1	20,8	19,1	15,7	13,2
Rural	25,8	5,7	9,0	8,1	9,8	9,0	10,4	*	7,2
ESTRUTURA ETÁRIA									
15-24 Anos	36,5	12,2	21,5	23,9	28,0	33,4	39,0	41,3	18,8
25-49 Anos	12,2	5,9	7,9	9,3	11,1	15,4	13,2	12,7	8,5
50 Anos e +	8,1	0,9	3,1	1,8	3,5	3,3	4,9	6,1	1,1
SEXO									
Masculino	16,2	16,2	9,5	10,8	15,2	18,3	18,8	18,4	10,8
Feminino	17,7	6,0	11,6	11,5	12,4	15,7	14,9	13,0	7,4

Em Santiago verifica-se uma tendência de decréscimo da taxa de desemprego desde 2013. A tendência registada para o meio de residência também é positiva, quer em meio urbano quer em meio rural. No que respeita a estrutura etária a Praia tem um comportamento muito diferente do resto da ilha, registando uma elevada taxa de desemprego da população mais jovem (41,3%), sem tendência para baixar significativamente. Quanto ao sexo verifica-se uma tendência ligeira para diminuição de ambas as taxas.

Tabela 23: Taxa de desemprego em Santo Antão, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

SANTO ANTÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Desemprego	14,7	8,8	13,9	21,0	16,6	22,7	10,6
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	14,8	9,9	11,5	20,8	20,2	24,8	11,5
Rural	14,7	8,2	15,7	21,1	13,4	21,0	9,9
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	28,6	17,2	33,1	38,7	33,8	43,3	27,8
25-49 Anos	12,0	7,2	10,4	18,1	14,7	20,8	8,4
50 Anos e +	5,5	3,8	2,5	11,7	7,4	10,5	4,2
SEXO							
Masculino	15,5	7,8	11,4	20,0	15,8	21,2	9,3
Feminino	13,3	10,7	18,8	23,0	18,1	25,3	13,0

Em Santo Antão, após taxas de desemprego muito elevadas, os valores de desemprego caíram globalmente para menos de metade. Em todas as categorias observadas, à exceção do grupo etário 15-24 anos (que caiu de 43,3% para 27,8%), as taxas de desemprego caíram para metade ou menos. As taxas retornaram, na generalidade, a valores próximos e inferiores a 2011.

Tabela 24: Taxa de desemprego em São Nicolau, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

SÃO NICOLAU	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Desemprego	13,0	6,7	12,3	17,4	20,9	9,8	9,1
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	8,6	8,6	12,4	16,3	17,9	8,0	9,0
Rural	16,7	4,8	12,3	18,5	24,4	11,6	9,2
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	25,2	14,2	28,7	33,9	36,6	17,3	17,9
25-49 Anos	10,9	5,0	9,4	14,8	18,3	9,6	7,8
50 Anos e +	2,9	2,7	3,0	6,6	10,3	3,1	6,4
SEXO							
Masculino	13,7	6,3	11,5	15,9	20,3	10,4	9,7
Feminino	11,8	7,3	13,7	19,6	21,8	8,6	7,9

Ao contrário de algumas ilhas que regrediram as taxas de desemprego entre 2014-15, São Nicolau iniciou essa regressão em 2013. Em 2014 a taxa global caiu para metade e em 2015 continuou a regredir, embora ligeiramente. Apesar de um ligeiro aumento da taxa de desemprego em meio urbano, os valores de ambos os meios avaliados regrediram para valores anteriores a 2011. Em relação à estrutura etária verificou-se, nos dois últimos anos, estabilização no grupo 15-24 anos, quebra de desemprego no grupo 25-49 anos e um aumento para o dobro do grupo com mais idade. Homens e mulheres mantêm a tendência global de descida das taxas de desemprego.

Tabela 25: Taxa de desemprego em São Vicente, por meio de residência, estrutura etária e sexo (%)

SÃO VICENTE	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Taxa de Desemprego	19,2	14,8	18,3	28,9	22,1	13,0	14,5
MEIO DE RESIDÊNCIA							
Urbano	19,0	15,3	18,3	28,4	22,0	13,6	15,5
Rural	21,5	9,5	17,4	35,2	22,4	6,4	3,7
ESTRUTURA ETÁRIA							
15-24 Anos	33,9	29,9	40,5	49,7	49,9	29,5	32,7
25-49 Anos	16,2	12,1	13,9	24,3	16,8	10,1	12,1
50 Anos e +	8,2	5,2	3,5	20,6	11,6	8,2	6,1
SEXO							
Masculino	17,7	14,3	15,6	27,3	22,2	13,5	16,0
Feminino	21,0	15,5	21,4	30,7	21,8	12,3	12,8

São Vicente não acompanha a tendência maioritária do arquipélago no que respeita à diminuição da taxa de desemprego em 2015. Efetivamente, a tendência de descida que se verificava desde 2012 inverteu-se e a taxa aumentou de 13,0% para 14,5%. Esse aumento deveu-se, sobretudo, à custa de maior desemprego em meio urbano, já que em meio rural a taxa de desemprego caiu quase para metade. Quanto à estrutura etária, as subidas verificam-se nos grupos mais jovens e no grupo intermédio, enquanto no grupo 50 e + anos houve descida do desemprego. Finalmente, verifica-se que foram os homens os que mais sofreram com a subida do desemprego, verificando-se para as mulheres apenas um aumento de 0,5% contra 2,5% de aumento nos homens.

5. SISTEMA DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Cabo Verde regista uma evolução positiva dos seus indicadores em matéria da educação com progressos assinaláveis em termos de criação de estruturas para atender aos vários níveis de ensino, de aumento considerável do número de diplomados nos diferentes níveis, de redução do analfabetismo e da promoção do ensino recorrente. O acesso generalizado ao ensino básico e secundário constitui uma realidade no país. Entretanto, outros desafios são colocados à Educação no que toca às vias denominadas ‘profissionais’ e ‘profissionalizantes’ essenciais para o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico.

Persiste a necessidade de uma clarificação desta oferta proporcionada por estas vias no setor da educação, no âmbito do Sistema Integrado de Ensino, Formação e Emprego, ainda em construção no país. Esta clarificação é necessária, a vários níveis, nomeadamente nos conceitos utilizados, por vezes de forma indiscriminada, o que conduz em algumas ocasiões à criação de um campo nebuloso que dificulta as análises e condiciona a própria conceção e ou implementação de medidas de política de formação e emprego.

A título de exemplo, são frequentemente utilizados os conceitos de ‘formação técnica’, ‘formação técnico-profissional’, ‘via técnica’, ‘via profissionalizante’, ‘formação profissional’ e ‘formação profissionalizante’, entre outros, sem uma definição concreta, o que acarreta algumas dificuldades acrescidas ao setor.

A gestão da oferta formativa no país carece dessa clarificação, extensiva às modalidades de formação e ligação aos níveis de qualificação, bem como a sua certificação e enquadramento no mercado de trabalho.

5.1. Ensino técnico

O Sistema formal de educação engloba a formação profissional que é feita nas escolas secundárias (via técnica), nas Unidades formativas nas escolas secundárias e ainda ligada nos centros de educação de adultos. Este constitui o modelo de ensino técnico e profissional adotado no país. Existem vários modelos organizativos dos sistemas de educação no mundo, com diferentes soluções em termos de ano de escolaridade a partir do qual se coloca a opção de via técnica, bem como a diversificação e estrutura dos percursos. Certo é que a escolha do ano de escolaridade a partir do qual se inicia a via profissionalizante e, conseqüentemente, o número de anos do percurso, afeta o perfil de saída e o seu potencial no mercado de trabalho, bem como a sua representatividade no conjunto do sistema de educação e formação. A duração dos percursos, assim como a representatividade da via técnica são elementos importantes na formação de quadros qualificados para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento dos recursos humanos.

A opção organizativa adotada em Cabo Verde é relativamente distinta no que se refere ao número de anos ao longo do qual se desenvolve a via técnica em resultado da opção de a concentrar nos últimos dois anos do ensino secundário. Realizando uma comparação simples com a solução adotada em Portugal para os Cursos Profissionais (oferta homóloga ao Ensino Técnico) verifica-se que as principais distinções se situam numa maior compressão do tempo dedicado à formação geral e na inexistência de formação prática em contexto real de trabalho, apesar de contemplar uma componente de prática simulada com cargas horárias distintas

consoante o curso. Deve-se referir que, por exemplo, em Portugal, os Cursos Profissionais desenvolvem-se ao longo dos três anos do ensino secundário.

Tabela 26: Análise comparativa da estrutura curricular do ensino técnico (Cabo Verde) e dos cursos profissionais (Portugal)

ESTRUTURA CURRICULAR	Ensino Técnico (Cabo Verde)	Cursos Profissionais (Portugal)
Formação Geral (sociocultural e científica)	1.000 h	1.500 h
Formação Técnica	1.200 h	1.180 h
Formação Prática em Contexto de Trabalho	-	420 h

Fonte: Estudo de Base da Formação Técnica e profissional. Quaternaire, 2010.

Da comparação feita sobressai que é ao nível da formação prática em contexto de trabalho, de significativa importância para a aquisição de competências profissionais, que os dois modelos mais se distinguem em resultado dessa componente curricular não ser contemplada no Ensino Técnico.

Os currículos adotados no ensino técnico em Cabo Verde são específicos dos cursos e não preveem, ainda, articulação com os cursos do sistema de formação profissional. É certo que as orientações de política têm ido nesse sentido de consagrar a articulação entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional, mas as opções de organização desta via de ensino ainda não refletem esse objetivo.

Com efeito, representa uma prioridade de política, ainda por concretizar, encontrar uma estratégia que permita fazer com que as dinâmicas em curso no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações e do Catálogo Nacional de Qualificações possam beneficiar o Ensino Técnico no que se refere à organização curricular da vertente de formação específica destes cursos. Essencialmente, a utilidade de consagrar na componente de formação específica, a que se dirige para a saída profissional do curso, uma organização mais prática e atualizada da formação. Esta análise aponta para que, no que se refere especificamente à formação especializada de natureza técnica, o objetivo de responder às necessidades e expectativas da atividade económica e dos empregadores seja melhor respondido por uma organização curricular que equilibre mais os conteúdos teóricos e práticos desta formação.

Constata-se que o modelo do Ensino Técnico suscita, ainda, algum debate. Por um lado, reconhecem-se ganhos na afirmação desta via como uma alternativa válida para a conclusão do ensino secundário, e na própria possibilidade de uma oferta de dupla certificação, embora ainda não haja um reconhecimento tácito que à sua conclusão está associado o nível 3 de qualificação, pois não existe um enquadramento legal que torne clara a certificação da qualificação atribuída pela via Técnica.

Por outro lado, apesar de a via técnica representar um importante progresso na aproximação entre os sistemas de educação e formação profissional, parece que ainda está por afinar o equilíbrio entre as componentes gerais e específica da formação e, sobretudo, uma melhor adequação desta última às necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho, tendo em consideração a avaliação efetuada pelos empregadores.

Uma das opções de aperfeiçoamento da organização curricular para melhorar o desempenho desta modalidade, e assim responder às principais preocupações dos empregadores, seria a extensão da sua duração, promovendo uma melhor distribuição do currículo ao longo do tempo e possibilitando a integração de uma componente de formação em contexto de trabalho.

Existiu até o ano letivo 2015/16 uma oferta de formação pós-secundária que se denominava 'Ano Complementar Profissionalizante' (ACP), entretanto suspensa em 2016, com objetivos de continuidade face ao Ensino Técnico, pela oportunidade de especialização profissional, e de reforço das condições para acesso ao mercado de trabalho, em princípio, com a dupla certificação que, por sua vez, também ainda não está devidamente regulamentada. Esta formação possuía um carácter eminentemente profissional, incluindo seminários e estágio em contexto empresarial, bem como um módulo específico de 'empreendedorismo'. A componente de 'estágio profissional' no âmbito do ACP constituiu uma opção relevante para contornar o facto de o mesmo não estar previsto no plano curricular da via técnica, acentuando a missão complementar e especializadora que o ACP pretendia assumir relativamente à via técnica. Entretanto, a dificuldade em se estruturar uma oferta mais diversificada a este nível para todos os cursos poderá ter ditado a baixa frequência de alunos e, provavelmente, a suspensão desta oferta formativa.

Outro fator que poderá explicar os valores da taxa de alunos do Ensino Técnico que optaram pelos cursos ACP relaciona-se com a existência de uma oferta similar no âmbito do subsistema do Ensino Superior – os CESP, Cursos de Estudos Superiores Profissionais. Embora ainda careçam de legislação específica, estes cursos são desenvolvidos desde 2008 pela Universidade de Cabo Verde e atualmente estendem-se a quase todas as Instituições de Ensino Superior, considerando-se que proporcionam o acesso ao mesmo nível de qualificação profissional (nível IV) e são referidos de forma explícita na nova Lei de Bases do Sistema Educativo:

Os estabelecimentos de ensino superior podem realizar cursos de formação pós-secundária, de natureza profissionalizante e não conferentes de graus académicos, nos termos previstos na lei. Aos titulares dos cursos referidos no número anterior pode ser conferido Diploma de Estudos Superiores Profissionais (DESP), sendo a formação superior neles realizada creditável para efeitos de prosseguimento de estudos conducentes à obtenção do grau de licenciatura no âmbito do curso em que hajam sido admitidos.

Esta oferta dos cursos pós-secundários é substancialmente mais alargada do que a dos cursos ACP, quer em termos da diversidade das áreas de formação, quer ao nível da abrangência geográfica. O seu próprio posicionamento enquanto antecâmara para o prosseguimento de estudos no ensino superior induz a essa diversificação de áreas. Por outro lado, as condições de acesso (o acesso é aberto a qualquer via do Ensino Secundário), o tipo de entidade promotora (estabelecimento do ensino superior) e o fato da frequência assegurar créditos para prosseguimento de estudos superiores, constituem certamente importantes fatores que podem mobilizar mais a atenção dos jovens. Contudo, há que salientar que no que se refere à regulamentação, ainda não existe legislação específica para esta modalidade de oferta.

Há que salientar que, apesar da suspensão do ACP, provavelmente para uma maior reflexão, o certo é que existe uma perceção de que para muito jovens a frequência dos cursos pós-secundários (ACP ou DESP) está enquadrada numa estratégia preparatória da continuidade dos estudos para o ensino superior, ou como um patamar de espera face a outras alternativas para o seu trajeto de vida. Em síntese, considera-se, em geral, que a formação pós-secundária carece de uma definição estratégica mais clara quanto ao seu papel no conjunto das ofertas do Sistema Integrado de Educação Formação e Emprego.

5.2. Formação profissional

A formação profissional continua a ser um grande desafio para o país no sentido de poder dispor de uma mão-de-obra qualificada e com competências ajustadas às necessidades de desenvolvimento socioeconómico do país. Esse desafio está centrado, essencialmente, na criação e gestão de uma oferta de formação qualificante, com qualidade e com relevância para o mercado de trabalho.

Para assegurar e elevar os níveis de crescimento e a diversificação da economia, que são objetivos claros do governo de Cabo Verde, é imprescindível dispor-se pessoas qualificadas, munidas de competências significativas, essenciais para o trabalhador do século XXI, competências essas que deverão ser potenciadas através da formação, e devidamente certificadas, por uma entidade reconhecida por todos e familiar para os agentes do mercado de trabalho. O ponto alto desse desafio está ligado igualmente à integração eficaz dos subsistemas, promovendo sinergias, eliminando redundâncias, duplicações de funções e desperdícios de recursos.

Apesar das intervenções e esforços da cooperação internacional persistem sérias limitações que condicionam o desenvolvimento do setor formação profissional / emprego e as respostas que deve dar no plano de formação e do desenvolvimento das condições de empregabilidade. A formação dos recursos humanos deveria adequar-se às necessidades do mercado de trabalho e está entre os principais fatores dos quais depende a inserção profissional, em particular dos jovens e das mulheres.

Os representantes do setor privado consideram que a formação profissional (ETFP) feita no país, não corresponde verdadeiramente às necessidades de mão-de-obra. A oferta de qualificações profissionais do SNQ parece não corresponder também às novas necessidades das empresas que pretendem desenvolver-se nos setores de atividade identificados. Efetivamente, o governo define, no seu Programa, a *“estruturação e promoção do ensino secundário profissionalizante com destaque para as áreas ligadas ao turismo, mar, agricultura, comércio e indústrias ligeiras, construção civil, telecomunicações, informática e eletrónica industrial.”* (Programa de Governo, 2016: 71).

Urge, assim, procurar soluções que possam melhor atender às reais necessidades da população, bem como da qualificação da mão-de-obra para responder aos desafios de desenvolvimento económico proposto pelo governo.

5.3. Perspetivas de desenvolvimento do setor

A política integrada de Educação Formação e Emprego constitui uma tentativa de aglutinar todos esses subsistemas de forma a poder dar uma resposta formativa adequada às necessidades reais e futuras do país, em termos de quantidade e diversidade. Atualmente a coordenação, articulação e a integração dos sectores continua a ser uma luta contínua e um desafio a vencer para a concretização das medidas do governo para estes sectores. A delimitação dos subsistemas, o seu entrosamento, convergência e complementaridade ainda não estão suficientemente estudados. Importa diagnosticar melhor a situação, efetuar levantamentos, atualizar dados no concernente aos sectores e ao mercado de trabalho, de modo a apoiar a reformulação de medidas de política para alavancar o desenvolvimento socioeconómico das populações.

O estudo das necessidades de formação e da oferta formativa existentes, bem como a identificação dos principais sectores e áreas de intervenção são imperativos, cujos resultados constituirão a base de apoio para o desenho de novas políticas coerentes e consentâneas com o programa do governo.

A reflexão sobre uma nova estrutura organizacional que abarque e inclua todos os agentes, públicos e privados será fundamental para otimizar recursos e melhorar a gestão da oferta formativa e das políticas de emprego, nas vertentes regulação e criação efetiva de postos de trabalho.

Um outro aspeto a ter em conta é o papel desempenhado pelo SNQ, serviço criado para potenciar a articulação entre os vários subsistemas e potenciar a sua edificação. O Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) é um instrumento para promoção, desenvolvimento e integração das ofertas de formação profissional através do Catálogo Nacional de Qualificações Profissionais (CNQP), que permite articular e sistematizar referenciais de competências comuns para o ensino técnico, a formação profissional e o ensino profissional superior. Conforme descrito no Programa de Governo, Cabo Verde pretende dotar-se de um leque de serviços, de ferramentas técnicas e de políticas a fim de melhorar, estruturar e desenvolver o sector do Ensino/Formação/Emprego (EFE).

As dificuldades de edificação do sistema prendem-se também com a legislação isolada dos sectores sem prever elos de ligação e de interdependência entre os mesmos.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo/2010, o sistema educativo em Cabo Verde “compreende os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar (básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino, e da educação extraescolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar numa perspetiva de integração”. A estrutura geral do sistema educativo “... integra ainda a componente de formação técnico-profissional e articula-se estreitamente como o sistema nacional de formação e aprendizagem profissional”.

A certificação da formação profissional é um assunto que ainda não está esclarecido entre os intervenientes no sistema. Persiste alguma ambiguidade no que toca aos certificados da formação profissional e da qualificação profissional.

Os estudos existentes, ligados a esta matéria, mostram que o sector carece de estudos estruturantes visando a concretização dos grandes objetivos propostos pelo Governo, de qualificação da mão-de-obra nacional para servir ao desenvolvimento socioeconómico e crescimento do país. As principais críticas ao sector, por parte dos operadores económicos tem sido, em relação a pouca diversidade da oferta, na sua maioria nas áreas consideradas tradicionais, com pouca pertinência ou relevância para o mercado de trabalho. Existe um desfasamento entres as opções de desenvolvimento associadas ao crescimento e à competitividade da economia, e as ofertas de formação, não só em relação as áreas como também aos níveis. Isso apesar dos esforços constantes de alargamento e diversificação da oferta de formação.

O IEFP, entidade responsável pela formação, através das suas estruturas descentralizadas, apresenta alguma diversificação da oferta, embora permaneça o sentimento nos operadores que as mesmas ainda estarão aquém das necessidades reais do mercado.

De realçar que a EHTCV e o CERMI, centros de formação com estatuto de entidade empresarial do Estado, têm desenvolvido ações de formação específicas direcionados para os respetivos setores e públicos devidamente identificados. São já uma referência nacional para o setor do turismo e das energias renováveis.

Constitui matéria de relativo consenso, a edificação de um sistema integrado com ligações efetivas entra a educação, formação e emprego, e a execução de uma formação com qualidade e pertinência para o mercado de trabalho. Assim, a identificação das necessidades de formação e mapeando as ofertas formativas existentes, contribuirá para uma melhor intervenção ao nível das políticas públicas para o sector, com o envolvimento do sector privado.

6. MAPEAMENTO DE ENTIDADES E NECESSIDADES DE ENSINO TÉCNICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL A CINCO ANOS

6.1. Mapeamento de entidades de ensino e formação

Existe uma Rede de Centros de Formação, públicos e privados, e outras empresas que operam no ramo. De acordo com a Carta de Formação Profissional existiam, em 2010, cerca de 52 entidades formadoras em Cabo Verde. O mesmo documento analisa 34 dessas entidades em que 32 executavam cursos de formação profissional e 5 realizavam cursos de ensino técnico. Cerca de 50% destas entidades estão sediadas na ilha de Santiago. Apenas 20% destas entidades têm um programa permanente de formação e 30% apresentam uma especialização em termos de áreas profissionais. Contabilizando as entidades que promovem ou financiam ações de formação contínua, poderemos chegar ao número de 138 entidades, consideradas como ligadas a formação técnica profissional.

De acordo com a Carta de Formação Profissional, 76% das entidades ligadas a formação são entidades públicas. Em 2000 como entidades, existiam 10 Centros de Formação, 1 Escola Secundária e 5 Escolas Técnicas que realizaram formações técnico profissionais. Na categoria Outros, que totaliza 53%, estavam os Centros de Emprego, as Câmaras Municipais, Centros Concelhios, entre outros. Existiam 22 entidades governamentais, 4 associações, 2 empresas e 2 Câmaras Municipais que realizam formação técnico profissional.

Ao nível da localização, 50% das entidades situavam-se em Santiago, seguindo São Vicente com 20%. De referir que na ilha da Brava e em alguns concelhos (Santa Catarina no Fogo, Paul em Santo Antão, Tarrafal em São Nicolau e São Salvador do Mundo em Santiago) não foram identificadas estruturas de formação. De realçar que recentemente foi criada na ilha da Brava uma Unidade Formativa, junto da Escola Secundária. Os concelhos do Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo foram também beneficiados com estruturas de formação profissional: o primeiro sob tutela de uma entidade religiosa e a segunda sob tutela da câmara municipal.

Atualmente, a rede de entidades que opera na formação profissional está bastante diversificada. Existem Centros de Formação e Emprego públicos, Centros de formação privados, Universidades, Associações, ONG e outras Instituições que ministram formação profissional, sem haver, contudo, uma clarificação das respetivas posições dentro da configuração do sistema. Em termos de instituições públicas ligadas a formação profissional podemos elencar:

- Centros de Formação Profissional e Emprego sob tutela do IIEFP.
- Centros de formação profissionais privados.
- Escolas técnicas públicas.
- Escolas técnicas privadas.
- Centros técnicos privados.
- Escolas secundárias com Unidades formativas.
- Universidades e Institutos públicos.
- Associações empresariais.
- Câmaras de comércio.
- Associações culturais e profissionais.
- Empresas privadas de formação profissional.
- Escolas profissionais.

☐ Escolas secundárias com Unidades Formativas.

Realçamos que algumas dessas entidades 29 (vinte e nove) já se encontram acreditadas, de acordo com as listas publicadas pela Unidade de Coordenação do sistema nacional de qualificações. São entidades públicas e privadas, incluindo alguns centros, escolas públicas e Universidades, enquanto instituições intervenientes na formação profissional.

São evidentes os investimentos no setor da formação profissional, designadamente através da construção e/ou reabilitação de infraestruturas Formação profissional, com marcos mais recentes como a construção de Escolas Secundárias modernas, devidamente equipadas, como o Liceu de Ponta Verde e dos Mosteiros no Fogo e em outras ilhas como Sal (Santa Maria) de um complexo educativo preparado para albergar quase todos os níveis de ensino. Na Formação profissional destaca-se com cinco anos de atividade a Escola de Hotelaria e Turismo, e o Centro de Energias Renováveis, a par das unidades de transformação alimentar (Santo Antão e São Jorge) como as mais recentes estruturas construídas. Todas estas estruturas desenvolvem a sua atividade de formação, supostamente, de acordo com as qualificações desenhadas pelo sistema, pondo em prática a operacionalização dos perfis adequados ao mercado de trabalho.

A par destas instituições públicas, o país conta com um número razoável de estruturas de formação privadas (centro e escolas profissionais) que oferecem cursos de formação profissional de curta duração (com e sem nível); e ainda com empresas privadas que operam na formação contínua dos agentes do mercado de trabalho.

Igualmente, as universidades cabo-verdianas têm feito nos últimos anos vários cursos de formação profissional (CESP) em áreas consideradas prioritárias para o País, com o apoio do próprio ministério. Embora esta situação careça de clarificação em termos de certificação, constitui uma vertente importante de formação e qualificação da mão-de-obra cabo-verdiana, que melhor estruturada poderá dar a sua contribuição na qualificação dos recursos humanos do país em áreas específicas, de acordo com a orientação de cada Universidade.

Em seguida apresenta-se os quadros das entidades de ensino e formação por ilha.

Tabela 27: Entidades de ensino e formação na ilha de Santiago

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Domingos Ramos - Praia ○ Cónego Jacinto - Várzea ○ ET Cesaltina Ramos - ASA ○ Pedro Gomes - ASA ○ Abílio Duarte - Palmarejo ○ Constantino Semedo - A. S. Filipe ○ Regina Silva - Achadinha ○ Manuel Lopes - Calabaceira ○ Achada Grande ○ Amílcar Cabral - Santa Catarina ○ Tarrafal ○ Chão Bom ○ Alfredo da Cruz Silva - Santa Cruz ○ Fulgêncio Tavares – São Domingos ○ São Miguel ○ E. T. Grão-Duque Henri - ET Sta. Catarina ○ Armando N. Fernandes – Sta. Catarina ○ Luciano Garcia - Órgãos ○ Carlos Alberto Gonçalves - Picos ○ Achada Monte - S. Miguel ○ Salineiro - Ribeira Grande Santiago <p>Privadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Amor de Deus -Praia ○ Miraflores -Praia ○ Centro do Ensino de Assomada 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola Oficina da Cidade Velha ○ Escola de Hotelaria e Turismo de C. Verde ○ CERMI para as Energias Renováveis ○ Escola de Hidroponia de Cabo Verde ○ Centro de formação Agrária - INIDA ○ Centro de Formação de Alfabetização do Tarrafal ○ Centro de Formação Profissional de S. Jorginho 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CEFP da Praia ○ CE da Praia ○ CE da Assomada ○ CFP da Pedra Badejo ○ CFP da Variante 	<ul style="list-style-type: none"> ○ UNI-CV –Praia ○ IUE ○ ISCSJ - Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais ○ Universidade Piaget ○ Universidade Intercontinental de Cabo Verde ○ ISCEE - Pólo da Praia ○ Universidade de Santiago ○ Universidade Lusófona 		<ul style="list-style-type: none"> ○ CCCIS Sotavento ○ Plataforma das ONG de Cabo Verde ○ Citi Habitat

Fontes: Relatórios do IEF; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

Tabela 28: Entidades de ensino e formação na ilha da Brava

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Eugénio Tavares - Brava 	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> ○ EB -Eugénio Tavares - Brava 	-

Fontes: Relatórios do IEFP; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

Tabela 29: Entidades de ensino e formação na ilha do Fogo

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Teixeira de Sousa - S. Filipe ○ Cova Figueira ○ Liceu Ponta Verde ○ Escola Secundária – Mosteiros ○ Escola Académica (privada) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Centro Concelhio de alfabetização dos Mosteiros 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CEFP Fogo/Brava ○ Centro de formação de Ponta Verde (Água para Viver) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CESP executado nas instalações do CEFFB 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Unidade de Mosteiros ○ Unidade em São Filipe 	-

Fontes: Relatórios do IEFP; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

Tabela 30: Entidades de ensino e formação na ilha do Maio

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola Secundária do Maio 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Centro Concelhio de Alfabetização do Maio ○ CFP da Câmara Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CEFP do Maio 	-	-	-

Fontes: Relatórios do IEFP; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

Tabela 31: Entidades de ensino e formação na ilha de São Vicente

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Ludgero Lima - São Vicente ○ Jorge Barbosa - São Vicente ○ José Augusto Pinto - São Vicente ○ Escola Industrial e Comercial do Mindelo ○ Salesianas - São Vicente (B+S) ○ Escola Académica do Mindelo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CABNAVE ○ Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas ○ Centro Concelhio de Alfabetização de São Vicente ○ Centro Juvenil Nhô Djunga ○ Escola de Formação Profissional Padre Filipe ○ Organização Nacional da Diáspora Solidária 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Centro de Emprego e Formação do Mindelo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola de Formação Professores do EB - Mindelo ○ UNI Mindelo ○ Universidade Piaget - Pólo do Mindelo ○ ISCEE - Pólo Mindelo ○ UNI-CV - Mindelo ○ Universidade Lusófona Mindelo ○ Escola Internacional de Arte 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Jorge Barbosa - São Vicente 	-

Fontes: Relatórios do IEF; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

Tabela 32: Entidades de ensino e formação na ilha de Santo Antão

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Suzete Delgado-Ribeira Grande ○ Januário Leite - Paul ○ Escola Técnica João Varela - Porto Novo ○ Escola Secundária do Cuculi - Santo Antão ○ António Silva Pinto - R. das Patas 	-	<ul style="list-style-type: none"> ○ CE Santo Antão ○ Centro Agrícola de Afonso Martinho 	-	<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola Secundaria do Cuculi - Santo Antão 	-

Fontes: Relatórios do IEF; Ministério da Educação; recolha no campo empírico

Tabela 33: Entidades de ensino e formação na ilha de São Nicolau

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Baltazar Lopes Silva -S. Nicolau ○ Tarrafal de São Nicolau (anexo) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio 		-	<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola Secundária Baltazar Lopes Silva RB ○ Escola Secundária do Tarrafal de São Nicolau 	-

Fontes: Relatórios do IEFP; Ministério da Educação; recolha no campo empírico

Tabela 34: Entidades de ensino e formação na ilha da Boavista

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola Secundária da Boavista 		-	-	-	-

Fontes: Relatórios do IEFP; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

Tabela 35: Entidades de ensino e formação na ilha do Sal

Escolas secundárias	Entidades formativas especializadas	Centros de emprego e formação profissional	Ensino médio e superior	Unidades formativas	Entidades formativas não especializadas
<ul style="list-style-type: none"> ○ Olavo Moniz – Sal ○ Complexo Educativo Santa Maria 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Escola Profissional do Sal 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CEFP do Sal 	<ul style="list-style-type: none"> ○ CRIEF - Centro de Recursos Integrados Educação Formação 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Olavo Moniz - Sal 	-

Fontes: Relatórios do IEFP; Ministério da Educação; recolha no campo empírico.

6.2. Necessidades de ensino técnico e formação profissional a cinco anos

Em todas as ilhas visitadas é comum a perceção de que se verifica um desajustamento entre a oferta formativa existente e as necessidades dos mercados locais, regionais e nacional.

6.2.1. Ilha de Santiago

A Ilha de Santiago reflete uma grande diversidade da sua economia, o que invoca a necessidade de uma oferta formativa diversificada e orientada para os setores mais dinâmicos, tal como os serviços, atividades financeiras, comércio, transportes e comunicações e turismo específico. A capacidade formativa instalada na ilha é grande.

Os centros de emprego e formação do IEFP estão relativamente bem posicionados na Ilha e existe um conjunto considerável de escolas secundárias, entre as quais duas escolas polivalentes (técnicas). Há, ainda, um conjunto de escolas privadas com serviço público, ou com apoio público, e um conjunto de entidades formadoras especializadas.

Existem também empresas de formação privadas e, ainda, um leque diversificado de instituições do ensino superior com formação profissionalizante (CESP) de nível superior, sem grau de licenciatura. Existem, ainda, duas escolas especializadas, a EHTCV, para as áreas de hotelaria e turismo, e o CERMI, para as energias renováveis e manutenção industrial.

Tendo em consideração as condições presentes em Santiago, as suas características (urbano e rural), a concentração populacional e o seu desenvolvimento em direção a uma diversidade de setores, a gestão da oferta formativa local deve poder disponibilizar um conjunto alargado de ofertas de formação orientadas para a ilha e para o todo nacional, conforme as considerações que se seguem.

6.2.2. Ilha do Fogo

A ilha do Fogo deve poder promover e beneficiar de uma oferta de formação / ensino técnico e alguma formação de nível superior, orientado para a agricultura, numa perspetiva de agronegócio e transformação dos produtos, bem como ecoturismo, sendo estas as áreas apontadas como prioritárias e com potencial para o desenvolvimento económico.

A oferta formativa existente é considerada desadequada ao mercado interno. É consenso nas instituições que a formação deve ser concebida numa perspetiva de criação de competências para a constituição de pequenas/médias empresas na área de transformação de produtos (agronegócios), tendo em consideração a exiguidade do mercado local e os condicionalismos da competitividade dos produtos agrícolas da ilha, gravemente afetada pelo preço e pela disponibilidade da água.

O Fogo apresenta infraestruturas de educação e formação boas, modernas e em quantidade suficiente. A capacidade formativa instalada é muito boa, com várias escolas secundárias modernas, como é o caso do Liceu Pedro Verona Pires e da Escola Secundária do Mosteiros, devidamente equipados, com capacidade para acolher as duas vias de ensino (geral e técnico) e ainda ações de formação profissional.

A ilha possui, ainda, um centro concelhio de alfabetização, dedicado à educação e formação de adultos, um Centro de Emprego e Formação Profissional público, com boas instalações e possibilidades de acolher equipamentos para montagem e realização de cursos técnico-

profissionais em áreas consideradas prioritárias para a região; e um centro de formação privado, em Ponta Verde, com várias oficinas montadas e que pode acolher formações profissionais, bem como realizar ações de capacitação em várias áreas, tais como eletricidade, carpintaria, canalização, construção civil e informática básica.

O Fogo já dispôs de experiências de ensino superior (CESP) numa parceria UNI-CV e CEFP, que não foram muito bem-sucedidas devido a constrangimentos de vária ordem que importa considerar na planificação e gestão da oferta formativa para a ilha. As experiências das Unidades Formativas também não conseguiram vingar na ilha.

6.2.3. Ilha de São Vicente

São Vicente apresenta uma combinação de ramos de atividade com destaque para os setores terciário e marítimo portuário, incluindo as pescas. A ilha é o segundo polo económico mais importante do país e um polo do setor dos transportes marítimos. Neste sentido, será relevante para a Ilha uma oferta de qualificação dirigida à família profissional marítimo-pesqueira, nomeadamente para os empregos associados à fileira dos transportes marítimos. Mas também formação para a área dos serviços às empresas e dos serviços sociais, nomeadamente educação e saúde e uma forte expressão da formação dirigida quer à indústria transformadora quer ao comércio, que tem um peso expressivo no emprego local. O setor da cultura e das indústrias criativas representa um grande potencial.

É sentimento generalizado em São Vicente que a oferta de formação disponível não é suficiente e nem adequada às necessidades locais. A ausência da ‘formação técnica’ representa uma lacuna grande, já que outrora teve muita importância e foi essencial para o desenvolvimento da ilha. As formações ora existentes não acrescentaram valor suficiente para funcionarem como apoio ao desenvolvimento económico e à reestruturação da economia local.

A planificação e a gestão da oferta formativa local exigem uma intervenção articulada entre os diversos parceiros públicos e privados, tendo em consideração a natureza dos vários intervenientes na área e os setores considerados prioritários para a ilha: o mar, o turismo e as indústrias culturais e criativas. Neste quesito torna-se indispensável o aproveitamento do MEIA, instituição de ensino superior dedicada às artes, ainda que mais especializada em artes gráficas e comunicação, que conceba um conjunto de ações de formação especializadas de nível 5 de qualificação em áreas que permitam desenvolver as indústrias culturais e criativas e a sua ligação ao turismo, nomeadamente programação, produção e organização de eventos culturais, animação cultural, entre outros.

A vertente música também deve merecer uma atenção especial no âmbito da gestão da oferta formativa. A riqueza musical da cultura cabo-verdiana e a tradição da ilha justifica este esforço. O atual Centro Cultural do Mindelo já está posicionado para, numa perspetiva de ‘universidade aberta’ e Universidade da 3ª idade, fomentar formação profissional (capacitação) e formação técnica com níveis de qualificação em parceria com outras entidades, tais como a Escola Técnica do Mindelo, o MEIA, o IUE, os polos educativos, bem como outras instituições vocacionadas para tal. Este centro irá atuar na área do teatro, dança e música, tendo como público-alvo, pessoas de todas as idades. Pretendem desenvolver formações e projetos na base da preservação e divulgação da cultura utilizando também a oralidade (projeto FLAME) e promover a intergeracionalidade com projeto (Brinca-ma-mim). O Centro Cultural do Mindelo pretende desenvolver formações para suprir carências na área da cultura como: luz, som e imagem, sonoplastia, direção de cena, cenografia, adereços, artes e ofícios, entre outros. Estes são considerados cursos (nível 3, 4 e 5) essenciais para melhorar a difusão da oralidade,

melhorar o pensamento e a criatividade e a qualidade técnica da indústria da cultura.

6.2.4. Ilha de Santo Antão

Santo Antão tem como principais atividades económicas a agricultura, a pesca e o Ecoturismo que começa a despontar como importante setor em potencial. Essencialmente agrícola, a Ilha tem como uma das suas principais produções a cana-de-açúcar e a sua transformação em aguardente (grogue) como atividade económica com expressão significativa e com potencial para servir o ecoturismo, graças ao 'circuito do grogue' enquanto produto de ecoturismo. A par desses setores aparece a construção civil e outros serviços associados. Os entrevistados, na sua maioria, consideram que a oferta formativa existente na ilha está desajustada e mal direcionada.

A agricultura, como setor principal, não tem sido beneficiada com formações para o seu desenvolvimento. Existe um Centro de Formação Agrícola, praticamente desativado, em paredes-meias com uma Unidade de Formação e transformação alimentar muito bem equipada, também sem atividade formativa e produtiva, todos situados em Afonso Martinho, na Ribeira Grande. Estes centros são especializados na formação para o setor agrícola e transformação agroalimentar e possuem uma capacidade instalada que parece ser suficiente para atender às necessidades atuais da ilha em termos de formação para a área agrícola.

A via de ensino técnico existente na Escola secundária do Porto Novo oferece cursos de contabilidade e administração, construção civil, eletrotécnica e eletrónica e informática de gestão. Todavia, tendo em consideração as necessidades atuais e futuras da ilha, a via de ensino deve evoluir para uma maior especialização e tecnicidade das suas ofertas, nomeadamente na área do TIC: (instalação e manutenção de redes, *web design* e programação em sistemas básicos); na área da construção civil, em direção a formação para perfis de desenho de construção civil e medidor-orçamentista, entre outros, e na área da contabilidade e gestão para formações orientadas para a gestão de pequenas empresas e, talvez na área da agricultura, com forte ligação ao Centro de Afonso Martinho. Ainda se deve considerar que a proximidade da ilha a São Vicente representa uma grande vantagem no sentido de poder de alguma forma beneficiar das infraestruturas e das formações (profissionais e superiores) que ali são realizadas.

6.2.5. Ilha do Sal

A ilha do Sal tem como principal atividade económica o turismo, seguindo-se outras atividades relevantes como a construção civil, o comércio e outros serviços. A capacidade formativa instalada na ilha é manifestamente insuficiente para as suas necessidades, principalmente no que toca ao turismo e às atividades conexas.

A planificação e gestão da oferta formativa para a ilha deve privilegiar a formação para o setor do turismo, incluindo todos os perfis constantes da família profissional de hotelaria restauração e turismo, potenciada com o projeto para a instalação do Polo da EHTCV na ilha, considerando que as formações (iniciais e contínuas) na área de hotelaria e turismo poderão contar com as próprias instalações das unidades hoteleiras, mas também a construção civil e outros serviços que incluam a gestão geral de negócios e de pequenos empreendimentos que prestam serviços às empresas.

7. OFERTA FORMATIVA PREVISTA E REALIZADA

Este capítulo apresenta a prospetiva de ensino e formação referenciada no estudo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde 2012-2022 (IESE, 2012), a oferta formativa efetivamente realizada em 2014-2015-2016 (recolha empírica) e a confrontação entre ambas.

7.1. Prospetiva de ensino formação 2012-2022 por ilhas

Tabela 36: Prospetiva para a ilha de Santiago

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura ○ Mar ○ Turismo ○ TIC ○ Energias Renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Comércio ○ Agrária ○ Construção ○ Instalação e Manutenção ○ Indústria de Processos ○ Produção e Transporte de Energia ○ Hotelaria, Turismo e Restauração ○ Marítimo-Pesqueira 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alargar a oferta TIC, turismo, ambiente e energias renováveis. ○ Implementar a área de artes gráficas, administração e gestão e a construção civil ○ Alargar educação de adultos para o N2 na agricultura, construção civil associado à área da recolha, tratamento e valorização de resíduos, sistemas e tratamentos de água 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manter alargando os cursos para áreas de atendimento ao público, comércio, agricultura nos concelhos onde esta atividade tem maior expressão e ambiente para os empregos que requerem N2 e N3 de qualificação. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de <i>backoffice</i> (N4), técnico de SIG (N5), técnico em sistemas de análise de dados (N5), <i>web designer</i> e concetor de produtos <i>web</i> (N5), programador (N5), técnico de segurança e auditoria informática (N5), <i>design</i> gráfico (N4), técnico de instalação e manutenção de redes informáticas (N4). ○ Manutenção de redes de distribuição de energia (N4), instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos (N4), instalação e manutenção de sistemas solares (N4), instalação e manutenção de sistemas eólicos (N4).

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 37: Prospetiva para a ilha da Brava

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Hotelaria, ○ Restauração e turismo ○ Comércio ○ Construção Civil ○ Instalação/manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementar o ensino técnico nas áreas da construção civil, turismo, gestão e administração 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alargar oferta N2 e 3 construção civil, comércio, instalação e manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Beneficiar de formação profissional ligada ao apoio a iniciativas empresariais de pequena dimensão e autoemprego associado ao turismo e aos serviços.

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 38: Prospetiva para a ilha do Fogo

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura ○ Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agrária ○ Hotelaria, restauração e turismo ○ Comércio 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementar o ensino técnico nas áreas da agricultura e turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alargar com ofertas de N2 e N3 para a agricultura, comércio e turismo: ○ Técnicos (N3) e operadores agrícolas (N2) e manuseamento e transformação de produtos agrícolas (N3) ○ Serviço de alimentação e bebidas (N3) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alargar a oferta formativa de N4 para a agricultura e turismo e implementar em parceria com instituições especializadas em formação para agricultura uma formação em extensão rural de nível 5. Incluir áreas como marketing e comercialização de produtos agrícolas N4 ○ Gestão de agronegócios (N5) ○ Guia de turismo ambiental (N4ou N5) ○ Gestão de pequenas empresas turísticas (N5) ○ Cozinheiros (N4).

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 39: Prospetiva para a ilha do Maio

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura ○ Mar ○ Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agrária ○ Marítimo-pesqueira ○ Comércio ○ Construção e Obra Civil 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementar o ensino técnico com a área de formação para o turismo, a construção civil (desenhador, medidor-orçamentista, técnico de obra e técnico de topografia) e a agricultura. Dinamizar a oferta de educação de adultos visando responder às necessidades de formação e referenciais do SNQ na área da agricultura e marítimo-pesqueira. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Incrementar com formação para a área do comércio (operador de armazém (N2), operador de vendas (N2), operador de distribuição (N3) e para a construção civil (carpinteiro (N2), pedreiro (N2), ladrilhador (N2), canalizador (N2), estucador (N2), pintor (N2), montador de andaimes (N2), serralheiro civil (N3) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação para marinheiro (N2), marinheiro-pescador (N2), motorista-marítimo (N3), condutor de máquinas (N3) e turismo em articulação com a SDTBM (serviço de andares (N2), serviço de alimentos e bebidas (N3), cozinheiro (N4), rececionista (N4), guia turístico (N4), comercialização e marketing de produtos turísticos (N5) e gestão de microempresas de turismo (N5), gestão de produções agropecuárias (N5), operador agrícola (N2), técnico agrícola (N3), armazenamento e comercialização de produtos alimentares (N3) e operador de transformação de produtos agrícolas (N3)

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 40: Prospetiva para a ilha de São Vicente

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Mar ○ Indústrias Culturais e Criativas ○ Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Marítimo - pesca ○ Comércio ○ Indústrias de processo ○ Instalação e Manutenção ○ Metalomecânica ○ Hotelaria, restauração e turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Criação de uma oferta de música para alunos do ensino básico e secundário. ○ Alargamento do ensino técnico para o turismo e gestão de pequenos negócios turísticos ○ Reformulação da área de artes gráficas alargando a amplitude de saídas profissionais, nomeadamente na área do vídeo, som, web e fotografia 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Alargamento da oferta de unidades formativas com ofertas de N2 e N3 para o comércio, a indústria de processo, hotelaria, restauração e turismo ○ Operador distribuição (N3) ○ Operador de vendas (N2) ○ Operador de armazém (N2), ○ Técnico de produção agroalimentar (N3) ○ Empregados de mesa/bar (N3) ○ Empregado de andares (N2) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação para as pescas e transportes marítimos e indústria, transformação de produtos da pesca. ○ Formação de N5 a para programação, produção e organização de eventos, animação cultural, técnico de som e imagem, informação turística, guia turística, técnicas de marketing. ○ Formação marítimo-pesqueira, instalação e manutenção e indústria de processo (reparação naval, serralharia, metalomecânica, manutenção industrial, operação e condução de máquinas. ○ Cozinha (N4), Receção hoteleira (N4) com EHTCV ○ CESP para a área dos transportes e logística e análise e controlo de qualidade industrial

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 41: Prospetiva para a ilha de Santo Antão

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura e turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agrária ○ Hotelaria, restauração e Turismo ○ Construção e Obra Civil ○ Comércio 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Introdução de uma área de ET de Agricultura. ○ Alteração qualitativa da oferta de construção civil em direção a perfis mais especializados: ○ Medidor-orçamentista (N4) ○ Técnico de obra (N4) ○ Desenhador de construção civil (N4) ○ Qualificação da oferta na área de administração e gestão para criação de competências de gestão de microempresas 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ofertas de N2 e N3 ○ Áreas da construção civil, manutenção e comércio para os perfis operacionais prioritários do CNQ: ○ Eletricista (N3) ○ Canalizador (N2) ○ Ladrilhador (N2) ○ Instalador de sistemas solares térmicos (N2) ○ Atendimento ao público (N2 e N3) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Operadores agrícolas (N2e N3) ○ Técnicos agrícolas (N3 e N4) ○ Técnicos de extensão rural (N5) ○ Transformação de produtos agrícolas (N2 e N3) ○ Construção civil: preparador de obra (N3) ○ Manobreadores (N3) ○ Encarregado (N4) ○ Técnicos de manutenção sistemas refrigeração (N3) ○ Agricultura e turismo ○ Comercialização e marketing de prod. Agrícolas (N4) ○ Gestão de agronegócios (N4) ○ Gestão de microempresas turísticas (N 4 e N5) ○ Conceção, comercialização e marketing de produtos turísticos (N5)

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 42: Prospetiva para a ilha de São Nicolau

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Agricultura ○ Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agrária ○ Construção e Obra Civil ○ Hotelaria, restauração e Turismo ○ Indústria de Processo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da oferta de ensino técnico com alargamento de áreas introduzindo uma área de formação de agricultura e outra de turismo orientadas para os agronegócios e a gestão de pequenas empresas turísticas 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da Oferta com formação de nível 2 e 3 na área da construção civil, agricultura e comércio, (nomeadamente, agropecuária, horticultura, fruticultura (operadores agrícolas (N2) e técnicos agrícolas (N3) e operador de venda (N3), operador de armazém (N2), empregado de mesa e bar (N3), empregado de limpeza e lavandaria(n2) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da oferta de formação com ofertas para a área da pequena hotelaria - rececionistas (N4), ○ Unidade móvel de formação. ○ Reforço da formação contínua para o sector da agricultura numa perspetiva de assistência técnica (extensão rural)

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 43: Prospetiva para a ilha da Boavista

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Turismo Agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Hotelaria, Turismo e restauração ○ Construção e Obra Civil ○ Agrária 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de ensino técnico na área do turismo, construção civil, agricultura e serviços (administração e gestão, informática) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação para formações de N2 e N3 (acompanhante de crianças (N3), instalações elétricas e infraestruturas de telecomunicações (N3), manutenção de piscinas (N2), ladrilhadores (N2), canalizadores (N3), pedreiros (N2), estucadores (N2), carpinteiros (N2), pintores (N2), montadores de andaimes (N2), serralheiro civil (N3) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação para turismo em articulação com a EHTCV na área da cozinha (N4), pastelaria (N3), serviço de alimentação e bebidas (N3), serviço de andares (N2). ○ Promover formação para animadores e monitores de desportos aquáticos (N5) ○ Montagem e manutenção de instalações de climatização refrigeração (N4)

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

Tabela 44: Prospetiva para a ilha do Sal

Setores prioritários	Famílias profissionais	Educação / Ensino técnico	Unidades Formativas	Formação profissional / CESP
<ul style="list-style-type: none"> ○ Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Hotelaria, restauração e turismo ○ Construção e obra civil 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementar uma área de turismo com saídas profissionais associadas à promoção de serviços turísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforçar com formação de N2 e N3 na área da construção civil, dos serviços e do turismo: ○ Acompanhante de crianças (N3) ○ Manutenção de equipamentos hoteleiros (N3) ○ Manutenção de piscinas (N2) ○ Instalações elétricas e infraestruturas de telecomunicações (N3) ○ Ladrilhadores (N2), Canalizadores (N2), Pedreiros (N2), Carpinteiros (N2), Pintores (N2), Estucadores (N2), Montadores de andaimes (N2) Serralheiro (N3) 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Reforçar a formação para o turismo em articulação com a EHTCV ○ (serviço de andares (N2), cozinha (N4), pastelaria (N3), serviço de alimentação e bebidas (N3), receção (N4) ○ Beneficiar de ofertas de CESP na área da animação e de monitores de desportos aquáticos. ○ Implementar formação de N4 na área de montagem e manutenção de instalações de climatização e refrigeração.

Fonte: Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de Cabo Verde (2012).

7.2.Oferta formativa – 2014/2015/2016

A relação da oferta formativa realizada fornecida pelas entidades encontra-se incompleta em virtude de determinadas entidades não terem correspondido às solicitações efetuadas, quer presencialmente quer por via e-mail, conforme referido na apresentação do estudo.

7.2.1. Ilha de Santiago

Tabela 45: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha de Santiago

Tipologia	Família profissional	Nível	Curso de formação	Unidades Formativas estabelecimento de ensino	Data de realização
Ano Complementar Profissionalizante(n5)	Instalação e manutenção	5	Montagem e Manutenção de Sistemas Automáticos Programáveis	Escola Secundária Cesaltina Ramos (ESPCR)	2014/2015/2016
	Construção e obra civil	5	Controlo da execução de trabalhos de construção e obra civil	Escola Técnica Grão-Duque Henry (ETGDH)	S/D
	Administração e Gestão	5	Gestão contabilística	Escola Técnica Grão-Duque Henry (ETGDH)	S/D
Via Técnica	Tecnologias de Informação e comunicação	4	Administração de sistemas informáticos e de sistemas de bases de dados	Escola Secundária Cesaltina Ramos (ESPCR)	2015/2016
				Escola Secundária Pedro Gomes	2013/2014 e 2015/2016
				Esc. Secundária Carlos Alberto Gonçalves (ESCAG)	2014/2015
	Instalação e Manutenção	4	Montagem e manutenção de instalações elétricas de baixa tensão	Escola Técnica Grão-Duque Henry (ETGDH)	2013/2016
				Escola Secundária Cesaltina Ramos (ESPCR)	2014/2015
	Construção e obra civil	4	Trabalhos de estrutura e alvenaria	Escola Secundária Cesaltina Ramos (ESPCR)	2014/2015
				Controlo de projetos de obra civil	Escola Técnica Grão-Duque Henry (ETGDH)
	Administração e Gestão	4	Gestão de pequenas empresas	Escola Secundária Pedro Gomes (ESPG)	2014/2016
				Escola Secundária Cesaltina Ramos (ESPCR)	2014/2016

Tabela 46: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de Santiago

2014	2015	2016
<p>EHTCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinha N3 e N4 ○ Restaurante/Bar S/N ○ Pastelaria N3 ○ Cafeteria/Bar N3 ○ GAH N5 <p>Informação restrita.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão de Pequenos Negócios ○ Elaboração de Projetos de Pequenos Negócios ○ Gestão da Produção Agropecuária ○ Produção de Aguardente ○ Confeção de Rede de Pesca ○ Artesanato e Reciclagem ○ Gestão e Produção Cultural ○ Canalização e Instalação Predial ○ Trabalho de Estruturas e Alvenaria ○ Instalações Elétricas e Infraestruturas de Telecomunicação em Edifícios ○ Instalação e Manutenção de Equipamentos Informáticos e de Telecomunicações ○ Manutenção de Motores e Seus Sistemas Auxiliares ○ Capacitação de mecânicos de motores de bordo ○ Desenho Mecânico com Solid Works (80 horas) ○ Autodesk, Autocad 2D e 3D (120 horas) ○ Design e Multimédia ○ Autocad 2D e 3D ○ Operações Básicas em Bate-chapa e Pintura ○ Transporte e Logística ○ Gestão Contabilística ○ Secretariado e Apoio à Direção ○ Serviços Administrativos e Atendimento a clientes e Utentes ○ Marketing Comercial Design e Multimédia ○ Administração de Sistemas Informáticos e de Sistemas de Base de Dados ○ Desenvolvimento de Aplicações Informáticas ○ Técnicas de Panificação, Confeitaria e Culinária ○ Pastelaria e Culinária ○ Técnicas de Cozinha Básica ○ Inglês Turístico ○ Cabeleireiro 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Agronegócio ○ Gestão da Produção Agropecuária ○ Produção de Licores ○ Produção de Aguardente ○ Transformação e Conservação de Pescado ○ Instalações Elétricas e Infraestruturas de Telecomunicação em Edifícios ○ Instalação e Manutenção dos Equipamentos Informáticos e de Telecomunicações ○ Canalização e Instalação Predial ○ Manutenção de Sistemas Elétricos e Eletrônicos de Automóveis ○ Manutenção de Motores e Seus Sistemas Auxiliares ○ Capacitação de Mecânicos de Motores de Bordo ○ Operações Básicas em Bate-chapa e Pintura ○ Gestão Contabilística ○ Serviço de Administração e Atendimento a Clientes e Utentes ○ Informática Básica ○ Administração de Sistemas Informáticos e Sistemas de Bases de Dados ○ Desenvolvimento de Aplicativos informáticos ○ Design e multimédia ○ Tecnologia de Informação Geográfica ○ Recepção em Alojamentos ○ Animação Turística ○ Técnicas de Panificação, Confeitaria e Culinária ○ Pastelaria e Culinária ○ Inglês para hotelaria e restauração ○ Cabeleireiro ○ Estética <p>EHTCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinha N2 e N4 ○ Restaurante/Bar N3 e N4 ○ Pastelaria N3 ○ GAH N5 ○ Serviço de Quarto e Lavandaria N3

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Capacitação técnica de Formadores em Sistemas de Transmissão Automáticas Auto ○ Capacitação técnica de Formadores em Eletricidade e Eletrónica-Auto ○ Capacitação técnica de formadores em Eletromecânica Automóvel <p>EHTCV:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinha III e IV ○ Restaurante/Bar III e IV ○ Pastelaria III ○ Técnico AVT V ○ Recepção V ○ GAH V ○ Serviço de Quarto e Lavandaria III ○ Técnico Animação Turística e Cultural V <p>CERMI:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos N5 	<p>CERMI:</p> <p>Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas Fotovoltaicos N5</p> <p>Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas Solares Térmicos</p> <p>Técnico de Montagem e Manutenção de Instalações de Climatização e Refrigeração</p>
--	---	--

7.2.2. Ilha do Fogo

Tabela 47: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha do Fogo

2014	2015	2016
<ul style="list-style-type: none"> ○ Sem informação. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Capacitação em Técnicas Básicas de Agricultura ○ Capacitação em Pecuária ○ Capacitação em Artesanato ○ Instalação e Manutenção de Eletrodomésticos ○ Canalização ○ Eletricidade ○ Contabilidade Básica ○ Atendimento Publico ○ Animação Turística ○ Atendedores de Bares, Cafés e Lançonetes ○ Cozinha Básica 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Transformação de Pescado ○ Cestaria ○ Instalação e Manutenção de Equipamentos Informáticos e de Telecomunicações ○ Instalação e Manutenção de Eletrodomésticos ○ Operadores de Venda e Marketing ○ Pastelaria e Panificação ○ Francês Adulto ○ Inglês Adulto

7.2.3. Ilha do Maio

Tabela 48: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha do Maio

Tipologia	Família profissional	Nível	Curso de formação	Unidades Formativas estabelecimento de ensino	Data de realização
Ano Complementar Profissionalizante (n5)	-	-	-	-	-
Via Técnica	Tecnologias de Informação e comunicação	4	Administração de sistemas informáticos e de sistemas de bases de dados	Escola Secundária Horace Silver (ESMAIO)	2013/2014 e 2015/2016
Unidades Formativas	Tecnologias de informação e comunicação	3	Manutenção de equipamentos informáticos e de telecomunicações	Escola Secundária Horace Silver (ESMAIO)	S/D

7.2.4. Ilha de São Vicente

Tabela 49: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha de São Vicente

Tipologia	Família profissional	Nível	Curso de formação	Unidades Formativas estabelecimento de ensino	Data de realização
Ano Complementar Profissionalizante (n5)	Instalação e manutenção	5	Montagem e Manutenção de Sistemas Automáticos Programáveis	Escola Industrial e Comercial do Mindelo (EICM)	S/D
	Comércio, transporte e logística	5	Transporte e logística	Escola Industrial e Comercial do Mindelo (EICM)	2015/2016
Via Técnica	Tecnologias de Informação e comunicação	4	Administração de sistemas informáticos e de sistemas de bases de dados	Escola Secundaria Augusto Pinto (ESAP)	2014/2015 e 2015/2016

Tabela 50: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de São Vicente

2014	2015	2016
<ul style="list-style-type: none"> ○ Transformação de Pescado S/N ○ Técnica de Confeções Industrial S/N ○ Refrigeração e Climatização N4 ○ Eletricidade de Baixa Tensão N4 ○ Técnicas de Atendimento ao Público S/N ○ Atendimento e Administração N4 ○ Gestão Contabilística N5 ○ Restauração e Bar N3 ○ Técnicas de Pastelaria e Panificação S/N ○ Técnicas de Cozinha Básica S/N ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores S/N 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão de Pequenas Empresas N4 ○ Gestão de Pequenos Negócios S/N ○ Transformação de Pescado S/N ○ Refrigeração e Climatização N4 ○ Eletricidade de Baixa Tensão N5 ○ Confeções Industrial S/N ○ Gestão Contabilística N5 ○ Atendimento e Administração N4 ○ Secretariado e Apoio à Direção N4 ○ Técnicas de Atendimento ao Público S/N ○ Receção Hoteleira N4 ○ Restaurante e Bar N3 ○ Organização e Animação de Eventos S/N ○ Técnicas Artesanato e Tecelagem S/N ○ Formação Pedagógica Inicial de formadores S/N 	<ul style="list-style-type: none"> ○ GERME - PIN (Planear e Iniciar o Seu Negócio) S/N ○ Gestão de Pequenas Empresas N4 ○ Transformação de Pescado S/N ○ Tingidura e Batick S/N ○ Secretariado e Apoio à Direção N4 ○ Técnicas de Vendas e Negociação S/N ○ Gestão Contabilística N5 ○ Receção Hoteleira N4 ○ Guias de Turismo N5 ○ Guias de Turismo - ATC - S/N ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores S/N

7.2.5. Ilha de Santo Antão

Tabela 51: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha de Santo Antão

Tipologia	Família profissional	Nível	Curso de formação	Unidades Formativas estabelecimento de ensino	Data de realização
Ano Complementar Profissionalizante (n5)	Construção e obra civil	5	Desenvolvimento de projetos de construção e obra civil	Escola Técnica João Varela (ETJV)	2015/2016
		5	Controlo da execução de trabalhos de construção e obra civil	Escola Técnica João Varela (ETJV)	2014/2015
	Comércio, transporte e logística	5	Marketing e comercialização	Escola Técnica João Varela (ETJV)	2014/2015
Via Técnica	Instalação e Manutenção	4	Montagem e manutenção de instalações elétricas de baixa tensão	Escola Técnica João Varela (ETJV)	2013/2016
	Administração e Gestão	4	Gestão de pequenas empresas	Escola Secundária António Silva Pinto (ESASP)	2014/2016

Tabela 52: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de Santo Antão

2014	2015	2016
<ul style="list-style-type: none"> ○ Elaboração Industrial de Produtos Alimentares N3 ○ Serviços Administrativos e de Atendimento a Clientes e Utentes N4 	<ul style="list-style-type: none"> ○ GERME S/N ○ Técnicas Processamento Produtos Agropecuários S/N ○ Produção de Artesanato nas áreas de Têxtil, Cerâmica e Pedras Vulcânicas S/N ○ Pintura de Construção Civil S/N ○ Informática Básica S/N ○ Gestão Contabilística N 5 ○ Design e Multimédia Alimentação Saudável S/N ○ Skrebi Bu Futuro S/N ○ Cozinha N2 ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores S/N 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais dos Desempregados de Longa Duração S/N ○ Capacitação de Guias de Turismo S/N ○ Cozinha N2 ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores S/N

7.2.6. Ilha de São Nicolau

Tabela 53: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha de São Nicolau

2014	2015	2016
Sem informação.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinha Básica ○ Manutenção de Equipamentos de Refrigeração 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores

7.2.7. Ilha da Boavista

Tabela 54: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha da Boavista

2014	2015	2016
Sem informação.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnicas de transformação de produtos agroalimentares ○ Manutenção de Equipamentos de Refrigeração ○ Animação Turística e Organização de Eventos 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Informação e Acompanhamento Turístico

7.2.8. Ilha do Sal

Tabela 55: Formações do CNQ implementadas no sistema formal de ensino, ilha do Sal

Tipologia	Família profissional	Nível	Curso de formação	Unidades Formativas estabelecimento de ensino	Data de realização
Ano Complementar Profissionalizante (5)	-	-	-	-	-
Via Técnica	Administração e Gestão	4	Gestão de pequenas empresas	Escola Secundária Olavo Moniz (ESOM)	2015/2016
				Complexo Educativo Manoel António Martins- Santa Maria	2015/2016
Unidades Formativas	Instalação e manutenção	3	Instalações Elétricas e Infraestruturas de telecomunicação em Edifícios	Escola Secundária Olavo Moniz (ESOM)	S/D

Tabela 56: Formações realizadas pelos CEFP e outros operadores fora do sistema formal de ensino, ilha do Sal

2014	2015	2016
Sem informação.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Eletromecânica Auto ○ Contabilidade Geral ○ Fiscalidade ○ Excel Avançado ○ Pastelaria ○ Decoração de Bolos ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção Equipamentos Refrigeração e Climatização S/N ○ Gestão e Liderança S/N ○ Atendimento e orientação ao Cliente S/N ○ Secretariado e Apoio à Direção S/N ○ Organização e Técnicas de Gestão de Arquivos S/N ○ Contabilidade Geral S/N ○ Fiscalidade S/N ○ Técnicas de Venda e Negociação S/N ○ Auxiliar de Ação Educativa e Ensino Especial S/N ○ Guia de Turistas S/N ○ Decoração de Bolos S/N ○ Serviço de Andares e Lavandaria (N2) ○ Inglês Turístico S/N ○ Higiene e Segurança no Trabalho S/N ○ Formação Pedagógica Inicial de Formadores S/N

7.3. Confrontação da prospetiva 2012-2022 com a oferta 2014-2015-2016

Uma análise de confrontação da prospetiva (2012-2022) com a realização, em termos de formação, nos últimos 2-3 anos, afigura-se tarefa difícil, pois os dados recolhidos no terreno, bem como os dados fornecidos, são manifestamente insuficientes para um trabalho mais aprofundado. Por outro lado, não foi possível aquilatar sobre a sequência dada ao Estudo Prospetivo¹ em termos da operacionalização e nem se houve, ou não, orientações no sentido da criação de uma oferta formativa para cobrir as necessidades identificadas.

Assim, com base nas escassas informações e dados fornecidos, procura-se analisar algumas conformidades e identificar as principais diferenças ou lacunas entre as duas situações, sempre com a devida ressalva. Procurou-se analisar algum paralelismo existente entre as duas situações, nas ilhas visitadas, e alguma apreciação dos dados em relação às demais ilhas.

Na análise das prospetivas para a educação/formação para o horizonte 2012/2022, constata-se que estava previsto o alargamento do ensino técnico no sentido de se poder abranger as áreas prioritárias de desenvolvimento do país em todas as ilhas onde existem escolas secundárias com a via técnica, e a criação de condições para a instalação dessa via nas ilhas onde esta opção não existia. Esse alargamento apontava para áreas ligadas ao turismo e gestão de pequenos negócios turísticos e artes gráficas, alargando a amplitude de saídas profissionais, nomeadamente na área do vídeo, som, *web* e fotografia, TIC, ambiente e energias renováveis, entre outros. Analisando as informações recolhidas, pode-se constatar que tal ainda não é uma realidade, pois a via técnica continua a funcionar apenas nas Escolas Secundárias polivalentes de Assomada, Praia, Mindelo e Santo Antão.

Além disso não foram contados grandes avanços em termos de diversificação da oferta existente. Prevalcem as áreas tradicionais da via técnica, embora desde 2014 estejam a ser implementados programas formativos, previstos no Catálogo Nacional das Qualificações, em algumas áreas, na Via Técnica, no ACP (ano completar profissionalizante) e nas Unidades Formativas. Esta implementação ainda não atinge todas as ilhas. No âmbito do ACP foram realizadas formações de nível 5 em S. Vicente, Santo Antão e Santiago, ilhas onde existem estruturas (Escolas Técnicas) bem equipadas, nas áreas de: (a) Montagem e Manutenção de Sistemas Automáticos Programáveis e (b) Transporte e Logística, em São Vicente; (a) Desenvolvimento de Projetos de Construção e Obra Civil, (b) Controlo da Execução de Trabalhos de Construção e Obra Civil e (c) Marketing e Comercialização, em Santo Antão; (a) Montagem e Manutenção de Sistemas Automáticos Programáveis, (b) Controlo da Execução de Trabalhos de Construção e Obra Civil e (c) Gestão Contabilística, em Santiago.

Na via técnica foram implementadas formações de nível 4 de: Administração de Sistemas Informáticos e de Sistemas de Bases de Dados, em S. Vicente; (a) Montagem e Manutenção de Instalações Elétricas de Baixa Tensão e (b) Gestão de Pequenas Empresas, em Santo Antão; (a) Administração de Sistemas Informáticos e de Sistemas de Bases de Dados, (b) Montagem e Manutenção de Instalações Elétricas de Baixa Tensão, (c) Trabalhos de Estrutura e Alvenaria, (d) Controlo de Projetos de Obra Civil e (e) Gestão de Pequenas Empresas, em Santiago. Realizou-se ainda, no Sal, formação em Gestão de Pequenas Empresas e, no Maio, (a) Administração de Sistemas Informáticos e de Sistemas de Bases de Dados e (b) Gestão de Pequenas Empresas.

¹Estudo prospetivo sobre os recursos humanos estratégicos para o desenvolvimento de cabo verde, 2012.

No que toca à implementação dos cursos de nível 3 foram realizadas nas Unidades Formativas existentes nas Escolas Secundárias de via geral. Na Escola Secundária Olavo Moniz, no Sal, foi realizado o curso de Instalações Elétricas e Infraestruturas de Telecomunicação em Edifícios, nível 3; na Escola Secundária Horace Silver, no Maio, levou-se a efeito o curso de Manutenção de Equipamentos Informáticos e de Telecomunicações.

Estas formações, realizadas já no âmbito da implementação do Sistema Nacional de Qualificações, ainda não ocorreram em todas as ilhas. Por outro lado, em relação às Unidades Formativas que funcionam em algumas escolas secundárias, em quase todas as ilhas, a indicação era de se manter e alargar os cursos para outras áreas em função das especificidades dos concelhos e o reforço da oferta de formação de nível 2 e 3 nas áreas da construção civil, agricultura e comércio, nomeadamente Operador Agrícola (N2) Técnico Agrícola (N3), Operador de Venda (N3), Operador de Armazém (N2), Empregado de Mesa e Bar (N3), Empregado de Limpeza (N2), Eletricista (N3), Canalizador (N2), Ladrilhador (N2), Instalador de Sistemas Solares Térmicos (N2). Estas necessidades de formação identificadas deveriam ser satisfeitas via Unidades Formativas por corresponderem a perfis de níveis 2 e 3, cujo grau de complexidades é menor.

No entanto, de acordo com informações recolhidas durante a pesquisa, constatou-se que esta iniciativa das Unidades Formativas não apresentou grandes resultados. Algumas não conseguiram vingar e outras terminaram alguns cursos com grandes dificuldades. Os operadores consideram que esta formação profissional em Unidades Formativas não deu resultados por uma ausência de clarificação de objetivos, falta de meios e condições logísticas e carência de base legal de sustentação.

Igualmente, propunha-se uma dinamização da oferta de educação de adultos visando responder às necessidades de formação e referenciais do SNQ na área da agricultura e marítimo-pesqueira e, ainda, para S. Vicente, a criação de uma oferta de música para alunos do ensino básico e secundário. Contudo, não foram disponibilizados elementos que permitissem aferir se houve ou não realizações a esse nível.

Para a formação profissional e para os CESP (cursos superiores profissionalizantes), a indicação era para o reforço da formação profissional e dos cursos superiores profissionalizantes como forma de colmatar as lacunas de técnicos médios nas diferentes áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento. Constatou-se, igualmente, que a oferta de formação profissional não se diversificou muito em termos de áreas e de níveis de qualificação. Nos últimos dois anos houve um alargamento da oferta dos CESP, antes oferecidos apenas pela UNI-CV, a outras instituições de ensino superior. Contudo, esta oferta continua a ser bastante questionada em termos da sua finalidade e objetivo, no âmbito do sistema integrado e carece ainda de regulamentação própria que a vincule ao SNQ, na perspetiva da dupla certificação.

Seguidamente apresenta-se, no que respeita às ilhas visitadas (Santiago, Fogo, São Vicente, Santo Antão e Sal), uma avaliação mais pormenorizada ao ensino técnico e formação profissional.

7.3.1. Ilha de Santiago

Santiago é a ilha com maior número de ações realizadas em várias áreas, cobrindo algumas das prioridades identificadas, como é o caso do turismo e hotelaria, construção civil e manutenção, TIC e energias renováveis. Entretanto, constata-se que, ao contrário do proposto (formação de níveis elevados 3 e 4), as ações de formação profissional realizadas nos centros de formação foram predominantemente de capacitação e de níveis 2 e 3 e apenas algumas ações de nível 4.

As escolas secundárias com a via técnica, nomeadamente a Cesaltina Ramos, também realizaram formações profissionais, mas seguindo as áreas de conhecimento já existentes na via técnica. De realçar que existem centros e empresas privadas que realizam formação profissional, mas ainda não foi possível aceder a esses dados. Todavia, pode-se presumir algum desfasamento entre os perfis de qualificação propostos no estudo prospetivo e os realizados.

A fim de se desenhar um retrato mais fiel da confrontação entre o que foi proposto e o que se já realizou a meio percurso, será necessário um aprofundamento das recolhas empíricas, bem como uma melhor apropriação das orientações estratégicas e das políticas e planos que se pretendem desenvolver para o setor. Esta é uma condição para que sejam elaborados, com rigor, planos e projetos para o desenvolvimento e concretização de uma oferta formativa condizente com as necessidades do país e que sirva de alavanca para o desenvolvimento socioeconómico das ilhas e do todo nacional.

Ainda assim pode-se concluir, apesar das limitações apontadas inicialmente nesta fase do estudo, que existe uma falta de harmonia e alguma desconformidade em relação à formação realizada nos últimos 3 anos e o proposto no estudo prospetivo. Salta à vista a fraca diversificação da oferta, com tendência para uma concentração nas formações mais tradicionais, geralmente sem nível de qualificação. Para se atingir os objetivos pretendidos com a formação técnica profissional no país será necessário rever estratégias e, sobretudo, clarificar os meandros do sistema integrado de educação formação e emprego de modo a criar condições para uma gestão eficiente e eficaz da oferta formativa no País.

7.3.2. Ilha do Fogo

A oferta formativa para a ilha indica, como principais áreas, a agricultura e o turismo, com cursos de nível 4 e 5. De acordo com os dados obtidos no relatório do IEF² as formações realizadas em maior número, em 2015, foram dirigidas a várias áreas com apenas uma formação, sem nível, em técnicas de processamento de produtos agropecuários.

Em 2016 foi realizado um curso de Guia de Turismo³ igualmente sem nível, que gerou desconforto aos operadores turísticos e profissionais das áreas em virtude da forma como foi conduzido. A ilha tem uma capacidade instalada muito boa que deve ser rentabilizada para servir o Fogo e a Brava com formações direcionadas para a agricultura e o turismo, enquanto setores prioritários para o desenvolvimento.

7.3.3. Ilha de São Vicente

A oferta formativa registada não vai de encontro às propostas efetuadas. Nas áreas do mar foram realizadas várias ações de capacitação em transformação do pescado, executados pelo CEF⁴ e pelo INDP⁴. Não há registo de ofertas qualificantes (com nível do SNQ) nestas áreas. No turismo registou-se ofertas de cursos de Receção Hoteleira N4, Atendimento ao Público S/N, Restaurante e Bar N3, Cozinha Básica S/N e cursos de Guia de Turismo⁵, um de N5, executado pelo CEF⁴, e outro promovido pela ATC, sem nível. Esta última formação, que foi feita a nível nacional, gerou alguma polémica com a questão da certificação e a atribuição da carteira

²Não foi possível obter dados diretamente do centro.

³Corresponde a formação promovida pela ATC a nível nacional.

⁴Não foi possível obter dados do ex-ISECMAR sobre as qualificações efetuadas no setor.

⁵Ainda em execução e com problemas de finalização.

profissional⁶. Não foram realizadas formações de maior qualificação com recurso a parcerias como a EHTCV, tal como proposto.

Na área das indústrias criativas e produção de eventos foram realizadas ações de capacitação em Organização e Animação de Eventos, Técnicas de Artesanato e Tecelagem, Técnicas de Vendas e Negociação, entre outras. Não há registo de oferta com qualificação nesta área, o que contraria o proposto para formações de nível 5, para programação de eventos, animação cultural, técnicos de espetáculo (som e imagem), técnicos de *marketing*, etc.

Dos CESP realizados em São Vicente dois foram direcionados para o turismo. Não se registou oferta de CESP para as áreas dos transportes, logística e controlo de qualidade.

7.3.4. Ilha de Santo Antão

A prospetiva 2012-2022 aponta para uma oferta formativa forte na agricultura com formações básicas de nível 2 e 3, mas também formações mais técnicas especializadas de nível 4 e 5, para além da construção civil, turismo e área de manutenção. A formação realizada em 2014 é quase inexistente e, em 2015, identificou-se duas formações com nível: Cozinha (N2) e Gestão Contabilística (N5). As restantes formações foram ações de capacitação em áreas diversas com duas ações ligadas a agricultura (Técnicas de Processamento de Produtos Agropecuários e Alimentação Saudável).

Já em 2016 a formação foi igualmente insuficiente, abarcando um curso de Guia de Turismo, sem nível, e um curso de Cozinha, nível 2. Os dados recolhidos no terreno não se coadunam com a capacidade instalada de formação, sobretudo para a área da agricultura. Esta situação merece uma análise mais profunda já que a perceção dos operadores na região é que a formação realizada é insuficiente e desfasada das necessidades.

7.3.5. Ilha do Sal

Também aqui não nos foram fornecidos dados das formações realizadas nos últimos 3 anos, embora estivessem previstas formações nas áreas de turismo e hotelaria em articulação com a EHTCV e ainda outras ações ligadas às Unidades formativas e a oferta CESP.

Foi possível constatar que a EHTCV realizou, diretamente, várias ações *on job* para as unidades hoteleiras em Santa Maria. De acordo com dados do IEPF/Sede foram realizadas no Sal em 2016 apenas um curso com nível de qualificação 2 (Serviço de Andares e Lavandaria), previsto no plano prospetivo. As restantes formações foram realizadas na modalidade capacitação em áreas distintas, tais como Atendimento ao Cliente, Técnicas de Venda, Guia de Turismo, entre outros, mas sem uma convergência com as propostas para 2012-2022.

⁶O Diploma das carteiras profissionais para a família HRT ainda não foi aprovado. Entretanto foram entregues crachás de identificação de guias de turismo.

8. OPORTUNIDADES DE MERCADO, DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÕES

Na generalidade o período de 2015-2017 apresentou melhoras para a economia e as previsões para 2017 são francamente positivas em termos de evolução em diversas áreas, dependendo o seu sucesso em grande parte da capacidade de alavancagem das novas políticas governativas.

Na ótica da procura, as projeções mostram um crescimento do PIB cerca de 3 a 4 vezes superior entre 2015 e 2017 (de 1,5% para 5,5%), bem como um aumento significativo (30%) do consumo privado no mesmo período.

Num arquipélago em que a maior concentração populacional ainda se encontra no meio rural, o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias é fundamental e tem várias oportunidades de evolução. A agricultura tem novas potencialidades fornecidas por um setor turístico em expansão, que se consolida em virtude de se constituir como um destino livre de convulsões político-sociais, podendo ampliar rapidamente o número de consumidores nacionais e internacionais.

A agricultura cabo-verdiana tenderá a evoluir de uma agricultura familiar para uma agricultura modernizada e competitiva, mediante novos métodos de produção e acondicionamento dos produtos agrícolas, da resolução dos problemas ligados ao acesso aos mercados e ao crédito, aos fatores de produção, à qualidade da extensão rural e à organização da cadeia de valor.

O setor primário e toda a fileira de cadeia de valor e a indústria transformadora têm um enorme potencial de desenvolvimento, apresentando-se o mundo rural como um dado incontornável na definição de políticas de futuro. O setor agropecuário, as pescas – incluindo a maricultura e a aquicultura – e em particular a pesca semi-industrial, e a indústria alimentar, podem aumentar consideravelmente a sua importância nos próximos anos.

No que respeita à indústria, o governo aposta na retoma da industrialização do país como dimensão para o modelo de crescimento económico desejado, desenvolvendo-se uma nova estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego. As indústrias ligeiras são um objetivo a desenvolver, a par de uma aposta na indústria naval e no reforço dos portos nacionais, prevendo-se o crescimento do setor da reparação naval e da construção de navios de pesca artesanal e semi-industrial.

No domínio da hotelaria e turismo o número de turistas aumentou 13,9% neste ano face ao período homólogo do ano anterior e o número de dormidas registou um acréscimo de 16,5%. Consolidando esta evolução prevê-se também uma maior dinâmica nesta atividade económica e no emprego, impulsionados pela conclusão de empreendimentos turísticos avaliados em 627 milhões de euros.

Associadas ao turismo novas áreas de excelência e de criação de oportunidades de negócio serão certamente desenvolvidas, designadamente as economias culturais e criativas, o ecoturismo e os desportos náuticos e de recreio.

Além do setor do turismo, as previsões apontam melhorias muito significativas (valores já deste ano) para crescimentos importantes nos setores da ‘agricultura’, da ‘indústria transformadora’, da ‘eletricidade e água’, ‘imobiliária e outros serviços’ e ‘serviços às empresas’. Por outro lado, emergem novas e variadas oportunidades relacionadas com o incremento das energias renováveis e da manutenção industrial, da criação de casino e jogos associados ao turismo e ao lazer, bem como atividades ligadas à conservação e proteção do património natural.

A criação de um ambiente institucional e económico sustentável é essencial para promover o emprego de modo a que os indivíduos possam desenvolver e atualizar capacidades e competências, tendo em vista a sua realização pessoal, a maior capacidade produtiva e o bem-estar coletivo. As empresas públicas e privadas necessitam de ser sustentáveis para que possam ser capazes de criar mais perspetivas de emprego e rendimento e para que as sociedades possam cumprir as suas ambições de desenvolvimento económico com melhores níveis de vida e de progresso social.

Os dados disponíveis, independentemente de algumas oscilações, são animadores, apontando para uma melhoria generalizada dos indicadores económicos, bem como no que respeita ao aumento do emprego. As taxas relacionadas com a quantidade de emprego em 2015 apontam para melhorias importantes: a taxa de desemprego baixou de 15,8% para 12,4% e a taxa de inatividade diminuiu de 42,1% para 41,7%; simultaneamente, aumentaram a taxa de atividade de 57,9% para 58,3% e a taxa de ocupação de 48,8% para 51,0%.

A persistirem tais tendências torna-se fundamental o alargamento da oferta formativa e aumento das qualificações da população visando cumprir objetivos de governo de prestação de serviços especializados e crescimento do setor terciário com base num sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento.

Em diversos estudos, e de acordo com a auscultação feita às entidades do nosso campo empírico, permanece a necessidade de se dotar o país de quadros técnicos (formação intermédia) em várias áreas como forma de resolver problemas de carência de mão-de-obra qualificada, potenciar o desenvolvimento do país e combater as altas taxas de desemprego.

Uma análise mais aprofundada aos dados fornecidos evidenciou a hotelaria como exceção em virtude de nos últimos anos ter desenvolvido formação adequada, mas ainda assim somente até ao nível 4, havendo apenas registo de uma formação de nível 5 (AGT e Guia de turismo). Nas demais áreas a formação tem tido pouca ligação às propostas que integram estudos prospetivos, devendo-se colocar aqui a questão da adequada divulgação dos estudos e o seu uso efetivo pelas instituições aquando das planificações para formação.

Por outro lado, importa também abarcar populações com menos habilitações e dotá-las de qualificações de níveis 2 e 3. Efetivamente, as principais críticas ao setor por parte dos operadores económicos têm incidido sobre a escassez de diversidade da oferta, designadamente no que respeita a áreas consideradas com pouca pertinência ou relevância para o mercado de trabalho, o que provavelmente não constitui uma avaliação correta face a oportunidades de mercado em diversos setores de atividade que exigem mais pessoas com capacidades operativas adequadas. Efetivamente, existe um desfasamento em diversos domínios entre as opções de desenvolvimento associadas ao crescimento e à competitividade da economia e as ofertas de formação, não só em relação às áreas como também aos níveis de qualificação.

Tais perspetivas e oportunidades afiguram-se cruciais para reverter ilhas em declínio e reforçar as ilhas em crescimento económico e, simultaneamente, aumentar e melhorar a qualidade do emprego e incrementar as qualificações profissionais mediante uma oferta formativa mais ampla e diversificada.

Espera-se, no mínimo, um cenário de crescimento económico moderado que permita aumentar a oferta de qualificações de nível secundário do ensino técnico e diversificar a formação de modo a contribuir para a cobertura das necessidades dos setores de atividade identificados por ilha. Admite-se que novas competências formações possam surgir a partir do incremento dos CESP.

Por outro lado, um aumento rápido de emprego em diversos setores de atividade mencionados deve também concentrar-se em populações com menos possibilidades de acesso a formação e alargar a oferta formativa a competências e qualificações de níveis 2 e 3, cuja importância é visível em setores de atividade como a agricultura, a indústria ligeira e o setor do turismo, hotelaria e restauração – embora este seja um setor com alguma consistência de formações devido ao papel desempenhado pela Escola de Hotelaria e Turismo – em virtude da expressão que estes setores adquirem e a menor intensidade da sua produtividade e qualificação profissional.

No capítulo seguinte, embora ainda sem a sistematização necessária em virtude das limitações apontadas a este estudo na Introdução / Apresentação, lista-se um conjunto de perfis profissionais que poderão ser o ponto de partida para desenvolver um conjunto de formações suscetíveis de gerar as competências necessárias para aumentar e melhorar a qualidade do emprego num quadro de crescimento económico moderado ou acelerado.

9. PERFIS PROFISSIONAIS A DESENVOLVER POR FAMÍLIA / ATIVIDADE ECONÓMICA

Este capítulo apresenta um conjunto de perfis profissionais com base no Catálogo Nacional de Qualificações, que identifica diversas famílias profissionais e respetivas qualificações profissionais, na prospetiva estratégica para 2012-2022 e na pesquisa empírica realizada, mediante análise qualitativa às entrevistas e à lista de formações previstas por alguns operadores para o futuro.

Apresenta-se 105 qualificações correspondentes a perfis profissionais, cuja listagem é provisória e que, em princípio, constituirá a base para a elaboração, na 2ª fase do estudo, de um plano de orientações estratégicas sobre as qualificações necessárias a desenvolver.

A terminologia das famílias profissionais segue o Catálogo Nacional de Qualificações, e as qualificações mencionadas que já estão previstas no CNQ são identificadas pela sigla do Catálogo [CNQ].

FAMÍLIA: AGRÁRIA (AGA)

- Animador / Extensionista rural (N5)
- Gestor de pequenas empresas agrícolas e pecuárias (N5)
- Horticultor (N4) [CNQ]
- Fruticultor (N2)
- Operador agrícola e pecuário (N2)
- Técnico agrícola (N3)
- Técnico agropecuário
- Técnico de gestão da produção agrária (N5) [CNQ]
- Técnico de *marketing* e comercialização de produtos agrícolas
- Técnico de produção agroalimentar (N3)
- Técnico de produção semi-intensiva de ruminantes (N3) [CNQ]
- Técnico de transformação de produtos alimentares (N3)

FAMÍLIA: ARTES PLÁSTICAS, ARTESANATO, MÚSICA E ARTES DA REPRESENTAÇÃO (ART)

- Animador cultural
- Artesão (cestaria, panaria, cerâmica, etc.)
- Cenógrafo
- *Designer* e *marketing* (N5)
- Diretor de cena artística
- Produtor de eventos (N5)
- Programador, promotor e animador cultural (N5)
- Sonoplasta
- Técnico de comunicação e *marketing* (N5)
- Técnico luz, som e imagem (N2, N3, N4)

Nota: Esta família deverá ser integralmente revista face à emergência da aposta que está sendo realizada no âmbito do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas.

FAMÍLIA: COMÉRCIO, TRANSPORTES E LOGÍSTICA (COM)

- Operador de armazém (N2)
- Operador de distribuição (N3)
- Técnico de importação (N4) [CNQ]
- Técnico de *marketing* e comercialização (N5) [CNQ]
- Técnico de transportes e logística (N5) [CNQ]
- Técnico de venda no local e ambulante (N2) [CNQ]

FAMÍLIA: CONSTRUÇÃO E OBRA CIVIL (COC)

- Armador de ferro (N2)
- Canalizador (N2)
- Carpinteiro (N2)
- Conductor de máquinas pesadas (N2)
- Controlador da execução de trabalhos de construção e obra civil (N5) [CNQ]
- Controlador de projetos de construção e obra civil (N4) [CNQ]
- Desenhador de construção civil
- Encarregado de obra
- Estucador (N2)
- Gestor projetos de construção e obra civil (N5) [CNQ]
- Ladrilhador (N2)
- Manobrador de máquinas (N3)
- Medidor-orçamentista (N4)
- Montador de andaime (N2)
- Pedreiro (N2)
- Pintor (N2)
- Topógrafo (N4)
- Serralheiro civil (N3)

FAMÍLIA: HOTELARIA, RESTAURAÇÃO E TURISMO (HRT)

- Administrador e Gestor hoteleiro (N5)
- Animador de turismo (N3)
- Chefe de cozinha (N5)
- Cozinheiro (N4) [CNQ]
- Empregado de andares e lavandaria (2) [CNQ]
- Empregado de mesa e bar (N3) [CNQ – Serviço de A&B]
- Governanta de andares (N3)
- Guia de turistas (5) (CNQ)
- Monitor de desporto de aventura
- Mestre de sala
- Operador de máquinas e de manutenção de equipamentos hoteleiros
- Padeiro
- Pasteleiro (N3)
- Promotor do artesanato
- Promotor de turismo
- Rececionista em alojamentos (N4) [CNQ]
- Técnico de Administração e Gestão
- Técnico de manutenção de equipamentos hoteleiros
- Técnico de frio
- Técnico de gerontologia e auxiliares dos profissionais de saúde (N5)

- Técnico de produtos e serviços turísticos (N5) [CNQ – Criação e Venda de Produtos e Serviços Turísticos]
- Técnico de manutenção de equipamentos hoteleiros

Jogos e casinos:

- Agente de Vigilância de Casino (N3)
- Chefe de Piso (N5)
- Crupiê (N4)
- Diretor de Jogos (N5)
- Inspetor de jogos (N4)
- Técnico de Máquinas de *Slot* (N4)

Nota: Esta família deverá ser revista face à emergência de novas oportunidades a surgir no que respeita a jogos e casinos, incluindo-se as profissões eventualmente na família HRT.

FAMÍLIA: INDÚSTRIA DE PROCESSO (INP)

- Análise e controlo de qualidade industrial (N5) [CNQ]
- Auditor de qualidade (N5)
- Operador de dessalinização e tratamento de águas residuais (N4) [CNQ]
- Operador de equipamentos de recolha e valorização de resíduos (N2)
- Operador de sistemas de valorização de resíduos (N3)
- Técnico de elaboração industrial de produtos alimentares (N3) [CNQ]
- Técnico de produção agroalimentar (N3)
- Técnico de qualidade (N4)
- Técnico de tratamento, produção e armazenamento de resíduos (N4)

FAMÍLIA: INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO (IMA)

- Técnico de instalações elétricas e infraestruturas de telecomunicação em edifícios (N3) [CNQ]
- Técnico de montagem e manutenção de equipamentos mecânicos industriais (N4) [CNQ]
- Técnico de montagem e manutenção de instalações de climatização e refrigeração (N4) [CNQ]
- Técnico de montagem e manutenção de instalações elétricas de baixa tensão (N4) [CNQ]
- Técnico de montagem e manutenção de sistemas informáticos programáveis (N5) [CNQ]

Nota: Esta família deverá ser revista para alargamento face ao desenvolvimento esperado na área da instalação e manutenção pelo CERMI.

FAMÍLIA: MARÍTIMO PESQUEIRA (MAP)

- Arrais de pesca
- Estivador
- Marinheiro pescador (N3) [CNQ]
- Mergulhador pesca desportiva
- Mestre costeiro
- Monitor de desportos aquáticos
- Pescador
- Pescador de alto mar

Nota: O desenvolvimento de oferta formativa para esta família deverá ter em consideração que o setor possui formação própria com qualificações regidas por normas internacionais.

FAMÍLIA: PRODUÇÃO, TRANSPORTE E PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (PTE)

- Técnico de instalação, manutenção e operação de redes de distribuição de energia elétrica (N4) [CNQ] ou N5
- Técnico de instalação e manutenção de sistemas eólicos de produção de energia elétrica de baixa potência (N4) [CNQ] ou N5
- Técnico de instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos de produção de energia elétrica de baixa potência (N4) [CNQ] ou N5
- Técnico de instalação e manutenção de sistemas solares térmicos para aquecimento de água sanitária doméstica (N3) [CNQ] ou N4

Nota: Esta família deverá ser revista face ao desenvolvimento esperado para a área das energias renováveis e respetiva oferta formativa.

FAMÍLIA: TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO (TIC)

- Administrador de sistemas informáticos e sistemas de base de dados (N4) [CNQ]
- Desenvolvimento de aplicações informáticas – Programador (N5) [CNQ]
- Técnico de instalação e manutenção de equipamentos informáticos e de telecomunicações (N3) [CNQ]
- Técnico de segurança e de auditoria informática
- *Web designer*

10. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA FORMATIVA POR ATIVIDADE ECONÓMICA – 2017/2020

Este capítulo refere-se à oferta formativa planeada pelas entidades. No entanto, apesar da sistematização apresentada, a grande maioria das entidades não possui ainda Plano de Atividades para 2017, e quanto a anos seguintes as entidades ainda equacionaram a questão em virtude de aguardarem expectantes as novas linhas estratégicas orientadoras para o setor do Ensino, Formação e Emprego.

10.1. Ilha de Santiago

Tabela 57: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Santiago

Setores prioritários	Perfis profissionais	Famílias (SNQ)	Tipologia de Formação	Cursos de Formação / Níveis
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> ○ Operador agrícola e pecuário ○ Técnico agrícola ○ Técnico de produção agroalimentar de transformação de produtos alimentares ○ Animador de extensão rural 	AGA	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Operador agrícola e pecuário (N2) ○ Técnico agrícola (N3) ○ Técnico de produção agroalimentar (N3) ○ Operador de transformação de produtos alimentares (N2) ○ Animação e extensão rural (N5) ○ Gestão de produções agrícolas e pecuárias (N5) ○ Paisagismo e Jardinagem ○ Agronegócio e Gestão familiar ○ Tecnologia de produção integrada e Horticultura
Construção civil	<ul style="list-style-type: none"> ○ Condutor de máquinas pesadas ○ Pedreiro ○ Carpinteiro ○ Armador de ferro ○ Canalizador ○ Estucador ○ Montador de andaimes ○ Pintor ○ Serralheiro ○ Desenhador de construção civil ○ Medidor- orçamentista ○ Topógrafo ○ Encarregado de obra 	COC	Formação Técnica Profissional Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Condutor de máquinas pesadas, pedreiro, carpinteiro, armador de ferro, canalizador, estucador, montador de andaimes e pintor (N2) ○ Serralheiro civil (N3) ○ Desenhador de construção civil (N5) ○ Medidor-orçamentista (N4) ○ Topógrafo (N4) ○ Técnico de obra (N4) ○ Gestão de obras e construção sustentável
Energias renováveis	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de instalação e manutenção de redes de produção e distribuição de energia 	PTE	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Instalação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica (N5) ○ Instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos de produção de energia elétrica (N5)

				<ul style="list-style-type: none"> ○ Instalação e manutenção de sistemas solares térmicos (N5) ○ Instalação e manutenção de sistemas eólicos de produção de energia elétrica (N5) ○ Instalação e manutenção de equipamentos de energias renováveis
Manutenção	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de instalação e manutenção 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Montagem e manutenção de sistemas elétricos industriais (N4) ○ Montagem e manutenção de equipamentos mecânicos industriais (N4) ○ Montagem e manutenção de instalações de climatização e refrigeração (N4) ○ Montagem e manutenção sistema industriais programáveis (N4) ○ Montagem e instalação de instalações elétricas e infraestruturas de comunicações (N4) ○ Instalação e manutenção de equipamentos de refrigeração e climatização.
Comercio industria,	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de controlo da qualidade ○ Técnico de produção industrial ○ Operador de sistemas de tratamento de água ○ Auditor de qualidade ○ Técnico de qualidade 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Marketing e comercialização (N5) ○ Transportes e logística (nível 5) ○ Importação (N4) ○ Técnico de análise e controlo de qualidade (N5) ○ Técnico de tratamento, produção e armazen. de resíduos (N4) ○ Operador de sistemas de valorização de resíduos (N3) ○ Operador de equipam. de recolha e valorização de resíduos (N2) ○ Operador de sistemas de tratamento de água (N2) ○ Auditor de qualidade (nível 5) ○ Técnico de qualidade (N4).
TIC	<ul style="list-style-type: none"> ○ Programador ○ Técnico de design gráfico ○ Analista de dados e de sistemas ○ <i>Web designer</i> ○ Técnico de segurança e de auditoria informática ○ Técnico de instalação e manutenção de redes informáticas 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Programação (N5) ○ Técnico de design gráfico (N4) ○ Técnico de análise de dados (N5) ○ <i>Web designer</i> (N5) ○ Segurança e de auditoria informática (N5) ○ Instalação e manutenção de redes informáticas (N4) ○ Comunicação e produção audiovisual ○ Instalação e manutenção de redes e sistema informáticos
Turismo de negócios Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinheiro ○ Pasteleiro ○ Padeiro ○ Barman ○ Camareira ○ Guia de Turismo ○ Promotor de Turismo 	HRT	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinha(N4) ○ Serviço de Mesa e Bar (N3) ○ Serviço de andares ○ Recepção (N4) ○ Promoção e comercialização de produtos turísticos (N5) ○ Guia turístico (N5) ○ Gestão de microempresas de turismo (N5)

	<ul style="list-style-type: none"> Profissões ligadas aos jogos e casinos 			<ul style="list-style-type: none"> Diretor de Jogos (N5) Chefe de Piso (N5) Inspetor de jogos (N4) Crupiê (N4) Técnico de Máquinas de Slot (N4) Agente de Vigilância de Casino (N3) Gestão e segurança turística
Outras				<ul style="list-style-type: none"> Animador sociocultural Monitor de infância Cuidados primários de saúde animal Hidrologia e prospeção Técnicos de contabilidade Secretariado Educação especial Técnicos de área da saúde (enfermagem, esterilização e agente comunitário) Eletrotecnia e construção Naval

10.2. Ilha do Fogo

Tabela 58: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Fogo

Setores prioritários	Perfis profissionais	Famílias (SNQ)	Tipologia de Formação	Cursos de Formação / Níveis
Turismo / Hotelaria Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> Cozinheiro Chefe de Cozinha Rececionista / Atendimento geral ao turista Guia de turismo Administração e Gestão Técnico de manutenção de equipamentos hoteleiros. Técnico de frio 	HRT	<p>Curso superior</p> <p>Formação Profissional Inicial</p> <p> Cursos de Formação contínua para atualização permanente de competências articulando com empresas locais</p> <p>Formação de Capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> Cozinha (N4) Pastelaria (N3) Serviço de alimentação e bebidas (N3) Receção (N4) Guia de turismo (N5) Animação turística (N3) Instalação e manutenção de equipamentos Hoteleiros (N3) Montagem e manut. instal. de climatização e refrigeração (N3) Gestão de empresas hoteleiras (superior) Agronomia (superior)
Agronegócios (fruticultura / vinicultura / horticultura)	<ul style="list-style-type: none"> Animador / Extensionista rural Técnico agropecuário 	AGA	<p>Formação Técnica Profissional</p> <p>Formação de Capacitação</p>	<ul style="list-style-type: none"> Extensão rural (N5), Operadores agrícolas (N2) Transformação de produtos agrícolas (Capacitação)

Transformação dos produtos agrícolas e da pecuária				<ul style="list-style-type: none"> ○ Marketing e comercialização de produtos agrícolas (N4) ○ Técnicos agrícolas e de pecuária (N3) ○ Gestores de agronegócios (N5) ○ Manuseamento de transformação de produtos agrícolas (N3) ○ Gestão de pequenas empresas turísticas (N5)
Agronegócios (Fruticultura / viticultura /Horticultura) Transformação dos produtos agrícolas e da pecuária.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Animador / Extensionista rural ○ Técnico agropecuário 	AGA	Formação Técnica Profissional Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Extensão rural (N5), ○ Operadores agrícolas (N2), ○ Transformação de produtos agrícolas (Capacitação) ○ Marketing e comercialização de produtos agrícolas (N4) ○ Técnicos agrícolas e de pecuária (N3) ○ Gestores de agronegócios (N5) ○ Manuseamento de transformação de produtos agrícolas (N3) ○ Gestão de pequenas empresas turísticas (N5)
Pesca Pesca desportiva Desportos náuticos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Pescador de alto mar ○ Mestre costeiro ○ Monitor desportos aquáticos ○ Mergulhador pesca desportiva 	MAP		<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação para atividades de marinheiro pescador e arrais de pesca ○ Mergulhadores ○ Monitores de desportos náuticos
Cultura e indústrias criativas	<ul style="list-style-type: none"> ○ Animador cultural ○ Artesão 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Animação cultural ○ Artesanato

10.3. Ilha de São Vicente

Tabela 59: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, São Vicente

Setores prioritários	Perfis profissionais	Famílias (SNQ)	Tipologia de Formação	Cursos de Formação / Níveis
Turismo / Hotelaria Turismo de cruzeiros	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnico de informação turística ○ Guia de turismo ○ Animador do turismo. ○ Promotor do artesanato, ○ Cozinheiros ○ Empregado de mesa e bar ○ Rececionista ○ Empregado de andares 	HRT	Formação Técnica Profissional Formação Contínua de reciclagem e aperfeiçoamento Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Técnicos de informação turística (N4) ○ Técnicos de informação turística (N3) ○ Guia turístico (N5) ○ Animação turística (N3) ○ Promoção, comercialização e divulgação do artesanato (N5) ○ Cozinheiros (N4) ○ Serviço de mesa e bar (N3) ○ Receção (N4) ○ Governanta de andares (N3) ○ Empregados de andares (N2)
Comércio/ indústria / confecção Industrial de	<ul style="list-style-type: none"> ○ Gestor ○ Operador de vendas 	COM	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Gestão do transporte e logística (N5) ○ Operador de distribuição (N3)

produtos alimentares (pesca)	<ul style="list-style-type: none"> Operador de indústrias diversas. 		Formação Contínua de reciclagem e aperfeiçoamento Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Operador de armazém (N2), Operador de vendas e <i>marketing</i> (N3) Instalação e manutenção (montagem) de instalações mecânicas industriais (N3), Instalação e manutenção de sistemas automáticos programáveis (N4) Análise e controlo de qualidade industrial (N5) Técnico de produção agroalimentar (N3)
Pesca Pesca desportiva e desportos náuticos.	<ul style="list-style-type: none"> Pescador / Mestre costeiro Monitor de desportos aquáticos Mergulhador pesca desportiva 	MAP	Formação Técnica Profissional Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Formação ligada às atividades de marinheiro pescador e arrais de pesca Mergulhadores Monitores de desportos náuticos
Indústrias Culturais criativas	<ul style="list-style-type: none"> Produtor de eventos Técnico de som e iluminação Artesão (oleiros, e outros) 	ART	Formação Técnica Profissional Formação modular que pode chegar aos níveis 2 e 3	<ul style="list-style-type: none"> Produção de cestaria, panaria e cerâmica (capacitação modular) Criação e gestão de pequenos negócios Designer e <i>marketing</i> (N5) Designer e <i>marketing</i> (N4) Programação, promoção e animação cultural (N5) Produção de espetáculos (N5) Técnico som e imagem e iluminação (N3) Artes gráficas técnicas de comunicação e <i>marketing</i> (N5)

10.4. Ilha de Santo Antão

Tabela 60: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Santo Antão

Setores prioritários	Perfis profissionais	Famílias (SNQ)	Tipologia de Formação	Cursos de Formação / Níveis
Agricultura / Agronegócios	<ul style="list-style-type: none"> Animador (extensionista rural) Técnico de transformação alimentar Gestor (pequenas empresas agrícolas) 	AGA	Formação superior Formação Profissional Inicial Formação Técnica Profissional Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura biológica Animador extensão rural (N5) Empreendedorismo e gestão de pequenos negócios Técnicas de transformação alimentar (N3) Técnicas de transformação alimentar (N2) Manuseamento conservação dos alimentos (capacitação) Técnico de proteção vegetal (N3) Formação em horticultura e fruticultura (N2) Gestão e Técnicas de pecuária (N2) Conceção e <i>marketing</i> de produtos turísticos (N4 ou N5) Gestão de empresas e de empresas agrícolas (Superior)

Ecoturismo Turismo cultural	<ul style="list-style-type: none"> ○ Guia de turismo ○ Rececionista ○ Monitor de desporto de aventura 	HRT	Formação Técnica Profissional Formação Profissional Inicial Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Guia de turismo (N5) ○ Atendimento ao público no comércio e hotelaria (N2 ou N3) ○ Monitores de desportos (N3) ○ Animação turística (N3)
Tecnologias de informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Todas as áreas ao nível técnico 	TIC	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento de aplicações informáticas ○ Administração de sistemas e base de dados ○ Instal. e manut. de equip. informáticos e de comunicações
Pesca e Desportos náuticos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Pescador / Mestre costeiro ○ Monitor de desportos aquáticos ○ Mergulhador pesca desportiva 	MAP	Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Marinheiro pescador ○ Arrais de pesca ○ Mergulhador ○ Monitor de desportos náuticos
Construção civil	<ul style="list-style-type: none"> ○ Encarregado de obras ○ Medidor orçamentistas ○ Topógrafos ○ Canalizador ○ Manobrador ○ Pintor 	COC	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Encarregado de obra (N4) ○ Topógrafo (N4) ○ Medidor orçamentista (N4) ○ Manobrador de máquinas (N3) ○ Canalização (N2) ○ Ladrilhador (N2) ○ Instalação de sistemas solares térmicos de aquecimento de água sanitária doméstica (N3)
Indústrias criativas	<ul style="list-style-type: none"> ○ Artesão 	ART	Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Artesanato

10.5. Ilha do Sal

Tabela 61: Oferta Formativa Prospetiva 2017/2020, Sal

Setores prioritários	Perfis profissionais	Famílias (SNQ)	Tipologia de Formação	Cursos de Formação / Níveis
Turismo / Hotelaria	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinheiros - Chefe de Cozinha ○ Barman ○ Mestre de Sala ○ Rececionista ○ Guia de turismo ○ Governanta de andares ○ Empregado de andares ○ Animador de turismo ○ Operador de máquinas e de manutenção de equipamentos hoteleiros ○ Administrador e Gestor hoteleiro 	HRT	Formação superior Formação Profissional Inicial Formação de Capacitação Cursos de Formação contínua para atualização permanente de competências articulando com empresas locais	<ul style="list-style-type: none"> ○ Cozinha (N4) ○ Pastelaria (N3) ○ Serviço de alimentação e bebidas (N3) ○ Receção (N4) ○ Serviço de andares. Governantas, camareiras (N2) ○ Animação turística (N3) ○ Instalação e manutenção de equipamentos Hoteleiros (N3) ○ Montagem e manutenção de instalações de climatização e refrigeração (N4) ○ Acompanhante de crianças (N3), ○ Manutenção de equipamentos hoteleiros (N3)

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Gerontólogo / Auxiliares de saúde ○ Acompanhante de crianças ○ Técnico de manutenção de equipamentos hoteleiros ○ Técnico de frio 			<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção de piscinas (N2) ○ Técnico de instalações elétricas e infraestruturas de frio (N3) ○ Gerontologia ○ Auxiliares dos profissionais de saúde (N5)
Agronegócios	<ul style="list-style-type: none"> ○ Operador agrícola e pecuário ○ Técnico agrícola ○ Técnico de produção agroalimentar de transformação de produtos alimentares 	AGA	Formação Técnica Profissional	<ul style="list-style-type: none"> ○ Operador agrícola e pecuário (N2) ○ Técnico agrícola (N3) ○ Técnico de produção agroalimentar (N3) ○ Operador de transformação de produtos alimentares (N2) ○ Gestão de produções agrícolas e pecuárias (N5)
Pesca Pesca desportiva	<ul style="list-style-type: none"> ○ Pescador ○ Mestre costeiro ○ Monitor de desportos aquáticos ○ Mergulhador pesca desportiva ○ Estivador 	MAP	Formação Profissional Inicial Formação de Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> ○ Monitores de desporto aquático (N2) ○ Armazenamento e Arrumação de cargas ○ Carga e descarga de navios – segurança
Indústrias criativas	<ul style="list-style-type: none"> ○ Artesão (pedra, escamas de peixe, etc.) 	ART		<ul style="list-style-type: none"> ○ Formação ligada a proteção do ambiente e do património cultural e natural da ilha, preservação do ambiente e produção de artesanato local

11. DESAFIOS, RECOMENDAÇÕES E PLANO ESTRATÉGICO

O país possui algumas fragilidades significativas já bem conhecidas. O mercado é de pequena dimensão e a economia constitui-se maioritariamente por micro e pequenas empresas sem capacidade financeira para aprovisionar produtos e matérias-primas em grandes quantidades devido ao fraco poder de compra.

Verifica-se um elevado incumprimento de prazos de entrega estabelecidos para uma prestação de serviço e a falta de fidelidade dos consumidores é uma característica muito associada ao preço como principal fator na decisão de compra.

Por outro lado, a economia informal e a concorrência desleal face às empresas que cumprem a lei são bastante elevadas e a instabilidade fiscal agrava a situação.

O emprego tem sido um problema persistente, apesar das melhorias verificadas nos últimos dois anos, e a mão-de-obra qualificada reduzida em diversos setores de atividade económica.

Em outros domínios de suporte à economia também existem deficiências claras, tais como o custo elevado de transportes, água e energia e a ineficiência nos portos e lentidão no licenciamento, entre outras.

Isto significa que existem problemas a montante e a jusante do processo de desenvolvimento socioeconómico, os quais persistem no tempo, e cujos desafios importa vencer e, concomitantemente, proceder à melhoria da qualidade e da quantidade do emprego e à capacidade de empregabilidade dos cidadãos, para o que concorre o desenvolvimento de competências e qualificações que a oferta formativa deve facultar em conformidade com a procura do tecido empresarial e das organizações de trabalho em geral.

Neste sentido, importa redefinir o paradigma de desenvolvimento socioeconómico num arquipélago cuja insularidade exige visões diferenciadas de progresso económico e social suscetíveis de novos ajustes entre a economia e o emprego e a formação.

Na medida em que o processo económico, o emprego e a empregabilidade, via educação/formação, se encontram intrinsecamente ligados, importa definir uma descentralização adequada que leve os processos nacionais às regiões e lhes permita realçar as suas capacidades e delas tirar o proveito mais adequado.

Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento de estruturas regionais orientadas por uma 'estratégia de especialização inteligente', que envolvam naturalmente os atores do setor EFE, mas que sejam capazes de nelas inserir uma lógica económica e empresarial suscetível de alavancar as regiões.

Estratégia de especialização inteligente

A Regulamentação nº 1301/2013 (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 é uma base legislativa que define 'estratégia de especialização inteligente' como uma estratégia nacional ou regional que define prioridades com vista à construção de uma vantagem competitiva através do desenvolvimento e adequação de pontos fortes suscetíveis de inovação

própria de modo a responder a oportunidades emergentes e ao desenvolvimento da economia de forma coerente. Esta perspetiva deve-se articular com políticas de melhoria da qualidade e aumento da quantidade de emprego e, concomitantemente, com a seleção, priorização e implementação de domínios de educação e formação profissional capazes de desenvolver o mercado de trabalho, de apoiar a criação de emprego e de reforçar a economia.

A ‘especialização inteligente’ assenta num conceito abrangente de inovação, que compreende novos métodos, novas formas de organização e novos mecanismos de cooperação, tornando-se um sistema aberto no qual uma grande diversidade de atores colabora e interage visando objetivos conjuntos capazes de vencer os desafios que se colocam ao país e às suas regiões.

A adequação do novo paradigma no quadro de desenvolvimento socioeconómico regional visa permitir o contributo fundamental para uma ‘agenda de transformação económica’ baseada numa inovação suportada pela exploração e tratamento adequado das riquezas e dos recursos locais.

Nesse sentido, os domínios da economia, do emprego e da formação devem estar articulados, o que pode ser facilitado por atualmente se concentrar estas áreas num só Ministério com capacidade para definir direções gerais adequadas para o efeito e um processo de descentralização regional harmonizado.

Para o efeito propõe-se a prossecução das seguintes etapas de desenvolvimento socioeconómico regional:

- **Analisar o contexto regional e potencial de inovação / riqueza e recursos**

A análise ao contexto regional e potencial de inovação orienta-se para a identificação das riquezas e dos recursos locais, tratando-se de uma fase de levantamentos exaustivos aos recursos de natureza humana, social, económica, geográfica, logística e outras, recorrendo-se a diversas técnicas de diagnóstico conhecidas. A capacidade de conhecimento e inovação regional depende de numerosos fatores como a cultura de serviço, as competências da população, as instituições de ensino e formação, os serviços de apoio à inovação, os mecanismos de transferência das tecnologias, as infraestruturas de I&D e TIC, as incubadoras de empresas, as novas fontes de financiamento e o potencial criativo local.

- **Desenvolver uma estrutura de governança inclusiva**

Após a exaustiva análise proposta é essencial a montagem de uma estrutura de governança inclusiva e socialmente responsável. Tal governança deve ter reflexo em estruturas de desenvolvimento socioeconómico regional com componentes de economia, emprego e formação, mediante a criação, por exemplo, de uma Comissão Regional responsável por elaborar Planos de Atividades interligados e coerentes capazes de implicar todos os atores regionais no envolvimento com objetivos comuns.

- **Produzir uma visão partilhada sobre o futuro da região**

A ‘especialização inteligente’ deve produzir uma visão partilhada pelos atores locais no sentido de se definir, com base no ‘que é a região’, o ‘que quer ser a região’. Esta perspetiva inclui uma visão integrada das políticas económicas e de ensino, emprego e formação visando cumprir objetivos do mercado de trabalho e do mercado de emprego, incluindo novas formações estratégicas, estágios profissionais e criação de criação de empregos inovadores.

- **Selecionar prioridades para o desenvolvimento regional**

Esta etapa refere-se à identificação das forças de cada região e da seleção de prioridades em função (a) das oportunidades que se afigurem capazes de melhorar a vantagem competitiva e (b) das potencialidades detidas pelas entidades locais com a condição de desenvolvimento efetivo das suas forças endógenas.

○ **Estabelecer combinações de políticas integradas**

A par das políticas mencionadas é necessário criar uma Agenda de Transformação Económica baseada na especialização inteligente, bem como políticas de investimento direto estrangeiro e de mobilização de outros recursos financeiros, designadamente estratégias inteligentes para identificar as atividades que apresentam maior valor acrescentado e que melhor podem promover a competitividade regional.

○ **Mobilizar talentos, combinar capacidades e necessidades de negócio**

A mobilização de talentos depende de se conseguir centrar os currículos do ensino e da formação profissional em competências transversais como a criatividade, o empreendedorismo e o espírito de iniciativa visando apoiar os jovens no desenvolvimento do seu potencial de inovação. A par desta mobilização é necessário combinar as demais capacidades tendo em consideração as necessidades / oportunidades de negócio e focar os melhores esforços em atividades económicas ou polos de desenvolvimento orientados para áreas com maior vantagem comparativa.

○ **Inovar num esforço coletivo baseado em parcerias estratégicas**

É necessário acelerar a execução dos projetos, otimizar o impacto das intervenções, reorientar as atividades para as áreas com maior potencial para desenvolver a competitividade das regiões e maximizar as sinergias locais. A maximização de sinergias e os resultados almejados não acontecem sem um esforço coletivo, sem cooperação entre as entidades locais. O desenvolvimento de parcerias estratégicas entre parceiros locais que se complementam e a recorrência a parceiros internacionais de apoio ao desenvolvimento socioeconómico são cruciais para as regiões.

○ **Transformar recursos raros e valiosos em recursos adaptáveis, inimitáveis e insubstituíveis**

A identificação dos recursos raros e valiosos que cada região possui é fundamental no sentido de se explorar oportunidades e ou neutralizar ameaças da envolvente, bem como tornar esses recursos adaptáveis, inimitáveis e insubstituíveis. Na medida em que os recursos são dinâmicos torna-se essencial a sua adaptabilidade e as noções de inimitabilidade e de insubstituibilidade são decisivas para fazer perdurar as vantagens competitivas e com isso garantir-se a sustentabilidade da região numa perspetiva de transformação de recursos raros e valiosos em recursos suscetíveis de desenvolver atividades económicas tornadas prioridade estratégica. Em consequência, a ‘especialização inteligente’ valoriza-se mediante o aprofundamento de novas formas de aperfeiçoamento, recombinação e inovação dos recursos com vista a torná-los distintivos e, conseqüentemente, potencialmente competitivos e sem equivalentes estratégicos.

○ **Integrar mecanismos de monitoria e avaliação**

A ‘especialização inteligente’ exige a implementação de um mecanismo de monitoria e avaliação que, em proposta, se pode traduzir na criação de Comissões Regionais capazes de criar Planos Regionais e neles envolver as entidades interessadas no processo de desenvolvimento socioeconómico.

Problemas e desafios do setor EFE

Atualmente as expectativas do mercado de trabalho assentam no anseio de uma mão-de-obra qualificada, adequada e preparada com competências que representem mais-valias no mercado. Simultaneamente, espera-se que a mão-de-obra seja flexível e adaptável às diferentes oportunidades e exigências desse mesmo mercado. A satisfação destas expectativas representa um grande desafio para os sistemas educativos e formativos, cuja evolução nem sempre acompanha as mudanças verificadas no mercado de trabalho. No caso de Cabo Verde, o sistema de educação formal encontra-se no Ministério da Educação, atualmente designado por Ministério da Educação, Família e Inclusão Social, o qual abarca todas as valências do ensino formal (todos os níveis de ensino), ensino técnico, educação/formação de adultos e ensino superior.

O ensino técnico, organicamente vinculado ao ensino formal, não apresenta uma ligação clara (normativa e orgânica) à formação profissional e aos níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações. No que toca ao ensino superior, integra a universidade pública, que possui ofertas de formação profissional do tipo formação pós-secundária curta (CESP), mas sem ligações ou vínculos do ponto de vista formal e normativo ao sistema de formação profissional e ao SNQ.

O sistema de formação profissional, inserido no Ministério da Economia e Emprego, executa formação profissional (vários níveis e modalidades) através das estruturas descentralizadas do IEFP (Centros de Emprego e Formação Profissional) que procuram responder às necessidades do mercado de trabalho através de várias modalidades de formação, desde a simples capacitação até a formação correspondente ao nível 5 de qualificação com vista a capacitar para mercado de trabalho jovens e pessoas desempregadas.

Pode-se considerar que a ideia de edificação de um sistema integrado de ensino, formação e emprego é consensual e relativamente recente, e que ainda não se encontra devidamente consubstanciada e amadurecida. Efetivamente, persistem indefinições, sobreposições e lacunas que necessitam de uma reflexão profunda de modo a edificar o sistema da melhor forma possível, envolvendo todos os agentes e Instituições, incluindo o setor privado, e poder servir as necessidades de qualificação da mão-de-obra nacional.

O momento atual de redirecionamento das políticas para o setor, pode, se devidamente equacionado, constituir uma grande oportunidade para se encontrarem novas soluções visando uma integração sistémica, nomeadamente reestruturando o SNQ e potenciando-o enquanto elemento aglutinador e elo fundamental de interligação de todos os agentes e componentes do sistema.

Deve-se lembrar que a integração dos vários subsistemas ligados a educação e formação não constitui um imperativo nacional, mas sim uma emanação internacional. De acordo com a OIT,

“as dicotomias, como a distinção que se costuma fazer entre a educação formal e não-formal e entre educação e formação, terão que desaparecer gradualmente à medida que todas as atividades de educação e de formação se integrem em um conceito global que encerre um processo de aquisição de conhecimentos ao longo da vida”.

Assim, subsiste a necessidade de se instituir a integração dos sistemas, com elos de ligação e mecanismos eficazes de coordenação e concertação das várias políticas, com clarificação e delimitação de fronteiras e de complementaridades. O sistema integrado deve agregar os

distintos processos formativos com as respetivas modalidades, tanto da educação geral como da formação profissional, com destaque para a capacitação para o trabalho.

Importa, por isso, efetuar uma reflexão e uma reestruturação que clarifiquem as responsabilidades ao nível da conceção e regulação das políticas de emprego e formação profissional, eliminando as sobreposições (e até mesmo eventuais conflitos) de funções e atribuições que resultam, em grande medida, da criação de novos organismos, no quadro do desenvolvimento do sistema de educação e formação, sem a devida ponderação e enquadramento funcional e legal.

O domínio das competências de conceção e regulação de políticas é aquele onde esta realidade é mais evidente, suscitando a necessidade de uma melhor delimitação de competências entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a nova Direção-Geral de Emprego e a Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações, entre outros.

Recomendações para o setor EFE

Nestas condições, recomenda-se algumas medidas que poderão alavancar o processo de reformulações/adequações que devem ter em consideração as condições operativas e institucionais, tendo por base a clarificação dos papéis, das posições e, sobretudo, da partilha de uma visão comum sobre o sistema Integrado de Ensino/Formação/Emprego. A coordenação e o relacionamento entre os vários integrantes do sistema são fundamentais, recomendando-se:

- Definir um desenho organizacional harmonizado que englobe todas as entidades intervenientes no setor EFE e que permita uma coordenação e articulação sistémicas baseadas em legislação adequada que estabeleça ligações e interceções efetivas entre os vários subsistemas de formação técnica e profissional, incluindo o setor privado que executa a formação.
- Delimitar competências em matéria de conceção, regulação e execução de políticas de formação e emprego e o âmbito de atuação dos diversos intervenientes, sem prejuízo da articulação e coordenação necessárias à uma melhor gestão das políticas públicas de formação e emprego.
- Promover novas políticas públicas ativas de emprego e de empregabilidade ajustadas às opções económicas e de trabalho digno, que permitam melhorar a qualidade e a quantidade do emprego e concorram para alavancar ofertas de formação alargadas e diversificadas.
- Reformar o ensino técnico atual, no sentido de lhe atribuir um caráter de maior tecnicidade e preparar os formandos para o mercado de trabalho, diversificando as ofertas de modo a responder aos desafios resultantes das prioridades de desenvolvimento e das necessidades da procura.
- Promover a formação dual, com forte interação entre a parte teórica e a prática em contexto de trabalho, como via de formação de dupla certificação que pode abranger diferentes níveis de qualificação, de acordo com o estabelecido no quadro nacional das qualificações.
- Reposicionar as estruturas públicas de emprego e formação, em especial o IEFP e as suas estruturas descentralizadas, de modo a clarificar as responsabilidades e os papéis a desempenhar no âmbito do emprego e da formação profissional.

- ❑ Concentrar no IIEFP competências estratégicas para implementação das políticas de emprego e formação (com ou sem competências para a execução de ações de formação) e dotando a Instituição de iniciativa política ao nível do empreendedorismo em articulação com a ADEI e com a plataforma das ONG de modo a obviar à dispersão de intervenções.
- ❑ Reativar o serviço de orientação escolar e profissional e do serviço de emprego nos Centros de Emprego, adotando uma estratégia que concorra para reforçar o envolvimento e participação das empresas e do setor privado no desenvolvimento e na implementação das políticas de educação e formação e emprego.
- ❑ Clarificar as questões da acreditação dos centros e entidades formativas, e de certificação dos cursos e ações de formação para facilitar a planificação, execução e gestão da oferta formativa na medida em que a certificação desempenha um papel crucial na inserção no mercado de trabalho e no ajustamento permanente dos planos de formação às exigências no mercado de trabalho.
- ❑ Criar instâncias específicas de coordenação envolvendo as estruturas do emprego, a organização curricular, a certificação profissional e outros aspetos técnicos com vista a facilitar a informação e a orientação escolar e profissional dos jovens visando potenciar o ajustamento do mercado de formação ao mercado de emprego.
- ❑ Articular a nível regional e local os centros de formação e emprego e escolas secundárias (públicas e privadas) responsáveis pela execução de modo a que se possa efetuar uma interpretação adequada dos planos e das orientações, facilitando a sua adequação às condições da respetiva zona territorial visando uma execução mais realista, profícua e com resultados pertinentes.
- ❑ Aproveitar os recursos e os equipamentos dos Centros de Recursos Partilhados implementados como experiência piloto pela Cooperação do Luxemburgo nas ilhas do Fogo e de São Vicente, bem como os desdobramentos previstos para a sua expansão, integrando estas instâncias eventualmente no âmbito de uma ‘estratégia de especialização inteligente’ que privilegie estruturas descentralizadas de coordenação regional.
- ❑ Articular melhor o Sistema Nacional de Qualificações com os representantes dos empregados e dos empregadores e outros organismos ligados ao mercado do trabalho e emprego para que o sistema possa ter expressão e significado no mercado de trabalho, estimulando a participação das empresas e dos órgãos representativos dos empregadores e empregados no planeamento de cursos profissionais como modo de garantir a sua implicação na resolução dos problemas do mercado de trabalho e no acolhimento dos programas e medidas de emprego.
- ❑ Reformulação o SNQ, enquanto elo sistémico de ligação dos subsistemas, fortalecendo-o e dotando-o de competências e recursos necessários ao seu desenvolvimento e atribuindo-lhe uma função reguladora que favoreça a afirmação do mesmo como plataforma de integração entre subsistemas. Esta opção exige que sejam constituídos espaços de participação das entidades dos diferentes subsistemas na gestão e tomada de decisão no quadro do SNQ.
- ❑ O SNQ deve ser considerado elemento de articulação e integração de entre os vários subsistemas, funcionando com a flexibilidade necessária para permitir adequar e ajustar, sem infringir as normas, os programas formativos ao nível regional ou local, para que a

gestão da oferta formativa possa ser adequada e relevante para o desenvolvimento local e regional. A afirmação do SNQ, reformulado e adequado, pode ser um símbolo fundamental da articulação e da edificação do Sistema efetivamente integrado de Educação Formação e Emprego.

- Recomenda-se o reforço da sua capacidade de intervenção, apoiado numa estrutura institucional e funcional mais adequada. Em termos de designação poderá continuar como uma 'Unidade', mas é fundamental que a sua localização Institucional tenha um cariz diferente que possa permitir uma certa autonomia com vista a assumir e executar as competências diversas nos domínios da conceção de políticas, da coordenação de atores e instrumentos, do desenvolvimento de metodologias, entre outros, garantindo a autonomia e o distanciamento necessário para a realização do seu trabalho e a confiança que deverá transmitir aos operadores do sistema.

Sugere-se, ainda, outras atribuições para o SNQ como:

- Coordenação do desenvolvimento curricular de ofertas de formação de dupla certificação.
- Intervenção no domínio da coordenação da rede de oferta (registo de oferta, recenseamento de necessidades)
- Definição de prioridades de formação – emanação de orientações gerais para a oferta nacional
- Acompanhamento e fiscalização da implementação dos programas formativos correspondendo às qualificações definidas no Catalogo;
- Coordenação das iniciativas relevantes para a construção de um sistema de aprendizagem ao longo da vida onde se destaca.
- O desenvolvimento e coordenação do dispositivo de reconhecimento, validação e certificação de competências e a criação e regulação de um sistema de créditos para a formação contínua.
- A regulamentação das modalidades formação profissional (atualmente, as que se enquadram na classificação do Regime Jurídico da Formação Profissional, o Ensino Técnico, os Cursos de Aprendizagem, o Ano Complementar Profissionalizante e o CESP etc.). A definição do perfil geral de cada modalidade, mas, também, da sua estrutura organizativa, público-alvo, plano geral de estudos, rede de operadores, critérios de avaliação, entre outros aspetos.
- A regulamentação da dupla certificação. A atualização, divulgação e socialização do Glossário da formação técnico-profissional enquanto instrumento facilitador da dinâmica de integração entre sistemas
- Criar um dispositivo (guião orientador) de Classificação e Organização das Entidades de compõem a Rede de Oferta formativa no País que permita, gerir a oferta de modalidades de educação e formação, que defina as principais áreas a abranger por cada operador do sistema de modo a favorecer alguma especialização na rede facilitando uma melhor gestão e otimização dos recursos e rentabilizando as capacidades formativas já instaladas no país, e a alinhar a especialização da rede com as principais necessidades de desenvolvimento dos sectores económicos prioritários para o desenvolvimento do país.

- ❑ Promover ampla informação e divulgação do SNQ, dos seus componentes e da posição que permita uma mais rápida apropriação dos seus princípios por parte dos agentes dos sistemas de educação e formação profissional, bem como a sua afirmação e autoridade de coordenador e integrador do Sistema Integrado de Educação Formação e Emprego.

Recomendações sobre oferta formativa

- ❑ Santiago

Desenvolver ofertas para o turismo a partir da EHTCV nas profissões básicas para o setor (cozinheiro, padeiro, pasteleiro, serviço de alimentação e bebidas, serviço de andares e receção) e do sistema de ensino superior com ofertas de CESP ou equivalente, para as áreas da conceção, promoção e comercialização de produtos turísticos (N5), guia de turismo (N5), gestão de microempresas de turismo (N5).

As TIC e serviços financeiros, através do ensino técnico e do ensino superior para formações de nível 5, e ainda através dos centros de formação, nomeadamente técnico de *back-office* (N4), técnico de sistemas de informação geográfica (N5), técnico de desenho gráfico (N4), técnico especialista em sistemas de análise de dados (N5), *web designer* (N5), programador (N5), técnico de segurança e de auditoria informática (N5); instalação e manutenção de redes informáticas (N4).

Energias renováveis, a partir do CERMI, nomeadamente instalação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica (N4), instalação e manutenção de sistemas fotovoltaicos de produção de energia elétrica (N4), instalação e manutenção de sistemas solares térmicos (N3), instalação e manutenção de sistemas eólicos de produção de energia elétrica (4).

Agricultura e transformação agroalimentar, através do centro de formação agrária INIDA, e em parceria com outras estruturas de formação em concelhos onde a agricultura tem maior expressão e/ou do sistema de educação e formação de adultos, nomeadamente formação para operador agrícola e operador pecuário de nível 2, técnico agrícola de nível 3, técnico de produção agroalimentar (nível 3), operador de transformação de produtos alimentares (N2), técnico de extensão rural (N5) e gestão de produções agrícolas e pecuárias (N5).

Construção e obra civil, através dos Centros de Emprego e Formação Profissional para as formações operacionais e de execução com níveis de qualificação 2 e 3 (condutor de máquinas, pedreiro, carpinteiro, armador de ferro, canalizador, estucador, montador de andaimes e pintor, todas de nível 2, e serralheiro civil de nível 3; e através do ensino técnico orientado para saídas profissionais mais exigentes em qualificação no setor, tais como desenhador de construção civil nível 5, medidor-orçamentista (N4), topógrafo (N4), técnico de obra (N4), entre outros.

Manutenção, designadamente montagem e manutenção de sistemas elétricos industriais (N4), montagem e manutenção de equipamentos mecânicos industriais (N4), montagem e manutenção de instalações de climatização e refrigeração (N4), montagem e manutenção de sistemas industriais programáveis (N4), montagem e instalação de instalações elétricas e infraestruturas de comunicação (N5).

Outras áreas, associados ao ambiente e à qualidade, ao comércio, à logística e ao turismo de negócios (jogos e casinos), quer através do ensino superior quer através ensino técnico,

nomeadamente: *marketing* e comercialização (N5), transportes e logística (N5), importação (N4), técnico de distribuição (N3), técnico de análise e controlo de qualidade (N5), auditor de ambiente (N5), técnico de tratamento, produção e armazenamento de resíduos (N4), operador de sistemas de valorização de resíduos (N3), operador de equipamentos de recolha e valorização de resíduos (N2), operador de sistemas de tratamento de água (N2), auditor de qualidade (N5), técnico de qualidade (N4).

☐ Ilha do Fogo

As formações profissionais do Centro de Emprego e Formação Profissional devem ser reorientadas para formações de nível 2 e 3, para as áreas prioritárias (agricultura e turismo) e formação técnica profissional de níveis 4 e 5 em parceria com outras instituições orientadas para esses mesmos setores.

São especialmente importantes as formações para extensão rural (N5), *marketing* e comercialização de produtos agrícolas (N4), operadores agrícolas (N2), técnicos agrícolas (N3), gestores de agronegócios (N5), manuseamento de transformação de produtos agrícolas (N3), guia de turismo (N4 ou N5), gestor de pequenas empresas turísticas e agrícolas (N5), cozinheiros (N4), Serviço de alimentação e bebidas (N3).

Ao nível de ensino superior, implementar em parceria com instituições especializadas, ofertas formativas de nível 5 para a agricultura e turismo e agronomia, cujo projeto está na forja com um parceiro privado (ONG Italiana). São igualmente necessárias formações elementares de capacitação nas áreas da agricultura, fruticultura, pecuária, transformação de alimentos e técnicas de comercialização.

☐ Ilha de São Vicente

No tocante às indústrias criativas deve-se investir na formação desenvolvida pelo Centro Nacional de Artesanato direcionada para o artesanato na Cestaria, Cerâmica e Panaria, e no Centro Cultural do Mindelo com formações direcionadas para a música, teatro e dança. E, ainda, aproveitando a existência de uma instituição de ensino superior dedicada às artes, se conceba um conjunto de ações de formação especializadas de nível 5 de qualificação, em áreas que permitam desenvolver as indústrias criativas e culturais e a sua ligação ao turismo.

Deve-se alargar e diversificar o ensino técnico para se poder oferecer formações de níveis 2 e 3, além das ofertas de via técnica na área da metalomecânica, serigrafia, construção civil, TIC, eletricidade e instalações e manutenção da refrigeração e climatização.

Devem ser repensadas as formações oferecidas pelas Unidades formativas, bem como a oferta CESP em termos de qualificação e enquadramento no mercado de trabalho.

Uma atenção especial deve ser dada à formação dirigida para o setor do Mar. Com a extinção da Escola do Mar é desejável que a Faculdade de Ciências e Engenharia da UNI-CV possa estruturar ofertas formativas de nível 5, mas também de níveis mais baixos para atender às necessidades de desenvolvimento da ilha. Deve-se considerar, ainda, a capacidade formativa instalada na CABNAVE que pode ser valorizada para o desenvolvimento de algumas profissões ligadas ao setor do mar, nomeadamente na área da reparação naval, da metalomecânica, da serralharia mecânica, da manutenção industrial, da caldeiraria, da operação e condução de máquinas. As formações neste setor devem ser alargadas às pescas, e ao desenvolvimento das atividades portuárias, aproveitando igualmente a capacidade do INDP, que tem ações importantes nas comunidades para capacitar pescadores peixeiras e outras atividades ligadas

à pesca e à transformação do pescado.

Também deve ser estruturada uma oferta formativa dirigida ao turismo, associado às ofertas de turismo cultural, nomeadamente técnicos de informação turística, guia turístico, promoção, comercialização e divulgação das atividades artesanais, todas de nível 5, bem como os perfis tradicionais do turismo dirigidos à restauração (cozinheiros, nível 4; empregados de mesa e bar, nível 3) e à hotelaria (receção, nível 4; empregados de andares, nível 2, em parceria com a EHTCV e de acordo com o SNQ.

A considerar, ainda, a criação e estabilização de uma oferta de formação para as famílias profissionais do comércio, transportes e logística (N5), operador de distribuição (N3), operador de armazém (N2), operador de vendas (N3), da instalação e manutenção (montagem e manutenção de instalações mecânicas industriais de nível 3, montagem e manutenção de sistemas automáticos programáveis de nível 4) da metalomecânica e da indústria de processo na área da confeção industrial de produtos alimentares, nomeadamente com especialização para os produtos da pesca, análise e controlo de qualidade industrial (N5) e técnico de produção agroalimentar (N3).

❑ Ilha de Santo Antão

Criar uma oferta de formação de níveis 2 e 3 de qualificação na área de construção civil e manutenção com vista aos perfis operacionais considerados prioritários, nomeadamente: eletricista e instalador de sistemas de telecomunicações (N3), canalizador (N2), ladrilhador (N2), instalador de sistemas solares térmicos de aquecimento de água sanitária doméstica (N3) bem como formações orientadas para o atendimento ao público em estabelecimentos comerciais e hoteleiros (N2 ou N3), entre outros.

Reativação e rentabilização do Centro de Transformação Alimentar de Afonso Martinho, enquanto entidade especializada na formação para o setor da agricultura, com ofertas tais como operador agrícola (N2 ou N3); técnico agrícola (N3 ou N4), técnico de extensão rural (N5); técnico de conservação e transformação de produtos agrícolas (N2 ou 3).

O Centro de Emprego e Formação Profissional do IEFP deve garantir formação em outras áreas mais especializadas e com níveis mais elevados, tais como: construção e obra civil [preparador de obra (N3), manobrador de máquinas (N3) e encarregado de obra (N4)], manutenção industrial [técnicos de manutenção de sistemas de refrigeração e climatização (N3)], agricultura [comercialização e marketing de produtos agrícolas (N4) e gestão de agronegócios (nível 4)], turismo [gestão de microempresas turísticas (N4 ou 5), conceção e *marketing* de produtos turísticos (N4 ou N5), Guias de Ecoturismo (N5)], entre outros.

Na área do Ecoturismo deve-se privilegiar formação para o reforço e criação de pequenos negócios. Estas ofertas podem ser realizadas em parceria com o IEFP ou com instituições do ensino superior sedeadas em São Vicente, como já acontece com a Universidade Lusófona e com o ISCEE (formações de nível 5). Outras áreas com necessidades de formação a considerar na planificação da oferta formativa são a pesca, os desportos náuticos, os desportos de aventura e o turismo cultural.

❑ Ilha do Sal

Formação em cozinha (N4), pastelaria (N3), serviço de alimentação e bebidas (N3), serviço de

andares (N2), formação na área da receção (N4), promoção de serviços turísticos (N4), monitores de desportos aquáticos (N5), animadores de turismo (N5), acompanhantes de crianças (N3), entre outras formações são fundamentais para o preenchimento de postos de trabalho em todos os serviços nos *resorts* locais.

Ainda é muito relevante a formação na área da manutenção, nomeadamente manutenção de equipamentos hoteleiros, de climatização e frio e de piscinas, com cursos de montagem e manutenção de instalações de climatização e refrigeração (N4), eletricidade (instalações elétricas e infraestruturas de telecomunicações N3). Na área da construção civil, formação para ladrilhador (N2), canalizador (N2), pedreiro (N 2), carpinteiro (N 2), pintor (N2), estucador (N2), montador de andaimes (N2), serralheiro (N3). e outras profissões do setor para os níveis de qualificação 2 e 3.

No que se refere à educação considera-se ser necessária equacionar o ensino técnico para a Escola Secundária Olavo Moniz onde as áreas de formação de administração e gestão, construção civil e uma nova área para o turismo permitirão responder a muitas das necessidades de formação do mercado local de trabalho.

A abertura do Pólo da EHTCV na ilha representa uma oportunidade de proporcionar formações iniciais, mas igualmente a capacitação reciclagem e atualização da mão-de-obra das atividades e turísticas.

Plano Estratégico e Roteiro de Ensino Técnico e Formação Profissional

O desenvolvimento de um Plano Estratégico para o setor EFE implica o envolvimento dos seus principais atores, de entre os quais se destaca, no âmbito deste estudo, o Grupo de Seguimento, o qual deverá avaliar a pertinência dos eixos e dos objetivos estratégicos a implementar para posterior definição das iniciativas mais adequadas a considerar.

Propõe-se, como ponto de partida, os seguintes eixos e objetivos estratégicos:

EIXO I – ORGANIZAÇÃO DO SETOR

- I.1. Redefinir o desenho organizacional do setor EFE
- I.2. Reposicionar as estruturas, em especial o IEFP
- I.3 Delimitar competências em matéria de conceção, regulação e execução de políticas de ensino, formação e emprego

EIXO II – DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS

- II.1. Redefinição de políticas ativas de emprego
- II.2. Redefinição das políticas de formação profissional
- III.3. Redefinição de políticas de empreendedorismo

EIXO III – REFORMULAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

- III.1. Reformular o sistema de ensino técnico
- III.2. Implementar o sistema dual e ações de estágio profissional e empregabilidade

EIXO IV – SISTEMA NACIONAIS DE QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS

- IV.1. Reformular do Sistema Nacional de Qualificações
- IV.2. Rever e ampliar o Catálogo Nacional de Qualificações

IV.3. Operacionalizar o dispositivo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

EIXO V – SERVIÇOS DE APOIO

- V.1. Reativar o serviço de emprego
- V.2. Reativar o serviço de orientação escolar e profissional
- V.4. Rever a acreditação dos centros e entidades formativas
- V.5. Rever a certificação dos cursos e ações de formação

EIXO VI – DESCENTRALIZAÇÃO

- VI.1. Criar instâncias regionais de coordenação
- VI.2. Planear, gerir e avaliar as ofertas formativas
- VI.3. Monitorizar a empregabilidade dos indivíduos formados

Roteiro de Ensino Técnico e Formação Profissional

Ao Plano estratégico segue-se a elaboração de um Roteiro de Ofertas Formativas de ensino técnico e de formação profissional, o qual depende das planificações que as entidades formadoras definam para o futuro, designadamente no que respeita ao período 2017-2020 definido neste estudo.

Espera-se que as diversas entidades elaborem e aprovem os seus planos para 2017 e sejam capazes de, pelo menos, traçar orientações estratégicas que permitam elaborar uma projeção adequada para o período considerado.

Pretende-se que o roteiro de EFTP cubra as necessidades formativas por ilha e por atividade económica estratégica no período definido e, tanto quanto possível, num quadro orientado por objetivos económicos e de emprego.

Projeta-se a elaboração de um Roteiro com a seguinte estrutura:

- Ilhas
- Setores de Atividade Económica
- Ensino Técnico / Formação Profissional
- Entidades Formadoras
- Previsão de edições por curso e por ano
- Número de indivíduos formados

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco de Cabo Verde (2014-2015). *Indicadores Macroeconómicos*. Cidade da Praia: BCV.
- Boletim Oficial (2014). *Regime Jurídico Geral da Formação Profissional*. Decreto-Lei nº 53/2014. I Série, nº 56, de 22 de setembro. Cidade da Praia.
- Boletim Oficial (2014). *Sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) profissionais adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida, nomeadamente em contextos de trabalho*. Decreto-Lei nº 54/2014. I Série, nº 56, de 22 de setembro. Cidade da Praia.
- Boletim Oficial (2013). *Carta Política Integrada Educação, Formação e Emprego*. Resolução nº 112/2013. I Série, nº 59, de 1 de novembro. Cidade da Praia.
- Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (2015). *Programa Estratégico do CERMI 2015-2020*. Cidade da Praia.
- Instituto Nacional de Estatística (2015). *Inquérito Multi-Objectivo Contínuo*. Estatísticas de Emprego e Mercado de Trabalho. Cidade da Praia: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Inquérito Multi-Objectivo Contínuo*. Estatísticas de Emprego e Mercado de Trabalho. Cidade da Praia: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (2013). *Inquérito Anual às Empresas*. Cidade da Praia: INE.
- Leader Consulting (2012). *Apoio à Formulação de uma Política integrada de Educação, Formação e Emprego*. Cidade da Praia: Lux Development.
- Ministério das Finanças (2016). *Proposta de Orçamento do Estado para 2017 – Relatório*. Cidade da Praia.
- Ministérios da Juventude Emprego e Desenvolvimento de Recursos humanos, da Educação e do Desporto, do Ensino Superior Ciência e Educação (2016). *Relatório de Seguimento Sector TVET 2015*. Cidade da Praia.
- *Plano Estratégico Integrado do Ensino Técnico-Profissional e Emprego – PEITEPE* (2012). Cidade da Praia: MESCI, MJEDRH e MED, 129 p.
- *Programa do Governo IX Legislatura* (2016). Cidade da Praia.
- *Relatório Anual TVET* (2014). Cidade da Praia: MESCI, MJEDRH e MED

ANEXO – ENTIDADES INQUIRIDAS

- SANTIAGO (1ª semana – 2016)
 - Associação de Jovens Empresários (AJEC), Paulo Cabral
 - Escola de Hotelaria e Turismo, Sandra Fernandes
 - Câmara de Comércio Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS), José Luís Neves
 - Centro de Emprego e Formação Profissional (Assomada), Lucílio Tavares Correia e Antonino Semedo
 - Centro de Emprego e Formação Profissional (Praia), Gilson Cabral
 - Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial (CERMI), Ricardo Gomes
 - CITHABITAT
 - Direção Nacional de Educação (DNE), Adriana Mendonça
 - Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos (ESPCR), José Maria
 - Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais, Vladimir Ferreira
 - Escola Técnica Grão-Duque Henri, Arlindo Mendes Pereira e Esmael Landim
 - Instituto de Emprego e Formação Profissional (SEDE), Vargas Melo
 - Ministério de Economia e Emprego (MEE), Pedro Moreira
 - Plataforma das ONG, Mário Moniz
 - Unidade de Coordenação do Sistema Nacional de Qualificações, Olavo Delgado
 - Universidade de Jean Piaget (UNIPIAGET), Elisabete Orrico
 - Universidade de Santiago, Silvério Tavares e Luís Rodrigues

- FOGO (2016)
 - Câmara Municipal de São Filipe – Vereador Educação e Formação, Lucas Alves
 - Centro de Emprego e Formação Profissional (Fogo), Anilda Teixeira, Francisco Amado, Adilson Cabral
 - Comissão Regional de Parceiros – CRP, Mónica Teixeira e Edna Pina
 - COSPE – ONG – Italiana, Carla Cosso
 - Qualitur – Viagem e Turismo, Fátima Louro

- SAL (2016)
 - Atelier Polo Descentralizado da EHTCV
 - Centro de Emprego e Formação Profissional (Sal), Elisa Almeida Santos, Carla Monteiro e Graciano Rosário
 - Centro de Recursos Integrados de Ensino e Formação, Felisberto Alves
 - Sindicato de Indústria, Comércio e Turismo (SICOTUR), Mário Correia

- SANTO ANTÃO (2016)
 - Atlantur – Porto Novo, Sandra Pereira
 - Centro de Emprego e Formação Profissional (Santo Antão), António Medina
 - Delegação do Ministério de Agricultura e Ambiente – Porto Novo, Joel Barros
 - Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente – Ribeira Grande, Nuno Delgado
 - Escola Técnica João Varela (ETJV), Oceano da Luz
 - Hotel Pedracin Village – Ribeira Grande, Orlando Delgado

- SÃO VICENTE (4ª semana – 2016)
 - Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação, Francisco Fortes
 - Centro Cultural do Mindelo, António Tavares
 - Centro de Emprego e Formação Profissional (Mindelo), Vanda Fernandes
 - Centro Nacional do Centro de Artesanato e Design, Irlando Ferreira
 - Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP), Osvaldina Silva
 - Universidade Lusófona, Lenilde Brito
 - Câmara de Comércio de Barlavento – Foco-Grupo com 10 representantes: Agremiação Empresarial (CCB/AE), Josina Freitas Fortes (empresa Mar e Ventos, Turismo), Paulo Jorge Melício (Universal Retificações), Luís Gonzaga Cruz Fortes (Transcor), Pedro Valente (SAT), Francisco Lopes (Construções), António Tavares (Centro Cultural Mindelo), José António Lima e Marlene Pires Silva (Bento SA) e Gilson Cruz (ENAPOR)

- SÃO VICENTE (5ª semana – 2017)
 - Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Aldina Delegado
 - Morabi, Eveline Figueiredo
 - Organização das Mulheres de Cabo Verde, Edelina Freire
 - UNI-CV – DESP, Elvis Lopes